

COLETÂNEA DE 5 ANOS

# **BOLETIM BATALHAR**

2015 - 2020





COLETÂNEA DE 5 ANOS

# **BOLETIM BATALHAR**

2015 - 2020

**Contato:**  
[batalhar@inventati.org](mailto:batalhar@inventati.org)

# Sumário

## **Apresentação • 6**

### **2015**

- O que agrediu os professores no Paraná também nos agride • **10**
- O que a luta em Kobane pode ensinar ao proletariado • **12**
- Terceirização: aprofundamento da exploração do trabalho proletário • **14**
- Dois tipos de greves • **16**
- Para ler: resenhas atemporais • **18**

### **2016**

- Impeachment: caia quem quiser • **22**
- Frente do Povo sem Medo: caia quem quiser • **25**
- Camisas amarelas: caia quem quiser • **28**
- Escolas ocupadas: estudantes ensinando a lutar • **31**
- Identidades e Proletariado: lutar com as minorias ou com a maioria? • **34**
- Programa “Escola sem partido”: caça aos que lutam na escola • **37**

### **2017**

- Reforma Trabalhista: três perspectivas, três resultados (parte I) • **42**
- Reforma Trabalhista: três perspectivas, três resultados (parte II) • **45**
- A carne é forte • **48**
- Venezuela: capitalistas à beira da guerra civil • **51**
- O Centenário da Revolução Russa sem mitos • **54**

## **2018**

- Especial: o proletariado existe e se amplia - Parte I • **60**
- Uma leitura sobre a luta feminista • **63**
- O que aprendemos com o maio de 1968 na França • **66**
- O que aprender com o movimento dos caminhoneiros • **69**
- Especial: o proletariado existe - parte II - O Trabalho no setor de telemarketing • **72**
- Alemanha 1918-21: o começo de tudo • **75**

## **2019**

- Quatro tipos de oposição ao governo Bolsonaro • **80**
- Democracia totalitária e presos políticos • **83**
- Democracia totalitária e presos políticos - parte II • **86**
- O que explica a apatia do proletariado? • **89**
- Por uma outra Antiecológica • **92**
- Educação é mercadoria • **95**

## **2020**

- Especial: o proletariado existe - parte III - O Trabalho via Aplicativos • **100**
- A Saúde Controlada pelo Capital • **103**
- O Brasil é da Direita: Militares • **106**
- O Brasil é da Direita (II): Igrejas • **109**
- O Brasil é da Direita (III): Ruralistas • **112**
- Mídias, (des)informação e controle • **115**
- Frentes e eleições: inimigos e falsos aliados unidos • **118**

# Apresentação

**O PRIMEIRO NÚMERO** do Boletim Batalhar, publicado em maio de 2015, tratou de dois temas diferentes em uma mesma edição. A parte da frente afirmava: “O que agrediu os professores no Paraná também nos agride” e o verso: “O que a luta em Kobane pode ensinar ao proletariado”. Neste número inaugural estão todos os nossos princípios e lições históricas do movimento proletário autêntico: internacionalismo, protagonismo e solidariedade de classe, aliados à rejeição ativa às burocracias institucionalizadas. Nem o polo negativo, tampouco o positivo, são fetiches libertários da linha editorial.

Sobre a greve da educação no Paraná destacamos, além da gritante repressão policial que o movimento sofreu, os ataques políticos que a categoria recebeu por parte do seu sindicato. Na prática, percebemos no tempo presente, aquilo que a história já nos ensinou, mas que parcela significativa dos trabalhadores ainda se recusa a enxergar e trazer para sua prática de lutas e enfrentamentos: os sindicatos não promovem lutas, mas as controlam. Antes, durante e depois das lutas administram volumosas quantias de fundos de pensão e exercem uma atividade capitalista como as demais. Não se trata de acusar a esquerda do capital de fazer o que ela sempre fez, que é usar os conflitos sociais como mola para a ascensão social de determinados quadros (ou grupos), mas de questionar por que ainda um número expressivo de trabalhadores transferem seu protagonismo para os sindicatos quando estão diante de ataques dos capitalistas e governos. Nesse sentido, o Boletim Batalhar identificou no movimento dos professores uma autonomia da classe e não de comportamento

ou estilo de vida. Da mesma forma, encontramos naquele momento do movimento curdo em Kobane este protagonismo na construção das próprias instituições de luta. Destacamos o envolvimento direto da população curda nas decisões políticas, nas atividades de produção econômica e inclusive nas de defesa, com destaque também para a participação ativa das mulheres em todos estes processos.

Desde este primeiro exemplar do Boletim, buscamos extrair da realidade concreta dos conflitos sociais as concepções que orientam a nossa produção editorial, a fim torná-la um instrumento que auxilie no desenvolvimento das lutas que nossa classe precisa travar. O que nos mobilizou em torno da luta dos professores do Paraná e do povo curdo em Rojava foi que identificamos naquelas experiências, formas e conteúdos que expressavam, em germe, elementos de uma organização social futura. Da mesma forma, o *Boletim Batalhar* se organiza e produz materiais que apontam no sentido da construção do que acreditamos ser a sociedade futura, onde haverá igualdade plena, tempo livre e abundância. Da mesma maneira que rejeitamos a condução das lutas baseada na divisão entre “direção” e “base”, divisão que se manifesta já no movimento estudantil, a partir da atuação de partidos institucionalizados e burocracias oficiais, e se amplia no movimento dos trabalhadores, pelo monopólio jurídico dos sindicatos, rejeitamos a separação entre escritores e leitores, promovendo uma dinâmica de interação direta e constante nos Círculos de Leitura.

Ao mesmo tempo, os princípios que formam as lutas proletárias autênticas, que orientam nossa produção editorial, em forma e conteúdo, servem como ferramenta para associação desses princípios de análise e leitura da realidade em favor de princípios organizativos. Não se trata de “dogmatismo”, “sectarismo”, “principismo”, aquilo que os

setores sempre dispostos a ingressar e permanecer nas instituições do capital acusam os movimentos de classe combativos e orientados pela experiência histórica do movimento proletário. Trata-se do entendimento de que só é possível construir uma nova sociedade a partir das bases que a orientam. Quer dizer, a forma como as lutas e as suas ferramentas são forjadas devem apontar para o sentido da sociedade do futuro, de outra forma, não há razão para que nasça um mundo sem divisão de classes se as lutas sociais reproduzem as mesmas divisões típicas do capitalismo: decisão x execução; direção x base; intelectual x manual; etc.

Publicado mensalmente sem interrupção por cinco anos, preservamos em cada número esse conjunto de orientações que reúne experiência histórica e teoria a favor do protagonismo da classe proletária, sem concessões. Nesta coletânea reunimos pouco mais da metade da nossa produção, selecionando aqueles números que marcam momentos e temas centrais desta meia década de combate. Priorizamos as análises internacionais: Venezuela (nº 22); Revolução Russa (nº 23); Maio de 68 (nº 30), Revolução Alemã (nº 36)<sup>1</sup>; eventos determinantes na correlação de forças da luta de classes: Terceirização (nº 2); Reforma trabalhista (nº 17 e 18); Reforma da Previdência (nº 42)<sup>2</sup> e debates que constantemente surgem nos meios das lutas sociais: identitarismo (nº 11); feminismo (nº 27); ecologia (nº 20 e 46); educação (nº 10, 12 e 47); redes sociais (nº 58);

eleições (nº 60)<sup>3</sup>. Além destes três eixos, destacamos a série especial *O proletariado existe*, onde desfazemos a falácia acerca do “desaparecimento do proletariado”, demonstrando categorias contemporâneas da classe. O nº 26 foi o inaugural da série, “Especial: o proletariado existe e se amplia - Parte I”, o nº 33 apresentou a categoria do setor de telemarketing e o nº 52 a dos trabalhadores de aplicativos.

Esta edição comemorativa do *Boletim Batalhar*, registra a alegria com a sobrevivência do nosso Boletim em tempos tão sombrios e é uma forma de demonstrar que podemos e devemos permanecer entrincheirados, unidos pelo propósito de transformação radical da sociedade, mesmo em épocas de absoluto refluxo das lutas. Por sermos contrários à lógica da poluição informacional da internet e da cultura do esquecimento das redes sociais, via instantaneísmo permanente, organizamos a coletânea também a fim de garantir uma memória desta primeira trajetória do *Batalhar*. Memória aqui é mais do que colecionar fatos e números, sendo que o papel da reunião destas edições é promover um pensamento proletário, vivo e ativo. Assim, o *Boletim Batalhar* segue fiel à sua linha editorial, sendo uma *ferramenta da luta de classes*.

Boa leitura,  
Boa luta!

***Coletivo Editorial do Boletim Batalhar.***

<sup>1</sup> Ausentes desta coletânea, o número 3 tratou do programa Mais Médicos; o 4 da imigração haitiana para o Brasil; o número 15 discutiu o governo Trump; o 40 retomou a questão da Venezuela; o 51 apresenta diversas revoltas em curso na América do Sul.

<sup>2</sup> O nº 9 analisou o programa de governo Temer, “Ponte para o futuro”; o nº 14 a PEC do Teto de gastos; o nº 16 a Reforma da Previdência; o nº 19 a proposta de Reforma política; o nº 48 o avanço jurídico da repressão estatal;

<sup>3</sup> O nº 24 tratou sobre o ensino religioso; o nº 28 aborto; e nº 29 sobre o tráfico de drogas; o nº 34 sobre as eleições de 2018; o nº 35 sobre os fascismos; o nº 39 novamente sobre o Escola sem Partido; o nº 50 sobre as eleições de 2020; o nº 59 sobre o Bolsa Família e derivados. Todos os números ausentes estão disponíveis no nosso acervo virtual: <https://boletimbatalhar.tumblr.com/>.



2015

## O que agrediu os professores no Paraná também nos agride

O ESTADO BRASILEIRO negocia títulos de sua dívida no mercado financeiro. Para quem compra esses títulos, o governo garante um rendimento extra em cima do próprio pagamento destes. Nos últimos anos - frente à crise internacional e às políticas econômicas mal conduzidas - o Estado se endividou bastante. Atualmente, quase 50% do que é arrecadado vai para o pagamento da dívida e seus juros. Com o esgotamento do ciclo de crescimento no Brasil, os impostos já não são suficientes para pagar o mercado financeiro. Neste contexto, o governo decide garantir esses pagamentos diminuindo os seus gastos, mas ao invés de cortar gastos que afetem os empresários no Brasil, a conta será paga mais uma vez pelo proletariado.

Para os capitalistas não importa a qualidade de vida do proletariado, mas apenas que os Estados nacionais mantenham o pagamento de suas dívidas. Para isso, se utilizam do superávit primário, dentre outros recursos. No Brasil, a atual crise faz com que o Estado arrecade menos, prejudicando o superávit, e lance mão do que se chama “ajuste fiscal”. Levado a cabo pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy,

o ajuste fiscal não ataca a raiz dos problemas, nem atinge os responsáveis pela crise. De fato, procura atingir direitos trabalhistas historicamente conquistados em lutas anteriores: o seguro-desemprego, auxílio-doença, pensão por morte, etc. Para piorar a situação, recentemente avança a tramitação para aprovação do Projeto de Lei das terceirizações, aliado dos cortes de recursos – efetuados pela “Pátria educadora” - que atingem principalmente a educação em todos os níveis. Em nível federal atinge os repasses do PNAES (Assistência Estudantil) e do Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB), chegando a ter 30% de seu orçamento congelado.

O rombo nos cofres públicos se repete no âmbito de estados e municípios onde há situações mais graves, como em São Paulo, Ceará, Goiás, Paraná e Santa Catarina. Nesse cenário nacional, independentemente dos partidos que governam cada esfera, nossas lutas são as mesmas: professores em greve, com destaque para a resistência dos trabalhadores da educação no Paraná. Os projetos de precarização da educação pública combinados com a possibilidade de retirada de recursos do fundo de aposentadoria

*“O marxismo é a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado.” Karl Korsch*

dos trabalhadores paranaenses evidenciam a quem servem governos e Estado. É com este cenário - federal, estadual e municipal - que devemos entender o massacre ordenado pelo governo do Paraná e as perseguições políticas a professores que tentam se organizar com pais e alunos em Santa Catarina, o que evidencia outra face do Estado: a da repressão e da perseguição.

No entanto, são nos processos de lutas que podemos aprender mais. No Paraná, o governador Beto Richa enviou à Assembleia Legislativa do Estado (ALEP) um pacote de ataque ao funcionalismo público, o que forçou a radicalização dos trabalhadores da educação, que ocupam o prédio da ALEP e ultrapassam seu sindicato que em entrevista televisiva afirmou: “avisamos aos deputados que se eles tentassem aprovar não conseguiríamos controlar o movimento”.

Cabe questionar: por que o sindicato quer controlar trabalhadores em luta? Em Santa Catarina, professores estaduais em greve decidem ocupar o prédio do legislativo catarinense (ALESC), sendo que seu sindicato (SINTE) “decreta” o fim da ocupação divulgando midiaticamente sua retirada desta. Esta ação de abandonar professores em pleno processo de luta por suas conquistas aponta no mesmo sentido da declaração do sindicato do Paraná: sindicato e a luta dos trabalhadores são coisas opostas. Some-se a isso vários casos de falta de solidariedade quando o mesmo SINTE não se mobiliza em defesa dos processados pelo Estado: seja quando os professores iniciaram

um processo de organização da população do bairro Rio Tavares em Florianópolis ou quanto a abandonar trabalhadores processados em Joinville; e especialmente ao se calar frente à exoneração do professor Eduardo Perondi também em Florianópolis. Tudo isso permite levantar outra questão: lutas radicalizadas - responsáveis pelas maiores conquistas dos trabalhadores - não interessam aos sindicatos?

Os mesmos problemas também se manifestam no movimento estudantil. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por exemplo, prejudicada com o corte de gastos do ajuste fiscal federal, tem se limitado a conceder auxílios estudantis a acadêmicos/as com necessidades gritantes de atendimento. Nessa realidade, a passividade do Diretório Central dos Estudantes (DCE) diante das necessidades estudantis contrasta com a iniciativa de estudantes independentes e organizados, o que demonstra que a luta estudantil necessita vencer o imobilismo provocado pela conquista de aparatos institucionais.

Aqueles que agridem os professores no Paraná, que perseguem em Santa Catarina, são os mesmos que agridem os estudantes: gestores, empresários, burocratas, dentre outros capitalistas.

Para a manutenção de conquistas históricas, e possíveis avanços que se construam no processo das lutas, o movimento integrado de técnicos, estudantes e professores necessita se desvincular de velhas práticas e se auto organizar com radicalidade. •

# O que a luta em Kobane pode ensinar ao proletariado

**NO CONTEXTO DA ASCENSÃO** do Estado Islâmico (EI) - milícia reacionária e obscurantista - no norte do Iraque e em diversas regiões da Síria, a resistência das populações curdas na região de Rojava destaca-se pelas suas formas autônomas de organização, necessárias à superação do capitalismo. A resistência se instituiu principalmente nas Unidades de Defesa do Povo (YPG), com destaque para Unidades de Defesa das Mulheres (YPJ), ligadas ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Para os internacionalistas este cenário também levanta outras questões, como qual é de fato o conteúdo da luta contra o EI e ainda sobre o protagonismo feminino nas sociedades no Oriente Médio.

Após incursões mal sucedidas das potências ocidentais no Médio Oriente e a retirada de suas tropas deixando um rastro de sangue e caos, a milícia auto intitulada Estado Islâmico (apoiada pela Arábia Saudita) se capacita militarmente ao “herdar” material bélico deixado principalmente pelos Estados Unidos e, para viabilizar seu objetivo de estabelecer um califado entre o Iraque e a Síria, empreende uma guerra contra os exércitos de Iraque e Síria, mas também contra os militantes curdos que

há décadas lutam por autonomia política e econômica contra os Estados iraquiano, sírio e turco.

É este autêntico xadrez político-militar, ao qual deve-se acrescentar a peça da guerra civil na Síria, que permite situar a resistência curda na cidade de Kobane, pois foi a retirada do exército sírio de Bashar Al Assad que transferiu a defesa da cidade para as instituições curdas criadas para esta finalidade. Vale lembrar que há alguns anos forças curdas combatem tanto radicais islâmicos quanto o exército sírio.

Esta história da resistência tem sido silenciada pelos meios de comunicação hegemônicos no ocidente, pois as organizações curdas são consideradas terroristas, principalmente pelos EUA, na sua luta contra Estados aliados da OTAN em prol de sua autonomia territorial.

Essa conquista da população curda deve-se principalmente às formas de organização instituídas, nas quais toda a população se envolveu tanto nas decisões políticas como nas atividades de produção e proteção dos territórios. A saída do exército sírio da região de Rojava marcou o início de uma política de participação da população na administração da região.

Foram criados conselhos, cooperativas e comunas de produção agrícola, além das mencionadas YPG e YPJ, compostas pela população civil que decide e executa as atividades de defesa. Em todas estas instituições os cargos são eleitos e ocupados simultaneamente por homens e mulheres.

A experiência curda transmite ao mundo um valioso exemplo de organização política: a tomada de decisões políticas, a produção e a proteção da vida devem ser criadas e geridas pela totalidade da população. Esse processo nos ensina que é preciso assumir o protagonismo das instituições de forma auto organizada. Ao invés de delegar poder de decisão a líderes políticos, o necessário é participar ativamente em todas esferas sociais.

É importante destacar que as instituições criadas pelos curdos na região de Rojava estão voltadas para o atendimento das necessidades

sociais da população e não para o benefício privado de indivíduos detentores dos meios de produção.

Outro exemplo inspirador é a participação feminina, seja em número ou em iniciativa em todos os âmbitos da vida - situação inexistente em outras partes do Oriente Médio.

Cabe alertar que o futuro da autonomia política dos curdos ainda está longe de uma solução, assim como o Estado Islâmico não deixou de ser uma ameaça e pode retomar seus ataques a Rojava. O projeto curdo de uma sociedade com ampla participação da população em nada interessa aos governos turco, sírio, iraquiano e estadunidense. Nesse cenário, o EI pode ser usado como uma ferramenta a serviço das potências ocidentais para aniquilar as lutas pela emancipação da população curda. •

*“Os trabalhadores não devem limitar-se a atuar: é preciso que imaginem, reflitam e decidam tudo por si mesmos.”*

**Anton Pannekoek**

## Terceirização: aprofundamento da exploração do trabalho proletário

**HOJE NO BRASIL** estamos diante de uma polarização política que adquire expressão de massas nas ruas. De um lado aqueles que se manifestam com camisetas da seleção brasileira, bandeira nacional e gritam contra os “PTralhas”. Do outro lado aqueles que se manifestam com camisetas das centrais sindicais, suas bandeiras e siglas e gritam pontos do programa do atual governo. Ambos os lados querem mudanças e as exigem, mas estão unidos no aprofundamento da exploração dos proletários. Um exemplo de que nenhuma dessas forças políticas representa os anseios do proletariado, encontramos quando observamos o prosseguimento da tramitação do “PL da terceirização”. Os primeiros querem generalizar a precarização do trabalho e os segundos só se preocupam em não reduzir o montante de impostos arrecadados da população. Este segundo cenário está evidenciado no episódio da votação do “PL da terceirização” na Câmara dos Deputados, quando a presidenta Dilma mandou o Ministro da Fazenda, Joaquim Levi, discutir com Eduardo Cunha, presidente daquela casa legislativa, a garantia de manutenção da carga tributária com a aprovação do projeto.

Para quem não viveu na própria pele um regime de trabalho terceirizado, alguns dados básicos ajudam a ilustrar esta condição. Segundo o estudioso da USP, Ruy Braga, das últimas 36 operações para resgatar trabalhadores em regime análogo à escravidão, efetuadas pelo Ministério do Trabalho, 35 envolviam empresas terceirizadas. Além disso, os salários dos terceirizados ficam mais de um terço (aprox. 36%) abaixo do contratado direto. Isto evidencia que os serviços terceirizados são uma forma de exploração e precariedade ainda mais intensa.

No âmbito da educação, vale lembrar que, segundo relatos de professores e alunos de escolas que tiveram a oferta e produção de sua merenda terceirizadas, houve uma queda radical da qualidade dos alimentos.

Deve-se destacar que no Brasil há 2.741 auditores fiscais do trabalho para um contingente de mais de 72 milhões de proletários com carteira assinada. Isso revela a incapacidade do Estado em fiscalizar as condições de trabalho, e nada indica que tomará qualquer medida para que isso seja revertido. Desse modo contribui para ampliar a margem de lucro do empresariado.

*“A crise, por si mesma, não leva à derrubada do capitalismo, a menos que a luta de classes – aguçada por aquela – arraste consigo a derrubada do sistema. Contudo, isto não depende tanto da situação econômica quanto da maturidade revolucionária da consciência de classe proletária” Paul Mattick*

E mesmo que o texto final do “PL da terceirização” aprovado na Câmara tenha excluído as instituições e empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, os capitalistas, via STF, prepararam mais uma armadilha para o proletariado: a decisão de que o Estado pode terceirizar serviços valendo-se das famigeradas organizações sociais (OS).

Este falso cenário bipolar - que oculta a posição de classe proletária - não constitui nenhuma novidade na história das lutas econômicas, sociais e políticas no capitalismo. Seja sob a forma de bipolaridades partidárias (PT x PSDB), seja sob a forma de bipolaridades geopolíticas (EUA x China/Rússia), a posição autêntica do proletariado na cena pública da política sempre é “eliminada” para que o quadro da luta seja apresentado como restrito a apenas duas posições.

Assim, como o proletariado deve enfrentar esta situação de ataque às suas condições de vida materializada na ampliação da terceirização?

No plano ideológico, não se iludir com discursos e mobilizações das classes capitalistas. Isto significa desmascarar a falsa polarização entre governo e oposição, revelando a base de interesses de classe comum que os unifica contra o proletariado.

No plano político, criar condições para atuar com iniciativa própria, intervindo na conjuntura de modo independente. Isto significa não subordinar sob nenhuma hipótese suas reivindicações específicas em nome de possíveis alianças com

outros setores políticos e de classe, pois ninguém será tão atingido com o aumento da terceirização quanto os próprios proletários.

No plano organizativo, construir as formas necessárias para a devida resistência e, caso seja bem-sucedida, prosseguir com a luta no sentido de sair da defensiva e retomar a ofensiva. Isto significa iniciar imediatamente o debate em todos os locais de trabalho, estudo e moradia no sentido de construir uma paralisação das atividades que possa servir como impulsionadora de uma greve geral por tempo indeterminado, construída de baixo para cima a partir da coordenação das reivindicações surgidas do conjunto do proletariado em articulação com as demandas de outros setores explorados e oprimidos.

Em suma, o enfrentamento a mais este ataque exige da classe proletária uma combinação entre diferentes capacidades intelectuais e de ação prática. Conhecer e utilizar formas de luta e resistência - novas e antigas - com criatividade e determinação, ousadia e firmeza, clareza e perspectiva de futuro. Desse modo, será possível não apenas derrotar o “PL da terceirização” como também abrir caminhos que levem coerentemente à substituição revolucionária da atual sociedade por outra que assegure aos seres humanos em todo o planeta Terra tempo livre e abundância. •

*“A desmistificação do imperialismo e a erradicação do nacionalismo são um poderoso passo adiante, um tremendo incremento na consciência, para o desenvolvimento do proletariado militante” Herman Gorter*

## Dois tipos de greves

**SE ANALISAMOS** as recentes greves no setor da educação pelo Brasil nos três níveis do Estado - federal, estadual e municipal - do ponto de vista de seus objetivos declarados e dos resultados atingidos, percebemos a existência de pontos comuns nas formas de preparação e organização das greves que nos levam obrigatoriamente a questionar se a continuidade de tais pontos comuns realmente levam o proletariado a alcançar vitórias em relação ao que reivindicam ou se, pelo contrário, a forma adotada contribui sobretudo para as derrotas.

Não se trata de negar a influência de fatores conjunturais que sabidamente contribuem para que uma greve seja vitoriosa ou derrotada, mas o que nos interessa aqui é destacar certas características “estruturais” que obrigatoriamente devem ou não existir, serem defendidas ou combatidas - para que qualquer greve disponha da força necessária para atingir os objetivos aos quais se propôs.

Um primeiro aspecto se refere ao “antes” da greve. Já na metodologia de preparação se pode identificar a tendência de uma greve para ser derrotada

ou vitoriosa. Basta proceder a algumas verificações: ela começou com os próprios trabalhadores discutindo em seus locais de trabalho ou com a “visita” de sindicalistas “convocando” os trabalhadores a paralisarem suas atividades? A pauta de reivindicações tem como pontos principais necessidades comuns a outros segmentos de trabalhadores e da população ou prioriza questões internas e específicas de categoria?

Em seguida, no desenrolar da greve, algumas questões são decisivas para definir qual tipo de greve se desenvolve. Existe comando de greve? Se existe, é superior e independente ao do sindicato? As deliberações do comando contemplam tanto o nível local quanto o nível geral da greve ou apenas funcionam como filtros para restringir o que será debatido em assembleia geral?

Para resumir, como uma das formas de expressão dos conflitos sociais existentes no capitalismo, uma greve, para não ser derrotada desde o seu começo, deve apresentar algumas características básicas: 1) se realizar por fora dos aparelhos sindicais; 2) pretender se generalizar para vários

*“Elogiadas ou caluniadas, as lutas autônomas raramente são vistas como o primeiro sintoma de um novo movimento, cuja organização nasce e se desenvolve a partir das próprias lutas.” Henri Simon*

segmentos de trabalhadores, e caso consiga, deve ser acompanhada da ocupação dos locais de trabalho; 3) deve ser deliberada pela totalidade dos trabalhadores (efetivos e temporários, concursados e terceirizados) e por tempo indeterminado; 4) as reivindicações devem diminuir a desigualdade entre categorias (ex: aumentos salariais nominais e não percentuais) e deve atingir para além de questões financeiras (atingir a estrutura hierárquica da empresa, o sistema salarial como tal – em especial eliminar a concessão de bônus e prêmios -, a gestão da empresa, além de modificações relacionadas com a vida do trabalhador na empresa tais como ponto, atrasos e condições de trabalho); 5) o curso da greve deve seguir um processo específico, com o comitê de greve abrangendo sindicalizados e não sindicalizados,

a assembleia geral se pronuncia sobre todas as questões relativas à greve, eleição e revogação a qualquer tempo tanto dos integrantes do comitê de greve quanto de quem negocia com o patronato. Atos públicos devem ser pensados como forma de atingir outros setores de trabalhadores e não como ações de marketing ou de autopromoção; 6) valorizar a espontaneidade de todo e qualquer grevista e a criação de momentos de estudo e formação teórica como atividade de greve.

Com tais características, as greves não apenas deixam de ser “presa fácil” para os capitalistas, como também se constituem em formas questionadoras do funcionamento da sociedade atual e fontes de aprendizado e exercício para o proletariado administrar a sociedade futura. •

*“O que então parecia revolucionário nos partidos (social-democrata e bolchevique) ou nos sindicatos era apenas uma revolução na forma do capitalismo - isto é: capitalismo burocrático planificado em substituição ao capitalismo liberal. De fato, a dominação capitalista e a exploração do trabalhador permaneciam intactas.” **Henri Simon***

## **Para ler: *resenhas atemporais***

**São Paulo: a fundação do universalismo.  
Editora Boitempo, 2009.**

*Para todos todo, para nosotros nada*

A partir da necessidade política contemporânea da busca por “uma nova figura militante”, o filósofo francês Alain Badiou encontrou na figura de Paulo de Tarso e suas epístolas uma forma de lutar que nos seria cara hoje em dia. No seu livro *São Paulo: a fundação do universalismo*, Badiou já nos alerta que não se trata de nenhum interesse teológico ou transcendental, mas sim da virada e da ruptura em vida que Paulo efetuou, transformando essa mudança subjetiva em uma nova materialidade, uma figura militante. São cartas milenares mas uma questão atual que torna a palavra militante de Paulo para todos necessária. Diante dos nichos mercantis dos guetos identitários, as tão celebradas pretensas singularidades culturais: indígenas, mulheres, negros, gays, cristãos, árabes, dentre tantas outras, cada qual com sua bandeira, sua luta, sua ONG, etc., é preciso reacender a palavra de ordem “tudo para todos, nada para nós”.

**A hipótese comunista.  
Editora Boitempo, 2012.**

*“Trajetórias: perder e lutar”*

Em novo fôlego na sua luta contra a corrente, o “militante fiel” Alain Badiou afirma no nosso século XXI que ainda é preciso - e podemos - pensar o comunismo. Para cumprir tal tarefa é preciso relativizar três grandes derrotas, ou antes mesmo a ideia de fracasso, ocorridas em séculos anteriores: A Comuna de Paris, o Maio de 68 e a Revolução Cultural Chinesa, esses três aparentes fracassos são na verdade partes de uma trajetória da Ideia comunista que deve ser reativada no século XXI não como adjetivo para “partidos” ou “sindicatos”, mas como a própria Ideia real.

Badiou nos alerta para o fato de que não devemos temer parecer antiquados aos olhos dos nossos opressores e que portanto é preciso ainda dizer as palavras do nosso meio político de resistência: quando eles dizem “colaborador”, nós dizemos *proletário!*; quando eles dizem “paz”, nós dizemos *luta!*; quando eles dizem “hoje”, nós dizemos *sempre!* Mas essa resistência não se confunde com a luta por uma linguagem igualitária, pois essa luta expressa a necessidade de novas conquistas políticas e materiais para o movimento dos trabalhadores de todo o mundo.

**Indicamos:**

[www.30porcento.com.br](http://www.30porcento.com.br)

[www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br)



2016

## Impeachment: caia quem quiser

NO ANO DE 2015 vimos se arrastar a discussão sobre o possível impeachment da presidente Dilma, por razões ainda difusas. Ora se aponta para as pedaladas fiscais, ora para irregularidades na sua campanha eleitoral, ora para uma suposta cumplicidade com a corrupção de seu governo. Em 2016 esse debate deve continuar a ocupar grande espaço na agenda política do país, por isso devemos compreender quais são os atores que estão por trás desse teatro, assim como quais são seus interesses.

De antemão devemos ter claro que os “dois” lados envolvidos nesse debate não estão preocupados com os interesses do proletariado. Prova disso é que o ajuste fiscal tem obtido consenso de ambos - governo e oposições de direita - divergindo apenas quanto ao tamanho da conta a ser paga pelos assalariados ou quanto à profundidade e amplitude dos cortes nos direitos trabalhistas, previdenciários e nos investimentos na área social. Vamos aos envolvidos nessa arenga.

Da parte dos que defendem o impeachment da presidente, temos os grupos *Revoltados on-line*, *Movimento Brasil Livre*, *Movimento Contra a Corrupção*, entre outros. Esses grupos foram os que durante 2014 e 2015 organizaram as manifestações contra a presidente, utilizando o mote de *Não à Corrupção*, e incitavam a participação nessas manifestações utilizando ideias e palavras de ordem de senso comum, como “*Por um País melhor*”. Essas manifestações eram compostas em sua grande parte por elementos das camadas médias descontentes com a situação econômica do país. Mas elementos do proletariado também participaram desses atos, com o sentimento de que, devido à crise econômica, sua condição de vida também está sendo prejudicada.

No outro polo do debate temos alguns movimentos sociais e centrais sindicais como: *CUT*, *MST*, *MTST*, *Central dos movimentos Populares*, *Frente do Povo sem Medo*. Essas organizações fazem a defesa dos Governos Lula e Dilma, argumentando que esses governos são

“O socialismo significa mais do que a simples nacionalização da indústria; significa uma alteração fundamental das relações entre os homens. A indústria estatal é tão exploradora quanto a indústria privada”  
W. Jerome & A. Buick

populares e que melhoraram a condição de vida da população, condição essa que hoje está sendo ameaçada pela direita tradicional. Acusam os movimentos que defendem o impeachment de arquitetarem um golpe antidemocrático, já que a presidente Dilma foi democraticamente eleita. Também se percebe que, por trás da defesa do governo do PT, se procura rearticular a base social governista de modo a conseguir formar uma coalizão “de esquerda” que se transforme em capital eleitoral para as eleições de 2018.

Ou seja, temos uma reedição da velha e nociva - para o proletariado - política de frente popular, traçada pelo PT junto com esses movimentos sociais para transformá-los em cacife político e continuidade do controle da indignação popular. Assim como os movimentos pró-impeachment tentam se valer de sentimentos conservadores e do baixo nível de consciência política, organizações pró-governo criam uma cortina de fumaça baseada na disseminação de uma paranoia “contra o golpe da direita”. Deixemos de lado os discursos ideológicos para analisar os interesses em jogo.

Partidos como PSDB, Democratas (DEM) e a parte do PMDB ligada a Eduardo Cunha, fomentam e dão apoio material para que os grupos já citados incitem a população a apoiar o impeachment. São esses partidos também que movem o processo do impeachment no congresso nacional. Essas forças políticas não estão interessadas em acabar com a corrupção no país ou sanar a crise econômica. Na verdade, a elas interessa muito mais manter o processo de desgaste do governo e seus apoiadores

para, por um lado, alimentar projetos de retorno ao poder (caso de PSDB e DEM) ou de continuidade no poder (caso do PMDB). Por outro lado, para arrancar concessões de um governo enfraquecido para os setores do capitalismo que representam. Nada a ver com “defesa da moralidade”. Isso fica claro quando observamos que esses partidos, tanto quanto o PT, também estão envolvidos em esquemas de corrupção nos estados e municípios que administram. Lembremos do mensalão tucano, do escândalo de corrupção no Metrô de São Paulo, estado que o PSDB administra há vinte anos, além do recente caso do roubo da merenda, também no estado de São Paulo.

Pelo lado dos defensores do governo não existe uma real intenção de fazer com que o governo deles defenda os interesses dos trabalhadores, pois como já citado, foi o governo Dilma que adotou como uma de suas primeiras medidas em 2015 promover um ajuste fiscal que beneficiava os capitalistas em detrimento dos trabalhadores. É falsa essa suposta defesa de um governo popular contra uma direita golpista. Assim como o PSDB representa os interesses de uma fração do capitalismo, o PT representa outra fração do capitalismo, revelada nas relações promíscuas entre as empreiteiras envolvidas na operação Lava Jato e os dirigentes do PT. O interesse do PT é conseguir continuar jogando nos dois times: no dos grandes empresários, banqueiros e agroindustriais ao mesmo tempo que supostamente defende “o povo”. Assim, pretende chegar o menos arranhado possível nas eleições de 2018.

A discussão sobre o impeachment da presidente Dilma tenta ocultar o fato de que as posições apresentadas como antagônicas na verdade procuram, por caminhos superficiais e levemente diferenciados, aplicar uma agenda que traga maior lucro e apoio estatal aos grupos do capitalismo que cada qual representa. Para os trabalhadores é uma armadilha fatal se deixar aprisionar por qualquer dos polos desse debate e se colocar como massa de manobra em suas manifestações de rua, pois as duas posições atacam o proletariado. Para os trabalhadores, importa que sejam capazes de discutir seus próprios problemas, necessidades e desejos da sua própria classe. Para conquistá-los, devemos construir nossas próprias organizações, com independência total dos capitalistas.

Devemos ter em conta que afastar ou não a presidente de seu cargo, prender ou soltar corruptos, não resolve questões como arrocho salarial e precarização do trabalho, nem conquistará transporte coletivo gratuito, moradia, saúde e educação de qualidade. Isto significa que os debates sobre o impeachment da presidente e sobre a corrupção são falsos debates para o proletariado, já que a corrupção faz parte da própria natureza de qualquer regime político capitalista. O verdadeiro roubo é a exploração diária da força de trabalho proletária. O combate a esse roubo é tarefa que apenas a luta dos trabalhadores conseguirá construir e sustentar até a vitória final. •

*“Felizmente Marx morreu a tempo. [...] Ele não é responsável pelo que os automeados ‘marxistas’ fazem em seu nome”* **Maurício Tragtenberg**

## Frente do Povo sem Medo: caia quem quiser

Não demorou muito para que a pauta do impeachment voltasse com força na mídia, talvez de maneira muito mais estratégica do que anteriormente. Dessa vez, o apetite insaciável da direita tradicional por lucros e poder visa inviabilizar a última cartada da esquerda governamental para se perpetuar no governo federal: a candidatura Lula.

Em que pese o abuso autoritário do episódio da condução coercitiva do ex-operário presidente - algo mais voltado para ser um espetáculo midiático do que um procedimento judicial necessário - do ponto de vista do proletariado o mais importante não é comprovar se foram praticadas ou não condutas tais como: ocultação de patrimônio, comércio de medidas provisórias e tráfico de influência para beneficiar capitalistas. O revelador em tudo isso é saber quais classes as relações do PT e seus satélites (PCdoB e PDT) comprovam expressar. Que nem sequer passa pela cabeça da esquerda governamental romper com o “presidencialismo de coalizão” que a mantém refém de um partido como o PMDB. Romper com banqueiros, empreiteiros e latifundiários? Menos ainda. Isto já é suficiente para qualquer

proletário com alguma consciência de classe perceber que se trata de uma disputa no interior de um campo que lhe é hostil por inteiro. Por mais dividido que se apresente.

Nesse momento, as diferentes camadas e setores que integram o campo dos exploradores e opressores travam uma luta acirrada que envolve o presente (Governo Dilma) e o futuro (eleições 2018 ou antes em caso de eleições antecipadas).

A direita tradicional evoluiu de uma linha de conduta que buscava manter o governo Dilma fragilizado e sob pressão, melhor maneira para conseguir arrancar dele mais concessões, para uma linha de ação que, sem abdicar do *impeachment*, se amplia para inviabilizar a continuidade do projeto de poder da esquerda do capital.

A esquerda governamental tenta desenvolver uma linha em duas frentes. Manter-se no governo até 2018 e poder ter chances de entrar na disputa eleitoral com alguma possibilidade de sucesso. Para esse segundo objetivo já articula a criação de alternativa para manter os proletários presos a essa falsa polaridade entre duas opções das classes dominantes. Sem opções autênticas

*“Em qualquer luta importa mais a forma de organização dos participantes do que o conteúdo ideológico inicial. A tomada de consciência faz-se através da possibilidade que cada pessoa tiver de colaborar na condução prática da luta, sem se limitar a ouvir doutrinas ensinadas por outros.” João Bernardo*

à sua esquerda. Em outro boletim abordaremos sobre outro tipo de falsas opções: a da esquerda eleitoral que não integra o governo Dilma. É aqui, na visualização dos passos presentes da esquerda governamental naquilo que preparam suas ações futuras que temos de nos deter. Em especial no grande engano que já está em curso: A Frente do Povo sem Medo (FPSM).

Enquanto silenciam diante de crimes como o assassinato de trabalhadores em greve por capangas contratados pelas empreiteiras na construção do COMPERJ em Itaboraí - RJ; patrocinam a construção de Belo Monte que - além de não beneficiar a população local e nem aos trabalhadores brasileiros, mas apenas as mineradoras instaladas no norte do país - foi considerada pela ONU um genocídio às populações da região; se esforçam para propor ao Congresso Nacional uma reforma da previdência para fazer o proletariado morrer sem se aposentar e, mesmo os que sobreviverem, com valor cada vez mais baixo; adotam - em nome do “ajuste fiscal” - medidas do arrocho que cortaram benefícios sociais da população; apoiaram a criação da Lei Antiterrorista, sancionada pela presidente Dilma, que permite a prisão pelas forças de repressão por mera presunção de alguém que ameaça a ordem sem ter ainda cometido qualquer crime.

Ao mesmo tempo CUT, UNE, MST, PT e o Governo Federal não apenas levantam o fantasma do “golpe” (para fazer o que eles mesmos desejam fazer) como, principalmente, tentam fazer ressurgir uma Frente Popular aos moldes daquela de 1989 quando ainda conseguiam arrebatar muitos trabalhadores

iludidos e bem intencionados para o seu projeto democrático (leia-se: anticomunista) e popular (leia-se: policlassista, logo antiproletário).

Em outubro de 2015 vários movimentos sociais se reuniram e lançaram uma frente ampla ‘Frente do Povo Sem Medo’ com a intenção de fazer um contraponto ao crescimento das forças oposicionistas e defender a democracia assim como aprofundá-la. Se faz necessário esclarecer quem compõem essa frente. Muitos dos movimentos que ali estão são ligados organicamente ao PT, PCdoB, PSOL, setores da igreja católica e movimentos sociais há muito tempo vendidos ao governo. Quem verdadeiramente comanda essa frente são as forças que, como demonstrado acima, tratam os trabalhadores da mesma forma como a direita tradicional o faz. Ou seja, apoiar esse tipo de iniciativa é para o proletariado cair em uma antiga armadilha.

Mais do que isso, todas as reivindicações do programa da FPSM foram cuidadosamente elaboradas para caber no orçamento do governo federal, conservando as prioridades capitalistas de seu direcionamento. Não se altera o pagamento da dívida pública, se menciona genericamente e com palavras vagas a necessidade de “reformas populares” e se concentra timidamente no âmbito dos costumes (defesa da tolerância e das liberdades contra o racismo, a intolerância religiosa, o machismo, a LGBTfobia) e de medidas superestruturais (“radicalização da nossa democracia”). No âmbito estrutural-econômico tudo se resume a uma oposição abstrata “contra as políticas de austeridade aplicadas pelo governo, em nome de ajustar as contas públicas”

e a tirar do papel a “taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos” previsto desde 1988 na Constituição e nunca regulamentado. Além disso, propõem “auditoria da dívida e suspensão dos compromissos com os banqueiros” como se fosse apenas um problema de verificação de sua legitimidade, deixando a porta aberta para continuar pagando a dívida e mantendo os compromissos com o setor financeiro.

A opção da FPSM está claramente colocada em seu manifesto de fundação: aprofundar a democracia para manter a exploração do trabalho. Isto significa que para eles bastaria uma reforma política institucional, pois o problema não é a própria democracia capitalista.

Portanto, precisamos estar atentos contra mais esta tentativa de levar os trabalhadores a agir contra os seus próprios interesses em nome do “combate à direita”. Não são os rótulos que devem nos orientar, mas a auto-organização para a conquista de reivindicações que se materializem em reais benefícios para a vida de quem vive do próprio trabalho. •

*“Por todo o mundo a esquerda governamental perdeu a identidade e nada de significativo a diferencia da direita. Abandonou quaisquer transformações econômicas se restringindo nesse campo aos paliativos, a esquerda governamental concentrou-se nas questões de costumes, mas mesmo aí deixa a desejar.” João Bernardo*

## Camisas amarelas: caia quem quiser

**DURANTE O MÊS DE MARÇO**, diversas pessoas foram às ruas protestar contra a corrupção e pedir a saída da presidente Dilma. Contudo, unificados por esta pauta conveniente e quase inquestionável - afinal ninguém é a favor da corrupção - há interesses muito bem definidos, embora não explícitos, da dita oposição ao governo que manobra para estar no seu lugar. Ela é formada e financiada por setores econômicos bem precisos com suas respectivas expressões políticas.

Os chamados “coxinhas”, termo impreciso que mais confunde que explica, são formados por setores das *camadas médias*, pela classe burguesa e dos gestores capitalistas: profissionais liberais, pequenos e médios comerciantes e elite econômica nacional, industriais, pessoas ligadas ao agronegócio e à administração do mercado financeiro. Ou seja, aqueles(as) que saíram às ruas com o rosto pintado de verde e amarelo enquanto vestiam, com orgulho a camisa de uma das instituições mais corruptas do Brasil - a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), investigada por um esquema que envolve um pagamento de propina de mais de cento e vinte milhões de reais a seus últimos três presidentes-, são na sua maioria pessoas que

não se identificam com o proletariado. São dos extratos economicamente mais privilegiados, que segundo o Datafolha, possuem em média 38 anos de idade e 5 salários mínimos de renda (por volta de quatro mil e quatrocentos reais - muito acima da média de renda do proletariado brasileiro).

A expressão política destes grupos são *Movimento Brasil Livre, Revoltados on-line e Movimento contra a corrupção*. Que, como publicado no Batalhar N° 6, encabeçam as manifestações de direita e têm ligações íntimas com partidos como PSDB, DEM e PMDB. Para este polo hoje há a necessidade e o interesse de um governo que faça ataques à classe proletária de forma rápida e eficiente e são esses os partidos que implementariam estas mudanças de forma mais rápida e sem pudores.

Estes ataques à classe proletária consistem no corte de direitos dos trabalhadores tendo por base a reforma da previdência e alterações da legislação visando majorar a flexibilização do trabalho. A saída às ruas dos “camisas amarelas” é pela necessidade de substituição do atual governo, que necessita de maior tempo para efetuar as mudanças para a reprodução ampliada do capital, pois se vê obrigado a negociar com suas bases sociais e sindicais de apoio. Um fato que sustenta esta tese é a participação da FIESP (Federação das

Indústrias do Estado de SP) nas manifestações. Essa instituição tem abertamente dado apoio logístico e financeiro para os movimentos que organizam a revolta dos “camisas amarelas”. A FIESP é diretamente interessada nas mudanças que os capitalistas esperam que ocorram com o impeachment do governo. Mudanças essas que para classe proletária significam retrocesso e mais uma derrota histórica.

Devido a opção estética, a utilização das cores verde e amarela, e defesa de alguns “valores” e entoadas do hino nacional, pode-se fazer um paralelo entre os novos manifestantes da direita com a dos Integralistas dos anos 30, movimento de ultra direita e nacionalista com inspiração nos movimentos fascistas europeus. Assim como os novos ativistas da direita, os integralistas utilizavam uniformes com as cores verde e amarela, referências à bandeira nacional. A paranoia anticomunista, a evocação à pátria e à agressão física a pessoas identificadas como de esquerda são também pontos comuns entre o Integralismo e a “nova” direita. Para ilustrar este paralelo é no mínimo curioso que um dos mentores jurídicos do impeachment, Miguel Reale Júnior, ligado ao PSDB, seja o filho caçula de Miguel Reale, um dos fundadores da Ação Integralista Nacional e assessor jurídico em 1967 do militar presidente Costa e Silva.

Outro fator importante são os resultados das jornadas de Junho de 2013 que tiveram como consequência uma nova realidade com o desaparecimento da esquerda autônoma enquanto posição política na rua, espaço preenchido pelos “camisas amarelas”. Ocorreu ainda uma apropriação de métodos utilizados anteriormente pela esquerda autônoma, sob nova forma em bases anti-intelectuais (vazias): a busca pelo apartidarismo, convocações em massa, a criação do MBL (Movimento Brasil Livre) como referência direta ao MPL (Movimento Passe Livre), gritos antes entoados durante as jornadas de 2013 ganharam as suas versões da direita (“quem não pula é comunista”), entre outros.

Há também uma parcela do proletariado que, com insuficiente ou deformada consciência de classe, se ressentiu pelas promessas não cumpridas e em meio aos escândalos protagonizados pelo governo que elegeu, acaba adotando a alternativa que tem sido disseminada com maior veemência. Mas o proletariado não pode se iludir, pois estamos diante de mais uma manobra das classes capitalistas (burguesia e gestores) para atingirem seus interesses de classe que são antagônicos aos nossos. Tais manobras, que nesse momento aparecem sob a forma de um movimento que reúne a velha direita conservadora, a extrema direita e o que há de mais retrógrado no capitalismo brasileiro, sob a máscara ideológica

*“O fascismo foi a consequência de dois fracassos: o primeiro, dos revolucionários, que foram massacrados pelos sociais democratas e seus aliados liberais; o segundo, dos liberais e social-democratas incapazes de gerenciar efetivamente o capital.” Jean Barrot/Gilles Dauvé*

de que a sua causa é a causa da “nação brasileira”: combater a corrupção e promover uma cruzada pela “limpeza” do país, como se seus interesses privados e econômicos não estivessem em jogo. É interessante lembrar que muitos dos presos da Lava Jato são empresários e como dissemos a FIESP é uma financiadora das manifestações dos “camisas amarelas”. Há assim uma seletividade em quem é alvo desses protestos. Por isso facilmente cai por terra a ideia de que este movimento é uma cruzada pela moralização da política.

Nesse contexto, presenciamos ainda o aparecimento de “heróis nacionais incorruptíveis” com sua “aura salvadora” que procuram agir acima e contra a lei para atingir o resultado esperado, comportamento típico do autoritarismo da extrema-direita que despreza a própria democracia, comprovadamente o melhor regime para o capitalismo. Percebe-se também, em tais ações ilegais, total despreocupação com tal forma de agir, pois o que se pretende ao acelerar abusivamente o processo de impeachment é, novamente, chegar à administração estatal para

implementar com maior velocidade os ataques à classe proletária e do jeito que melhor lhes convier, sem precisar negociar com burocracias sindicais, estudantis e rurais.

Para o proletariado, contudo, a realidade não se apresenta como se fosse um duelo de *batman* contra *super homem*, no qual um dos dois aparece para salvar o dia. Pois, tanto o homem morcego como o jovem da capa vermelha são dois *playboys* disfarçados de justiceiros (não por acaso agradam aos “camisas amarelas”), que não representam o interesse dos diariamente explorados. Se, de fato, há o desejo de lutar contra a corrupção, deve-se lutar contra o capitalismo, pois a corrupção é elemento natural e formador desse modo de produção. E para a derrocada de tal, o proletariado deve adotar as formas de auto-organização nas suas lutas como estratégia para a conquista de reivindicações que se materializem em reais benefícios para a vida de quem vive do próprio trabalho. Pois, se o proletariado não lutar por ele mesmo, ninguém o fará. •

*“Sempre que a hostilidade aos ricos não é acompanhada por nenhum sentimento de classe, o fascismo não anda longe”. João Bernardo*

# Escolas ocupadas: estudantes ensinando a lutar

A EDUCAÇÃO FORMAL para as massas surgiu como uma necessidade do próprio capitalismo industrial. Eram os liberais - membros da corrente política que um dia defendeu a revolução burguesa - que debatiam entre si a necessidade de instruir a população em geral. Dois argumentos principais fundamentavam essa demanda histórica dos exploradores: ensinar sobre o mundo do ponto de vista da classe dominante e ao mesmo tempo preparar para a execução das tarefas do trabalho assalariado moderno. Primeiramente, os mestres apenas ensinavam os alunos e nada mais. Mas com as crises do capitalismo e da produção, agravadas principalmente pelo fato do proletariado ter aprendido a lutar eficazmente contra o processo de trabalho - hegemônico até a década de 1970 - que o explorava, os próprios proletários/estudantes precisaram ser ensinados a pensarem e refletirem sobre os problemas do próprio capitalismo. Assim, não é mais apenas o professorado que detém o monopólio do saber, mas o alunado também deve se inserir no processo educativo a fim de ampliar o repertório crítico da educação e fortalecer o leque de alternativas para melhorar o próprio sistema vigente. Porém, assim como em determinados

momentos o proletariado se reconhece explorado e se rebela de forma organizada, os estudantes também passaram a nos ensinar para além de como melhorar o sistema, mas como lutar de forma radical e autônoma para modificá-lo.

Existe um número crescente de lutas acontecendo em inúmeras instituições de ensino por todo o Brasil. Esse movimento, que ganhou grande destaque em estados como São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, traz consigo uma forma de organização pouco explorada nas principais lutas com maior visibilidade. O movimento por si só é extremamente abrangente, não só nas suas diferentes conquistas nos diferentes estados e cidades, mas também nas diferentes formas de desenvolvimento da luta. Porém, o mais interessante para destacarmos foi o surgimento de experiências autogeridas, surgidas por meio da necessidade de ultrapassar os limites já conhecidos das lutas convencionais travadas sob a tutela das instituições e suas entidades representativas.

O movimento dos secundaristas parece ter chegado ao processo de autogestão mais pela demanda prática surgida no percurso da luta

*“O capitalismo está sempre tentando provar que não há alternativas, procurando fazer parecer natural aquilo que é, na verdade, um desenvolvimento histórico, e que portanto estaria sempre aberto a modificações.”*

*Clive Dilnot citando Barthes*

concreta do que por meio de um raciocínio lógico resultante de acúmulos teóricos e de lutas. Seu desenvolvimento surgiu da busca por novas táticas de ação que não se restringiram aos problemas estruturais mas também englobaram problemas socioculturais vividos pelos estudantes.

Ao enxergarem a necessidade de protestar e lutar por melhores condições de estudo, os secundaristas perceberam que era necessário se organizar não somente para manter os estudos, mas ao mesmo tempo gerir a própria materialidade do alunado na escola (alimentação, limpeza, segurança, moradia, etc.). Ou seja, a própria manutenção geral do espaço ocupado. Esse novo tipo de organização tirou grande parte do poder do Estado e das entidades representativas diante das escolas ocupadas e gerou esboços de situações de duplo poder, na qual estudantes - com apoio de parte dos responsáveis e da comunidade em torno - eram capazes de manter o funcionamento das escolas sem a necessidade de uma gestão externa. O Estado obviamente se viu extremamente preocupado com a perda de seu poder e tentou retomar o controle dessas instituições de ensino de forma violenta e, do ponto de vista jurídico, ilegal.

Escolas autogeridas por estudantes permitem desmontar pelo menos duas grandes ideologias sobre o Estado, revelando o que sempre se pretende ocultar. A primeira é que com a ocupação do espaço físico das escolas pelos estudantes, o Estado perde, ainda que provisoriamente, propriedades privadas que lhe pertencem, isto é, a autogestão permite comprovar na prática que os espaços são propriedades do Estado e não

públicos (propriedade social). Por tal motivo, a gestão estatal das escolas se dá de acordo com seus próprios interesses (e da indústria da educação), que não passam pelos interesses dos estudantes e menos ainda pelos do proletariado em geral. Decisões como fechar ou abrir uma escola são decisões que cabem apenas aos gestores do Estado. A segunda ideologia desmontada é a de que o Estado é indispensável para a vida em sociedade. O aprendizado da autogestão pelos estudantes é capaz de mostrar que, assim como o Estado não é necessário para gerir escolas, também pode não ser para gerir quaisquer outras instituições, permitindo desta forma a transposição dessa consciência para outras áreas da sociedade. Com suas lutas, os estudantes secundaristas têm mostrado a estudantes universitários e proletários que são necessárias outras táticas de luta, que passem por fora das formas burocráticas de representação como organizações estudantis (UNE, UBES, etc) e sindicatos. As ocupações das escolas mostram que, por outras formas, construídas na própria luta por aqueles que lutam, nossas batalhas podem resistir melhor e conquistar avanços.

Essas experiências tiveram e têm impactado de forma crescente Escolas técnicas e até mesmo algumas Universidades públicas, pois a tática utilizada pelos estudantes universitários até então, greves estudantis e ocupações de centros e reitorias, tem se mostrado insuficiente. Mas a grande questão em jogo não é somente a organização das lutas em busca de evitar fechamentos que reduzirão ainda mais um número já insuficiente de escolas e a sua já precária qualidade, mas sim avançar nas lutas e

nas próprias pautas. Tal inversão - do defensivo que resiste ao ofensivo que conquista - assume particular importância na atual conjuntura da luta de classes em que nos encontramos: a quase totalidade das lutas proletárias estão limitadas a tentativas de não retroceder em conquistas obtidas no passado. Isto significa que não existem hoje avanços duradouros que possibilitem colocar a luta proletária no nível da ofensiva por seus interesses imediatos e históricos.

A escolarização tem um papel fundamental para o capital, que necessita de especialistas na indústria e no mercado de trabalho. A partir do momento em que o Toyotismo substituiu o Fordismo, a exploração do operário adestrado para fornecer apenas suas capacidades musculares teve que ser superada em favor da preparação e exploração de proletários intelectualmente qualificados e aptos para executarem trabalhos complexos, sob as coberturas ideológicas da “flexibilidade” e da “multifuncionalidade”. Aquelas pessoas que apenas estudam se encontram, em sua

maioria, nesse processo como “força de trabalho de transição”, sendo preparadas onde já se reproduz a divisão social do trabalho diante da administração escolar e da organização do ensino em disciplinas, anos, níveis básicos e superior, etc.

A maioria dos estudantes e o conjunto do proletariado formam um só grupo social e devem lutar juntos pela melhoria de sua condição de vida frente às mudanças e desenvolvimentos do capital. Foi assim que, em maio de 1968, na França ocorreu uma das maiores greves gerais da história, com cerca de 9 milhões de grevistas, com a tomada dos distritos policiais por trabalhadores e estudantes e a paralisação total da bolsa de valores e da cidade de Paris. Essa consciência coletiva entre estudantes e o proletariado é uma das mais fortes armas contra o capital. Compreender que fazemos parte da mesma classe social abre o caminho para nos unirmos por uma causa comum a todos nós: o fim do capitalismo, dando lugar para uma sociedade de abundância e tempo livre. •

*“A partir do momento em que a autogestão se inicia, se estabelece uma relação contraditória entre as relações igualitárias da luta e as capitalistas que continuam a existir no resto da sociedade.”* **Lúcia Barreto Bruno**

## Identities and Proletariat: fighting with minorities or with the majority?

**DEVIDO ÀS INÚMERAS** derrotas do proletariado durante o século XX, a sua luta de classe se apresenta nesse período histórico de forma fragmentada, em pequenos grupos, definidos por meio de pautas específicas, referentes a questões socioambientais, culturais, raciais e de orientação sexual. Ao priorizar aspectos e setores, quem luta tem perdido cada vez mais a perspectiva de classe. Observar a dinâmica da sociedade por meio de uma perspectiva classista geral, permite ter uma visão mais ampla de qual é o verdadeiro inimigo a ser confrontado pela classe, assim como quais são as melhores estratégias para superar esse desafio.

O que se deve ressaltar e resgatar é uma perspectiva de classe proletária, sem ignorar que dentro da classe existem diferenças e particularidades mas que tais diferenças e particularidades se situam como elementos determinados de algo determinante: relações de exploração entre seres humanos. Ou seja, o proletariado é composto por pessoas de várias etnias, orientações sexuais e diferenças de lugar de moradia, estudo e trabalho. E isso não deve nos diferenciar, temos

um princípio que nos une enquanto classe, que é a apropriação do nosso trabalho pelo capitalismo. Somos a única classe que tem a potencialidade para conduzir a transformação revolucionária da sociedade até o fim.

O surgimento dessa estratégia de luta fragmentária tem origem na Europa e EUA a partir da derrota das manifestações estudantis e proletárias no movimento que ficou conhecido por “maio de 68”. Esta concepção fragmentada ganhou força a partir do refluxo desse movimento, da divisão da chamada esquerda com a separação definitiva dos revolucionários proletários tanto da URSS e seu sistema de partidos comunistas pelo mundo, quanto das organizações maoístas e do falso progressismo da social-democracia.

É nesse mesmo contexto histórico que surgem dois fenômenos que reforçam uma visão fragmentária da totalidade: o mal chamado “neoliberalismo” e um conjunto de pensamentos e autores, conhecidos como pós-modernos ou pós-estruturalistas, que tem como objetivo

*“Uma verdadeira política deve ignorar as identidades, mesmo aquela tão tênue, tão variável, a dos “comunistas”.  
Conhece apenas aqueles fragmentos do real dos quais uma Ideia atesta que o trabalho de sua verdade está em curso”*  
**Alain Badiou**

criticar as ferramentas conceituais gerais no sentido de colocá-las em xeque, assim como qualquer tipo de unidade política ou cultural. Esses dois fenômenos alcançaram grande difusão e acolhimento nos países de capitalismo desenvolvido principalmente na comunidade acadêmica. Não cabe aqui discutir toda essa gama de autores e seus matizes de pensamentos. Pretendemos apenas demonstrar os limites que tal visão fragmentária do real pode trazer.

Uma questão que se deve chamar a atenção é como a democracia liberal cada vez mais tem aceito as reivindicações dos movimentos identitários, implementando suas políticas, como a Lei Maria da Penha no Brasil, o casamento homoafetivo nos EUA ou a legalização das drogas em vários países. Devemos ter em mente que a democracia liberal assim procede como forma de absorção de conflitos e amortecimento da luta de classes. Qualquer demanda social que o capitalismo incorpora, sem luta da classe proletária, apenas é incorporada porque não ameaça a reprodução do sistema e nem diminui a lucratividade. Em alguns casos até podem gerar lucros, quando os grupos identitários viram nichos de mercado.

Um exemplo esclarecedor da forma como o capitalismo tem se aproveitado desse tipo de pauta para os seus interesses é a anunciada proposta de instalação da primeira delegacia da mulher em um campus universitário no Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina. A polícia é uma instituição criada para cuidar da repressão às classes exploradas. Muito além de evitar e prevenir violências contra mulheres no espaço acadêmico - uma demanda justa - a

questão da mulher funciona aqui mais como justificativa social para conquistar apoio para implantar oficialmente uma instituição que irá atuar na repressão e monitoramento de todo tipo de atividade que acontece nas dependências da universidade, montando um aparato repressivo sem qualquer controle social que estará capacitado para atuar em questões muito diferentes do que as de delitos cometidos contra as mulheres.

Por seu caráter liberal, boa parte das pautas identitárias se limita a reivindicar a igualdade no plano jurídico, seja de direitos ou salários entre homens e mulheres, entre humanos brancos e de outras etnias, entre humanos e não humanos. O limite liberal se revela quando ativistas se organizam e se colocam em movimento para “conquistar” serem explorados igualmente pelo capitalismo. Não se luta mais contra o capitalismo, mas para que o capitalismo explore sem distinções.

Frequentemente o capitalismo transforma lutas sociais do campesinato e de resistência ao deslocamento de populações nativas ou originárias em questão ambiental. Camponeses lutam pela preservação de suas terras e do meio ambiente que as cerca, por ser assim que podem fazer a reprodução econômica de sua existência. Populações nativas ou originárias são transferidas para outras áreas devido à especulação agrária, imobiliária ou para a construção de obras que beneficiam o capital. Logo, trata-se de um problema estrutural causado por um sistema econômico e político que exige como resposta a auto-organização dos atingidos enquanto classe. Por isso se torna interessante para burgueses

e gestores do capitalismo “desviar” as lutas de uma perspectiva de classe, que permite a todos lutarem de forma unida, para uma questão de preservação ambiental e não de transformação social, fragmentando assim estas lutas.

Assim, importa compreender que nem tudo é o que parece ser. Consideradas de um ponto de vista imediato, as lutas fragmentadas podem parecer muito importantes e a principal forma de combate à crescente exploração e depreciação da vida dos explorados. Porém, estas lutas não

atacam a raiz do problema, pois mesmo quando lutas fragmentadas são vitoriosas, as conquistas resultantes dessa concepção fragmentada continuarão coexistindo com o capitalismo e até mesmo o aperfeiçoando (veja o caso do capitalismo verde e autossustentado). Como as formas de precarização da vida humana no capitalismo são flexíveis e múltiplas, lutar contra elas também exige da classe proletária consciente flexibilidade e multiplicidade de formas. O que não se confunde com identitarismos, comunitarismos nem fragmentações. •

*“A emancipação política da religião não é a emancipação integral, sem contradições, da religião, porque a emancipação política não constitui constitui a forma plena, livre de contradições da emancipação humana.”*

**Karl Marx**

## Programa “Escola sem partido”: caça aos que lutam na escola

NOS ENCONTRAMOS em um momento de crescentes disputas políticas em nosso país, o que tem ensejado o surgimento cada vez maior de tentativas de tornar juridicamente ilegal lutar, criticar ou pensar contra o estado atual da sociedade. Essas ofensivas reacionárias buscam tornar o capitalismo e suas vertentes como únicos e inquestionáveis, propondo uma ditadura em forma jurídica.

Uma das formas mais claras desse movimento antiproletário e (até mesmo anti social-democrata) se encontra na tentativa de criação de um projeto de lei que torne crime que professores deem “suas opiniões” dentro de sala de aula, para que estes não influenciem alunos, ou “manipulem” suas mentes. São sem fim as razões de críticas a essa lei, que são capazes de demonstrar a sua verdadeira essência: tornar crime pensar contra o capitalismo e tornar os alunos meros reprodutores do sistema capitalista, sem uma compreensão completa do seu papel dentro da sociedade.

É importante então mostrarmos de onde parte essa visão totalmente limitada, na qual os defensores de certas leis enxergam o ensino das teorias críticas como doutrinação e,

o de empreendedorismo, como algo natural. Esquemáticamente, podemos dizer que defendem os fundamentos dos ideais liberais e sobretudo conservadores, tendo como base os fundamentos das ciências naturais. Esta foi concebida como sendo a única modalidade do conhecimento válida, portanto universal e verdadeira, sendo capaz de substituir a compreensão de mundo antes pautada nos ideais religiosos e da metafísica.

A sua principal característica se encontra na compreensão do mundo através do experimental e matemático, que partindo de uma análise do atual, identificado através da ação e reação é possível se estabelecer um entendimento dos diferentes fenômenos que explicam o universo. Enquanto tais leis são extremamente eficazes para se entender a física, química e outras ciências exatas, estas mostram-se extremamente incapazes para o entendimento global do ser humano em sociedade (moderna, industrializada, complexa, etc.). É diante dessa lacuna que nascem as ciências humanas, pois um ser genérico e complexo não pode ser entendido apenas através de suas ações e reações do presente. O que a visão liberal e conservadora nos quer fazer crer é que

*“O problema educacional, tal qual é usualmente detectado, é na **aparência**. Na realidade, ele é a forma aparental de algo essencial: as determinações econômicas que regem a lógica das classes, transmutadas em lógica de poder e legitimada pelo aparelho escola, através do fornecimento de uma educação diferencial”* **Maurício Tragtenberg**

o ser humano é um ser regido pelas leis da natureza (ou até mesmo divinas, do ponto de vista da bancada evangélica-católica), que determinam a sua maneira de ser enquanto essência atemporal e pré-social.

Essa é a base do desenvolvimento das teorias liberais que não visualizam o homem como um ser complexo, que tem o seu condicionamento social baseado no seu desenvolvimento histórico, o que evidencia que nossos comportamentos e entendimentos atuais são constantemente construídos pela nossa sociedade moderna e capitalista. A partir desse primeiro entendimento percebemos que se o homem não é por natureza capitalista, podemos compreender que não interferir criticamente na formação de uma pessoa e não expor diferentes teorias que demonstram essa complexidade da vida humana é na verdade o real doutrinação, em curso desde que há escola e universidade moderna. Dessa forma, exclui-se do aluno a capacidade de poder compreender que vivemos em um modelo social que não é único e nem estático na história, mas que é na verdade um resultado de uma conformação histórica, que pode e deve ser mudada.

Ou seja, “Escola sem partido” é na verdade a escola do pensamento único, que já tomou seu partido de classe, pois retira do ensino a possibilidade de apresentar ao alunado conteúdos e críticas que ultrapassam o ideal de neutralidade do ser humano, ideais estes que levam a conclusões desastrosas, como à xenofobia, ao nacionalismo, ao racismo, sexismo e outros. Aliás, se o doutrinação “de esquerda” nas escolas fosse um fato concreto, contundente, não seriam todos

os jovens de hoje socialistas? No entanto, vemos na realidade o individualismo, o egocentrismo, o ressentimento e o fetiche da ascensão social.

Maurício Tragtenberg afirma que a escola é o espaço de reprodução ideológica do capitalismo por sua estrutura e disciplina fabril, mas no espaço escolar também existe a possibilidade da crítica ao próprio sistema capitalista. O projeto da “Escola sem partido” quer é extinguir esse espaço da crítica ao sistema capitalista, excluindo do espaço escolar a possibilidade de mostrar a sua dinâmica histórica. Isso fica comprovado quando os defensores do projeto de lei acusam os professores de doutrinação feita pelo “Marxismo Cultural” ou “Ideologia de gênero”.

O pensamento marxista em todas suas vertentes sempre teve como objetivo a crítica ao sistema capitalista, por isso é um alvo fácil ou o principal alvo dos grupos de direita que encabeçam o projeto. É interessante destacar que o termo “Marxismo Cultural” tem suas origens na Alemanha dos anos vinte. Heinrich Himmler, comandante militar da SS e um dos principais líderes do Partido Nazista alemão, junto com Gregor Strasse, outro líder do Partido Nazista, fundaram em 1928 a “Sociedade Nacional-Socialista de cultura alemã” que tinha como sua principal missão lutar contra o que eles chamavam de “bolchevismo cultural”.

É importante ainda identificar quem são as forças apoiadoras desse atual projeto. Os parlamentares da família Bolsonaro e toda extrema-direita, caricata mais atuante; o Instituto Millenium, que tem como missão disseminar ideias de uma sociedade com liberdade civil, direito à propriedade privada e a economia de mercado, ou seja, valores

intrínsecos da sociedade capitalista. Por outro lado, a Fundação Unibanco, o Instituto Lemann (AMBEV) e a Associação Brasileira de Escolas Particulares, que se posicionaram contra o projeto, sabem que diante de um capitalismo dinâmico e avançado é necessário que se conheça todos os pontos de vista dos debates sociais, culturais e econômicos.

O projeto “Escola sem partido” lança a educação e a sociedade brasileira em uma idade das trevas, onde reinará o cerceamento do pensamento revolucionário ou crítico, de tal modo que a doutrinação real de ideologias religiosas e do empreendedorismo - trazidas como supostos consensos atemporais e universais - continuarão gozando da sua liberdade irrestrita. Esse projeto de lei é perigoso principalmente para as escolas estatais,

onde está a maioria dos filhos da classe proletária, pois a medida tem como seu principal foco alienar duplamente o proletariado (material e subjetivamente). No estado de Alagoas, o projeto foi aprovado com o nome “Escola Livre”; nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná há professoras que sofrem processos de exoneração por “doutrinação ideológica”, movidos por apoiadores do projeto de lei.

Professores já foram afastados e só retornarão às suas atividades devido à solidariedade ativa de alunos, responsáveis e professores combatendo essa medida. É necessário que a classe proletária se organize para barrar tal projeto e impedir todas as tentativas do capitalismo de naturalizar suas relações sociais. •

*“Os pedagogos, sem esquecer das pedagogas, que horripilados e horripiladas lançam mãos aos cabelos pelo fato de os alunos saírem do ensino secundário sabendo ler e escrever cada vez pior, ignoram que para os capitalistas a alfabetização verdadeiramente importante consiste em tornar os jovens hábeis no manejo dos instrumentos eletrônicos (...). João Bernardo*



**2017**

## Reforma Trabalhista: três perspectivas, três resultados (parte I)

A REFORMA TRABALHISTA retomada pelo Governo Temer tenta realizar sob argumentos ideológicos (operação de ocultamento) um antigo e permanente desejo de qualquer capitalista: elevar o processo constante de acumulação de capital pela via da redução de custos com a força de trabalho, evitando assim a tendência à diminuição das taxas de lucro.

Deixemos de lado a ideologia e a chantagem ao proletariado contida em argumentos do tipo “a reforma trabalhista é necessária pois atualiza uma legislação engessada dos anos 40 e assim geraria mais empregos”, “a CLT tornou-se pouco eficaz em seu objetivo de proteção ao trabalhador”, “a CLT não dá o peso necessário à vontade dos trabalhadores expressa nas convenções e acordos com as empresas” ou “é preciso diminuir o número de conflitos trabalhistas para que os direitos dos trabalhadores sejam mais respeitados”. Vejamos, a partir da perspectiva da luta de classes, o que se esconde por trás desses argumentos.

Antes de tudo vale frisar que desde a sua criação a CLT foi - e continua sendo - integralmente patronal. Nunca protegeu o proletariado. As sentenças que proletárias/os obtêm com base nela se devem ao descumprimento da lei por parte do empresariado, que sequer a obedece nas relações de trabalho. Ela serviu para enquadrar a força de trabalho impedindo ganhos acima da lei, sem falar na eliminação da auto-organização proletária ao estatizar os sindicatos.

Em sua mensagem ao Presidente Temer, o Ministro do Trabalho enumerou os objetivos dessa reforma trabalhista: 1) *aprimorar as relações do trabalho no Brasil, por meio da valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores* (leia-se: capitalistas chamando o proletariado para a luta de classes); 2) *atualizar os mecanismos de combate à informalidade da mão-de-obra (sic) no país* (leia-se: ampliar o assalariamento das classes exploradas e com isso fazer finanças para o Estado); 3) *regulamentar a Constituição Federal na parte que assegura a*

*“Um homem que não tem tempo livre de que disponha, cuja vida inteira - afora as interrupções meramente físicas, pelo sono, refeições, etc - esteja absorvido pelo seu trabalho para o capitalista, é menor que uma besta de carga. É uma mera máquina de reproduzir riqueza alheia, derreada no corpo e embrutecida no espírito.” Karl Marx*

*eleição de representante dos trabalhadores na empresa, para que possam se entender diretamente com os empregadores* (leia-se: ampliar para as empresas as possibilidades legais de pacto social aumentando as possibilidades de corrupção de parcelas do proletariado para além da corrupção das diretorias de sindicatos), e 4) *atualizar o trabalho temporário* (leia-se: aprofundar a precarização e a subcontratação chamada - popular e confusamente - de “terceirização”).

O primeiro objetivo é para fazer valer o negociado sobre o legislado. Se posicionar sobre isso fora da luta de classes deixa o proletariado consciente em um “beco sem saída”. Na década de 1980, quando as lutas econômicas do proletariado no Brasil viveram um momento de ascenso, o patronato lutou arduamente pelo inverso: fazer valer o legislado sobre o negociado, sob o singelo (leia-se: ideológico) argumento de que “as reivindicações dos trabalhadores são justas, mas eu não posso aceitá-las sem descumprir a lei”. Agora, que já se conseguiu eliminar qualquer vestígio de organização autônoma nos locais de trabalho e com o sindicalismo

tendo voltado a ficar inteiramente conformado com a sua estatização (coisa que havia ensaiado romper na década de 1980), o patronato sabe que pode reduzir custos com força de trabalho abaixo do mínimo legal. Ou seja, em 1980 a lei garantia que a força de trabalho não ficaria mais cara. Hoje ela atrapalha que fique mais barata. E tem mais sobre este primeiro objetivo.

Prossegue o ministro em sua mensagem a Temer “*Categorias de trabalhadores como*

*bancários, metalúrgicos e petroleiros, dentre outras, prescindem há muito tempo da atuação do Estado, para promover-lhes o entendimento com as empresas. Contudo, esses pactos laborais vem tendo a sua autonomia questionada judicialmente, trazendo insegurança jurídica às partes quanto ao que foi negociado. Decisões judiciais vem, reiteradamente, revendo pactos laborais firmados entre empregadores e trabalhadores, pois não se tem um marco legal claro dos limites da autonomia da norma coletiva de trabalho.”* Eis o reconhecimento de que a parcela da classe que se organiza no modelo do capitalismo sindical (como é o caso das categorias citadas) está madura para fazer pactos com o capital e que o modelo getulista revela seu aspecto de inutilidade pois foi criado para proteger o patronato da luta autônoma ao atuar como “juiz” da luta de classes ao mesmo tempo em que enquadra a força de trabalho para que dela se extraia mais-valor. Sem lutas autônomas, da estrutura getulista se destaca apenas o lado paternalista que não se justifica manter.

Por ser mais breve, passemos ao terceiro objetivo. O interesse do capital fica límpido quando o ministro especifica o que espera com a medida: “*O representante dos trabalhadores no local de trabalho deverá atuar na conciliação de conflitos trabalhistas no âmbito da empresa, inclusive os referente (sic) ao pagamento de verbas trabalhistas periódicas e rescisórias, bem como participar na mesa de negociação do acordo coletivo de trabalho com a empresa.*” Ou seja, é menos custoso corromper indivíduos do que burocracias sindicais consolidadas. E para quem tem dúvidas de que lado na luta de classes

está o sindicalismo e a social-democracia de base operária, o ministro chega a ser didático ao afirmar “*A experiência europeia demonstra a importância da representação laboral na empresa. Países como Alemanha, Espanha, Suécia, França, Portugal e Reino Unido possuem há vários anos as chamadas comissões de empresa ou de fábrica. A maturidade das relações de trabalho em alguns países europeus propicia um ambiente colaborativo entre trabalhador e empresa, resultando na melhoria do nível de produtividade da empresa.*” Observem que não apenas a forma sindicato, mas também qualquer outra forma que não seja instituída pelo próprio proletariado em luta se volta contra os seus interesses. O texto do ministro nos permite entender claramente a diferença radical entre “organização proletária”

(auto-instituída) e “organização para proletários” (hetero-instituída). No capitalismo qualquer hetero-organização é antiproletária e reacionária. Cabe alertar aqui que, para uma organização servir para o proletariado anticapitalista - no presente e no futuro - não basta ser criada de forma autônoma. É preciso que continue autônoma, sem ser absorvida e incorporada pelo Estado.

No próximo número do Boletim Batalhar analisaremos os outros dois objetivos do governo com essa proposta de reforma trabalhista e destacaremos algumas de suas medidas concretas para atingi-los. •

“O proletariado é revolucionário ou não é nada”. **Karl Marx**

## Reforma Trabalhista: três perspectivas, três resultados (parte II)

**PARA ALCANÇAR** os alegados objetivos de “combater a informalidade” e “atualizar o trabalho temporário” a proposta lança mão de medidas tais como: a) pretende tornar habitual a sobrejornada de trabalho sem convertê-las em horas extraordinárias, fazendo com que o proletariado trabalhe além da jornada máxima de trabalho com evidentes impactos negativos sobre sua saúde; b) cria mais dificuldades para que proletárias/os possam tentar reparar no judiciário qualquer descumprimento da própria lei, impondo que se esgotem as instâncias administrativas antes de recorrer à justiça; c) permite a subcontratação (terceirização) de qualquer atividade de forma ampla e irrestrita, gerando o esvaziamento dos empregos diretos, a ampliação do fenômeno da “pejotização”, além de subordinar o proletariado a modalidades contratuais que comprovadamente lhe ocasionam menores salários e piores condições de trabalho. Dificulta ainda o acesso aos créditos trabalhistas, diante da fragilidade empresarial da maioria das empresas terceirizadas que desaparecem da vida comercial, deixando dívidas e dando calote nos trabalhadores; d) revoga artigos da CLT para aumentar o tempo de trabalho do proletariado (mais-valor absoluto)

tais como: dispensa toda a contagem de tempo de jornada pelo deslocamento dos trabalhadores mesmo em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público e a previsão de intervalo de descanso de 15 minutos antes do início da jornada extraordinária para as mulheres; e) transfere para o empregado os prejuízos com esquivas ou dificuldades do empregador, o ônus pela burocracia do judiciário e risco do negócio empresarial; f) flexibiliza para que proletárias gestantes e lactantes possam trabalhar em ambientes insalubres; g) ao criar a espécie de contrato de trabalho denominada “contrato intermitente” visa, na verdade, autorizar a jornada móvel variada e o trabalho variável, isto é, a imprevisibilidade da prestação de serviços. É a institucionalização do chamado “bico” em claro atentado à dignidade do trabalho; h) exclui a natureza salarial das parcelas pagas por produtividade e incentivo, impedindo sua integração ao salário e sonogando tais valores da base de cálculo do FGTS, INSS, férias e 13º salário; i) autoriza banco de horas sem especificar seus limites, abrindo possibilidade para jornadas de trabalho de 16 ou 18 horas por dia; j) ao permitir que o autônomo exerça sua atividade com

*“O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria.”*

*Marx & Engels*

subordinação e habitualidade, fraudada a relação de emprego, precariza as relações de trabalho e incentiva a sonegação de impostos e contribuições sociais; k) acaba com a interpretação, por analogia, da solidariedade das empresas que constituírem grupo econômico, possibilitando assim que um grupo econômico registre seus empregados em uma empresa “quebrada” e, mesmo com as outras empresas sadias, não vir a ser responsabilizado por dívidas trabalhistas não pagas; l) permite que as negociações coletivas retirem diversas funções que hoje são privativas de aprendizes, diminuindo a contratação destes jovens para o mercado de trabalho, dentre outras.

Vale destacar que essa reforma expõe as diferenças de interesse entre o capitalismo empresarial (burgueses e gestores patronais) e o capitalismo sindical (dirigentes e gestores sindicais). Nesse sentido algumas medidas foram incluídas para retirar a tutela do Estado para o segundo segmento e forçá-lo a também entrar na luta de classes. Nas palavras do relator do projeto de reforma aprovado na Câmara dos Deputados “*A proposta de se estimular o resultado das negociações coletivas, contudo, tem que estar diretamente relacionada com uma estrutura sindical em que as entidades sejam mais representativas e mais democráticas. Embora reconheçamos a existência de inúmeros sindicatos altamente representativos, não podemos fechar os olhos para a outra realidade do nosso sistema sindical, em que proliferam sindicatos de fachada. [...] A existência de uma contribuição de natureza obrigatória explica, em muito, o número de sindicatos com registro ativo existentes no País. Até março de 2017, eram 11.326 sindicatos de trabalhadores e 5.186 sindicatos de empregadores, segundo dados obtidos no Cadastro*

*Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho. Comparativamente, no Reino Unido, há 168 sindicatos; na Dinamarca, 164; nos Estados Unidos, 130 e na Argentina, 91. Um dos motivos que explica essa distorção tão grande entre o número de sindicatos existentes no Brasil e em outros países do mundo é justamente a destinação dos valores arrecadados com a contribuição sindical. Somente no ano de 2016, a arrecadação da contribuição sindical alcançou a cifra de R\$3,96 bilhões de reais. Os sindicatos, sejam eles classistas ou patronais, não mais poderão ficar inertes, sem buscar resultados efetivos para as suas respectivas categorias, respaldados em uma fonte que não seca, que eles recebem independentemente de apresentarem quaisquer resultados. [...] O ideal, a nosso ver, era (sic) que a contribuição sindical ficasse restrita aos trabalhadores e empregadores sindicalizados. Como um passo inicial, mantivemos a possibilidade de qualquer trabalhador ou empresa de optar pelo pagamento da contribuição, com a ressalva de que o trabalhador interessado deverá manifestar-se prévia e expressamente a favor de seu desconto pelo empregador.”*

A imprensa tem divulgado reuniões de dirigentes sindicais com Temer e o ministro do trabalho. Nelas os sindicalistas oferecem uma menor resistência às reformas trabalhista e previdenciária se o governo fizer uma medida jurídica para que a contribuição assistencial continue a ser cobrada dos trabalhadores compulsoriamente. Como sempre, negociação e barganha são as formas de atuação dos sindicalistas. Os mesmos que negociam as convenções coletivas em nome do proletariado junto às empresas, cujos resultados irão se sobrepor à legislação.

Além disso, o movimento francês *Nuit debout* (De pé a noite) que ocupou a praça da República em Paris resistindo à reforma trabalhista naquele país, demonstrou que a necessidade do barateamento da força de trabalho é internacional e não uma particularidade brasileira.

Diante dessa conjuntura, cabe ao proletariado com consciência anticapitalista ser **contra o negociado** (sem patamar mínimo) da direita tradicional e **contra o legislado** (como patamar máximo) da esquerda tradicional, auto-organizando-se a **favor do conquistado** (legal e historicamente). Livre de uma subjetividade jurídica que subordina o que se pode conquistar apenas ao que se transforma em lei. •

*“Aquele que não conhece a verdade é simplesmente um ignorante mas aquele que a conhece e diz que é mentira, este é um criminoso.” Bertold Brecht*

## A carne é forte

**AS DELAÇÕES** dos irmãos Batista revelaram muito mais do que as entranhas do funcionamento da relação Estado/empresas, elas mostraram a força de um setor da economia com origem no Brasil já amplamente transnacionalizado. A dona da marca Friboi é a maior exportadora de carnes do mundo e, apenas considerando dados oficiais do TSE, doou nas eleições de 2014 mais de R\$ 300 milhões a candidatos de diferentes partidos (PMDB, PT, PSDB, PSD, PSB, PP). Para se ter uma idéia da grandiosidade deste valor, depois da JBS quem mais contribuiu foi a Andrade Gutierrez com R\$ 10,4 milhões. Tais números incluem apenas doações legais e foram destinadas a candidatos à presidência da república, deputados federais e estaduais, senadores, vereadores e governadores, tornando na prática a JBS o maior e mais poderoso partido político. Sua bancada conta com 179 deputados estaduais em 23 estados, 167 deputados federais de 19 partidos, 16 governadores, além de alguns dos 28 senadores financiados, nem todos eleitos. O resultado desse cenário é o ditado popular: “Quem paga a banda, escolhe a música”.

Ao mesmo tempo, ao contrário do que diz certo ressentimento espalhado pelo país, a democracia brasileira vive o seu auge histórico. Ela não

foi roubada ou usurpada, está perfeitamente no mesmo lugar que toda democracia moderna está: a serviço das grandes empresas e do capital. Exatamente no mesmo papel das últimas décadas. Esse auge das instituições democráticas brasileiras se dá hoje através das diversas forças-tarefas das polícias e da justiça no combate a determinadas práticas de corrupção.

Tais operações não combatem a corrupção, mas algumas práticas concretas e em andamento. Isso porque é impossível combatê-la dentro desse sistema, já que ela faz parte da sua própria natureza. A primeira corrupção diária da nossa sociedade não é o troco não devolvido ou a fila furada: é a parte da jornada de trabalho nossa que nunca recebemos e nunca receberemos - mesmo depois de qualquer operação policial ou judiciária. O que produz miséria e riqueza, carência e abundância na nossa sociedade não são os desvios de verbas públicas ou pagamento de propinas. A produção da riqueza é a mesma produção da pobreza, é a mesma relação social de produção que nos devolve salários em troca dos lucros sem fim, que produz desigualdade, injustiça, alienação. Ou seja, a corrupção primeira e geradora de todas as outras é a exploração.

Logo, é evidente que tais operações, que se confundem com espetáculos midiáticos, ao mesmo tempo que são de fato parte de momento inédito da nossa história, não estão combatendo o próprio sistema que os alimenta. Quem nos disse isso é o próprio então procurador geral da república, Rodrigo Janot, em entrevista à GloboNews. Adorado por alguns por ter mandado prender Aécio Neves, pelos mesmos que há um ano dizem que a democracia brasileira estava ameaçada, Janot nos disse: “O Brasil é capitalista e deve sê-lo. Precisamos garantir a livre concorrência entre as empresas, por isso o combate à corrupção é necessário”. Assim, graças também à sinceridade do procurador, está claro que se trata de uma grande questão para as próprias elites dominantes do país.

Porém, além das palavras de Janot, há outra evidência de que essas operações estão distantes de qualquer sentimento ou prática de justiça social. Lembremos de uma delas em especial, que ganhou a atenção da mídia e da população por uma semana ou pouco mais. A operação “Carne Fraca” foi um lugar à parte nesse percurso.

A carne é o terceiro item das exportações brasileiras, chegando a 150 países do mundo e gerando cerca de 750 mil postos de trabalho. Parece ótimo, mas existe uma face oculta neste processo - uma verdadeira máquina de moer carne e ossos *humanos*. Quando compramos um bife, uma

linguiça ou um filé de frango no supermercado, não imaginamos que por trás da embalagem existem histórias de milhares de trabalhadores/as que se lesionam gravemente todos os dias e adoecem física e mentalmente nas linhas de abate de bovinos, suínos e aves. Graves cortes com facas, além de doenças causadas por movimentos mecânicos e pela exposição constante ao frio, caracterizam o duro cotidiano dos trabalhadores dos frigoríficos brasileiros. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) usa uma escala de 1 a 4 para classificar os ambientes mais perigosos para a saúde do trabalhador. O dos frigoríficos é de grau 3, perdendo apenas para o setor de demolição e extração de minérios. Estes trabalhadores estão constantemente expostos a lâminas, serras e instrumentos cortantes de alta periculosidade; realizam movimentos repetitivos muito acima do recomendado pelos órgãos de saúde (120 por minuto, favorecendo o desenvolvimento de doenças osteomusculares - enquanto o máximo deveria ser de 25 a 33); pressão psicológica para dar conta do ritmo alucinado de produção (são monitorados em suas idas ao banheiro e proibidos de conversar, vivendo uma situação de assédio permanente, que favorece o desenvolvimento de doenças de fundo emocional como a depressão e os impulsos suicidas); cumprem jornadas exaustivas sem os intervalos determinados em lei, além de serem submetidos a um ambiente asfíxiante e gelado, que por si só exige maior energia para a realização de

*“Enquanto as empresas não forem geridas pelos trabalhadores e não por patrões (de direita) nem por tecnocratas (de esquerda), enquanto a sociedade não for administrada pelos trabalhadores e não por políticos profissionais (de direita ou de esquerda), o capitalismo continuará a existir e, no máximo, mudará de forma, sem alterar o fato básico da exploração.” João Bernardo*

qualquer movimento, além de impactar o aparelho respiratório, facilitando doenças como sinusite e pneumonia.

Segundo dados oficiais do Ministério da Previdência Social, os chamados transtornos de humor dentre os trabalhadores de frigoríficos são 3,41 vezes maiores que nos demais setores, as doenças do tipo LER/DORT, 6,74 vezes maiores, traumas/mutilações, 2,25 vezes maiores e queimaduras, 6 vezes maiores. Estudos realizados demonstraram que medidas simples como adequações ergonômicas e o cumprimento dos intervalos de 20 a cada 100 minutos trabalhados contribuiriam para reverter este quadro perverso. No entanto, existe a resistência do empresariado que quer aumentar seus lucros a qualquer custo.

Descoberta pelas gravações da operação “Carne

Fraca”, uma das propinas pagas, a menos comentada pela imprensa, era o pagamento para a aprovação do aceleramento em 20% da velocidade da linha de produção de corte. Com a recente aprovação da flexibilização da legislação trabalhista, que permite ao patronato a intensificação da extração de mais-valia, esta situação tende a se agravar ainda mais.

Diante da realidade de um proletariado industrial tão importante para o capital e tão intensamente explorado, a pergunta que não quer calar é: por que a esquerda tradicional continua privilegiando outra classe social (campesinato), fazendo a defesa de propostas políticas antiproletárias (reforma agrária, agricultura familiar/cooperativismo, vegetarianismos, etc.) e canalizando esforços para construir e fortalecer organizações anticomunistas como o MST e a Via Campesina? •

*“Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano.” Karl Marx*

## Venezuela: capitalistas à beira da guerra civil

**DA PERSPECTIVA** do proletariado com consciência de classe anticapitalista, posicionar-se sobre um processo como o que se desenvolve na Venezuela requer entender corretamente suas características. Isto significa limpar o entulho ideológico com que direita e esquerda tradicionais tentam “poluir” a atual conjuntura, com o objetivo de angariar apoio social internacional para suas respectivas ações políticas. Para tanto, faz-se necessário conhecer seus personagens.

Após a tentativa fracassada de golpe militar em 1992, o tenente-coronel Hugo Chávez enfim chegou ao poder em 1998, por uma eleição que canalizou na institucionalidade o descontentamento massivo que havia culminado no *Caracazo* nove anos antes; ele apoiou-se na promessa de reduzir a pobreza e de travar uma luta nacionalista contra o imperialismo estadunidense. E, como ‘para quem tem fome não há pão duro’ - conforme provérbio venezuelano - Chávez teve seu apoio eleitoral e nele foram depositadas esperanças de pessoas que careciam de recursos e serviços básicos. Logo em seguida, a social-democracia de outros países tentou enxergar no caudilho um novo cavaleiro da esperança, um mensageiro de

um suposto socialismo do século XXI, por meio de uma “revolução bolivariana”.

Ocorre que o próprio Bolívar não foi um revolucionário: ao mesmo tempo em que combatia o imperialismo espanhol, se curvava ao britânico. Tampouco no chavismo havia algo de socialista ou de século XXI: tratava-se da velha política de aliança de classes do século XIX. O objetivo de Chávez, na melhor das hipóteses, era uma Venezuela capaz de exercer seu próprio imperialismo. Era então preciso reduzir a miséria e o analfabetismo de seus trabalhadores, assim como Bolívar libertava escravos para alistá-los na linha de frente das batalhas que comandava.

Além disso, são notáveis nos processos revolucionários históricos diversas conquistas praticamente imediatas (vide Rússia, China e Cuba). Já na Venezuela, são quase vinte anos de governo do PSUV e não é identificável uma mudança radical na estrutura social e na vida das pessoas. E, na contramão, quando movimentos proletários autônomos tomam parte, o mesmo Estado não tarda em fazer uso de sua força militar para manter a ordem institucional e reprimi-los.

*“O que Bolívar realmente almejava era erigir toda a América do Sul como uma única república federativa, tendo nele próprio seu ditador.” Karl Marx*

Como exemplo, é válido memorar que durante o governo chavista, em 2009, a polícia do estado venezuelano de Anzoátegui assassinou dois operários que participavam da ocupação de uma montadora da Mitsubishi, a MMC. A mobilização dos trabalhadores ocorria em solidariedade às centenas de demissões que estavam ocorrendo na empresa terceirizada, que prestava serviços para a fábrica em função da anulação de um acordo entre patrões. Um episódio similar ocorreu em 2014, no governo de Maduro, quando 5 estudantes foram mortos nas intervenções policiais durante ocupações, em resposta aos cortes de gastos do governo em serviços básicos, nas Universidades de Caracas. Em discurso, Maduro alegou que as mortes foram ocasionadas pelos próprios estudantes ou então que os policiais responsáveis eram infiltrados da ‘ultradireita fascista’, que visa desbancar seu poder. Afinal, todo projeto de união nacional e de classes precisa de um grande inimigo comum.

Do outro lado, não menos importante nesse cenário, atua a ONG Provea (Programa Venezuelano de Educação e Ação em Direitos Humanos), se destacando como principal fomentadora da oposição a Maduro. Em seu site, a ONG anuncia o que eles chamam de “cooperadores”: a embaixada britânica, a Fundação Ford, a Fundação da Sociedade Aberta George Soros (financiadora de partidos de oposição de direita), que servem como abastecedores ideológicos e financeiros dos movimentos de oposição ao “chavismo”. Assim, seguindo a lógica corporativa das organizações não governamentais da Venezuela e do mundo, ela cumpre as exigências daqueles que os financiam. Nesse ínterim, em seu discurso recheado

de apelos à democracia e aos direitos humanos, a ONG clama por intervenção internacional e, recentemente, do Papa.

Logo, não se pode desprezar o fato que em um país onde carecem recursos básicos para sua própria população, surjam manifestantes com imensas e belas bandeiras nacionais, escudos personalizados e máscaras de gás cinematográficas. É evidente que esta oposição nas ruas da Venezuela não expressa a posição política daqueles que sobrevivem da sua venda de força de trabalho. Essa cilada histórica tem constantemente se oferecido ao proletariado na dinâmica das lutas sociais e especialmente nas de caráter geopolítico.

O governo de Maduro está moribundo em termos políticos, desde 2014 o preço do barril de petróleo vem entrando em colapso, afetando toda a economia do país, reduzindo o poder aquisitivo dos trabalhadores e aumentando os níveis de desigualdade. Isso representa um prato cheio para a ação organizada da direita venezuelana enquanto fantoche de interesses do capitalismo internacional, de olho em reservas de petróleo que ultrapassam as da Arábia Saudita e ávido para bradar mais um fracasso de um mais um suposto socialismo. Tal ativismo parece obedecer a um procedimento padrão de intervenção externa para colocar fim a governos populistas, que combinaram desenvolvimento capitalista nacional via mercado e via estado (apenas as nações já desenvolvidas podem fazer tal opção), permitindo certo avanço nos países de capitalismo menos desenvolvido. No Brasil, por exemplo, foi necessário fabricar o impeachment da herdeira do lulismo, ao passo que na Argentina o próprio eleitorado pôs fim à dinastia Kirchner por meio das urnas.

O proletariado deve estar atento a este discurso associado ao povo e às camadas populares. Afinal, o povo (sociedade civil) está dos dois lados na Venezuela. Quem não está em nenhum deles é o proletariado. A defesa da democracia e dos direitos humanos é mais um artifício do capitalismo intervencionista: foi em nome da democracia e dos direitos humanos que os genocídios e invasões do Iraque, do Afeganistão e da Líbia foram consumados. Internamente, o discurso dos direitos humanos, que busca constantemente substituir o imaginário crítico comunista, serve como elemento de coesão social contemporâneo.

Independentemente de políticas públicas e assistencialismos que os governos de cunho chavista promovam, estes continuam a favor da dominação do capitalismo e, como qualquer outro Estado, a Venezuela faz uso de sua força como forma de repressão. Do outro lado da mesma moeda, tampouco a oposição liberal/conservadora, financiada pelas principais potências mundiais, representa os interesses dos/as explorados/as. Isso demonstra que a polarização direita-esquerda é falsa e que, na mesma medida, a dita esquerda é simétrica no que tange ao controle social das lutas e da hegemonia de governo. Logo, atesta-se que o bolivarianismo e sua oposição não visam, como meio ou menos ainda como fim, a autonomia proletária.

*“A confusão do político com afectivo, que ameaça todos os grupos, constitui o grande risco do totalitarismo. A política exercida com a razão é o antídoto do fascismo, que sempre se apresenta como uma teoria da emoção”* **João Bernardo**

## O Centenário da Revolução Russa sem mitos

NO DIA 25 DESTE MÊS de Outubro (pelo calendário juliano) ou em 7 de Novembro (pelo calendário gregoriano) completa um século daquele que é considerado o mais importante evento político do século XX, a Revolução Russa de 1917. É evidente que um evento de tal magnitude não ficaria imune a interpretações ideológicas: o que se entende quando constatamos que até os dias de hoje suas análises mais difundidas continuam restritas aos campos do bolchevismo, da social-democracia e do liberalismo, ou seja, às correntes capitalistas. A nenhuma dessas correntes interessa aplicar critérios de análise que possibilitem fortalecer a luta contra o capital e seu modelo social.

A começar pelo bolchevismo, que apresenta a Revolução Russa como se fosse o resultado de um partido genial composto por pessoas geniais que aplicou uma política perfeita e que atribui o fracasso completo a causas externas (guerras, hostilidade das democracias ocidentais), subjetivistas (culto à personalidade) ou economicistas (baixo desenvolvimento das forças produtivas). Por essa vertente, no seu centenário deveríamos celebrar as “vitórias” e “conquistas” da “grande revolução socialista de outubro”, fornecendo-nos um belo exemplo de referência histórica canonizada.

Igualmente ideológica é a explicação social-democrata. Quando ainda não havia se livrado oficialmente da teoria marxista, e coerente com seu conteúdo reformista, atacou duramente todos os pontos revolucionários do processo. Desse modo, tudo o que se chocou com seu pacifismo, parlamentarismo, legalismo, evolucionismo economicista e fatalismo socialisteiro foi abominado e rotulado como “aventureirismo” e “inconsequência” que não poderia dar certo e nem deveria ser tentado/experimentado. A criação de novas instituições pela revolução (soviets) foi censurada por não subordinar o processo ao parlamento, por exemplo. Depois que se livrou do marxismo, suas críticas perderam singularidade e se tornaram cada vez mais idênticas às críticas dos liberais.

A terceira grande fonte de explicação ideológica da Revolução Russa, a direita liberal, ressalta apenas os aspectos que feriram de morte a hegemonia da burguesia no processo. A revelação da diplomacia secreta expondo os acordos espúrios da Rússia com as democracias, que o governo bolchevique fez em um primeiro momento, são criticadas como fator de “instabilidade institucional” e do caráter pouco confiável do bolchevismo; a liquidação da propriedade burguesa é apresentada como o “terror econômico” do novo regime; a quebra

*“A União Soviética é o país da mentira desconcertante. Enormes forças criadoras, enormes verdades postas a serviço e implacavelmente dominadas por mentiras e injustiças ainda maiores. Proletários e camponeses russos, vítimas dos novos privilégios burocráticos, se dão conta perfeitamente do verdadeiro estado social e político do país e enfrentam a opressão burocrática com uma resistência surda, invisível de longe, mas profunda” Ante Ciliga*

da resistência desesperada da contrarrevolução é distorcida como um “despotismo sanguinário” dos revolucionários; o uso da justiça revolucionária contra a nobreza é apresentado como “sede de vingança e revanchismo”; a opção pelos camponeses pobres contra os camponeses ricos continua a ser denunciada como “um banho de sangue responsável pela quebra do setor produtivo” (leia-se: empresários rurais ricos), entre tantas falsificações.

Para o proletariado com consciência de classe anticapitalista, explicar e extrair ensinamentos de um acontecimento tão transcendental como o que aconteceu no antigo Império Russo em 1917 e ao longo da década de 1920 implica, antes de tudo, afastar tais interpretações ideológicas. À direita e à esquerda. Hoje, importa conhecer as posições das correntes que se opuseram ao bolchevismo, pela esquerda, por dentro e por fora de todas as instituições ‘bolchevizadas’ (partido, Estado, exército, soviets, III Internacional). Ou seja, adotar uma linha interpretativa que conceba o período revolucionário como um processo complexo e problemático, seja em seu desenvolvimento, seja em seus resultados, sem medo de se autocriticar e de criticar - naquilo que couber - o que quer que seja, sempre com o objetivo de ajudar a luta pelo comunismo no presente.

A começar pelo próprio termo “Revolução Russa”, consagrado a partir de bases explicativas nacionais. O que aconteceu naquele momento foi, na verdade, uma Revolução Europeia na qual a singularidade russa foi a de ser o único local que, graças à determinação do proletariado e do campesinato naquela região, conseguiu não

ser esmagado “de fora” pelas forças abertamente contrarrevolucionárias. Diferentemente da República Soviética da Hungria, por exemplo, que durou apenas cinco meses. Além de Rússia e Hungria também se inclui a revolução na Alemanha (1918-21), envoltas em um contexto de lutas proletárias dentre as quais se destacaram ocupações de fábricas no norte da Itália (1919-20), uma onda nacional de greves na Grã-Bretanha (1919) e importantes greves na França (1919-20) e Espanha (1919-23). Este contexto de lutas proletárias foi além do continente europeu, como nos EUA (1919) e China (1917-1927), e teve força suficiente para forçar o fim da Primeira Guerra Mundial interimperialista.

Outra falsificação ideológica temos no próprio nome dado à instituição formada no processo: União “Soviética”. Os soviets (*conselhos*, em russo) surgiram da luta direta do proletariado - não foram elaborados por nenhum teórico -, órgãos de poder do operariado russo em 1905 ressurgidos em 1917 para destruir o Estado e eliminar a separação institucional entre política e economia. Como a “transição socialista” bolchevique jamais colocou em questão ambos aspectos decisivos, criando aberrações do tipo “Estado Proletário” e o comando unipessoal nas empresas, os conselhos criados pela inventividade proletária foram castrados em sua autonomia logo no início do processo e colocados como órgãos consultivos paralelos ao Estado e subordinados na prática ao partido de Lênin, tornado único pela violência. Assim, sem conteúdo revolucionário, os soviets foram glorificados para manter viva a imagem de uma luta e um poder que não mais existiam, servindo apenas de imagem romantizada para legitimar ações antiproletárias e anticomunistas do Estado e do Partido “Comunista” russos.

A defesa militar da insurreição vitoriosa na Rússia foi outro componente decisivo que recebeu a devida carga ideológica no mosaico de falsificações. Tanto pela estratégia escolhida, quanto pela forma institucional a ser criada. O Exército Vermelho foi formado a partir de uma decisão extremamente polêmica e tomada por uma maioria apertada no interior do Partido Bolchevique, na qual foi preciso derrotar duas outras propostas. A principal das propostas derrotadas defendia que fossem formadas milícias operárias com uma estratégia de **guerra prolongada** (abandono temporário dos centros urbanos, constituição das milícias na zona rural pelo proletariado urbano fugido das cidades, cerco e posterior ocupação final dos centros urbanos). A proposta vencedora desconsiderava a possibilidade de iniciar na guerra civil o processo de fusão entre campo e cidade, ou seja, de fazer da guerra civil um meio de construção do comunismo. Venceu a estratégia de militarizar a revolução para defender os centros urbanos a curto prazo, criando forças armadas de tipo burguês (tropas restritas, hierarquias fixas, sem eleições nem revogabilidade de postos de comando e sem decisões coletivas, incorporando inclusive oficiais tsaristas). Esse foi o conteúdo do glorificado Exército Vermelho dos bolcheviques.

Por razões de espaço, não poderão ser desmascaradas aqui ideologias como a de que houve duas revoluções (uma “burguesa” em fev.

e outra “socialista” em out.) ou o mito trotskista da “velha guarda bolchevique” capaz de recolocar a revolução nos trilhos se não tivesse sido assassinada por Stálin.

Tais processos políticos, econômicos e militares permitem compreender porque, na Rússia, a burguesia desapareceu fisicamente mas o capitalismo continuou (algo inédito no planeta): sob a forma de um Capitalismo de Estado que serviu de transição e preparou as condições para o atual capitalismo privado em vigor desde 1990 com o fim da URSS. Em termos mundiais, mesmo superada na Rússia, esta via de desenvolvimento capitalista surgida em 1917 está longe de estar esgotada, vide os regimes que vigoram na China, Coreia do Norte, Cuba e Vietnam.

Dessa perspectiva, eventos por ocasião do Centenário da Revolução Russa não deveriam servir para comemorações bolcheviques, lamentações social-democratas ou demonizações liberais. Que sirvam para refletir, conhecer e aprender com a experiência de pessoas lutadoras e determinadas, derrotadas pela nova classe capitalista que, pela primeira vez, conseguiu se diferenciar com nitidez da burguesia e demonstrar que poderia sucedê-la como classe hegemônica no capitalismo: os gestores. •

*“Apoiando-se no trabalho de Lênin, Stalin não deixou de modernizar tecnicamente e reforçar militarmente o Estado soviético, conferindo a ele o mais agudo caráter reacionário e imperialista.” Ante Ciliga*





2018

## Especial: o proletariado existe e se amplia - Parte I

EM SEUS MAIS de 500 anos, o capitalismo tem produzido uma quantidade de horrores e demonstrado uma incapacidade constante e profunda de atender às necessidades - materiais e subjetivas - da maioria da humanidade a tal ponto que torna-se obrigatório para esta maioria pensar e praticar formas de substituí-lo. Tal substituição deve se dar revolucionariamente, pois até hoje nenhuma classe dominante abriu mão da sua dominação voluntariamente, teve de ser forçada a isto. E não será diferente com burgueses e gestores.

Realizar uma tarefa dessa magnitude envolve milhões de pessoas que não tenham interesses específicos a preservar e que tenham uma condição de exploração intensificada com o desenvolvimento capitalista. A única classe social que reúne ambas as condições é o proletariado. Contudo, não faltam setores a defender que o proletariado “acabou” ou que se tornou “minoritário”, além de outras ideologias. Desmontar algumas dessas ideologias é, portanto, o passo inicial a ser dado quando se pensa na possibilidade da revolução proletária e comunista, a força capaz de mudar a sociedade de baixo para cima, já que apenas os explorados são capazes de abolir a exploração.

A primeira ideologia se dá no campo da linguagem, ao considerar como sinônimos de proletariado três termos que, entre si, significam a mesma coisa: “operariado - classe operária - proletariado industrial”. Se no século XIX e na primeira metade do século XX a quase totalidade do proletariado estava contida no operariado, a situação veio se alterando desde a segunda metade do séc. XX com a proletarização de amplos setores de outras classes e camadas sociais, até tornar o setor industrial do proletariado minoritário em relação ao conjunto da classe na década de 1970.

É relevante mencionar que houve um aumento da divisão interna do proletariado clássico entre “precários” e “estáveis”, o que não se limita a quem tem emprego ou está desempregado. Isto significa que o aumento da diversidade resultante do toyotismo e da terceirização levou a classe proletária a abranger setores antes classificados ambigualmente como parte do “lumpenproletariado” (ex: quem trabalha com reciclagem de lixo), assim como, por outro lado, vem abrigando em nível mundial setores antes tidos como “profissionais liberais” com a transformação das condições de trabalho das chamadas profissões “liberais clássicas” (advocacia, odontologia, medicina...) que

*“A proletarização da quase totalidade da população mundial, anverso da moeda da expansão do capitalismo a quase todas as relações produtivas do globo, fez com que, ao invés de termos formações econômico-sociais em que o capitalismo convive hegemonicamente com outros modos de produção, na atualidade o que há é um só modo de produção globalmente unificado, com variantes internas.” Kolinko*

tiveram nos últimos quarenta anos substantivas perdas, seja na posse de seus meios de produção, seja no controle de seus tempos e ritmos de trabalho em suas rotinas profissionais. Todavia, uma parcela minoritária de tais profissionais continua a ascender socialmente para as classes capitalistas. Vale lembrar que quem está desempregado também pertence ao proletariado, já que o que define em termos empíricos quem pertence a esta classe é a condição de ser possuidor apenas da mercadoria força de trabalho e tentar vendê-la a um capitalista privado (burguês) ou ao Estado para ser controlada por um gestor.

Outro fenômeno consolidado depois de três décadas que atesta a ampliação exponencial da classe proletária reside no crescimento da produção imaterial - modalidade de trabalho cujo efeito imediato não é um objeto sensível e o resultado do seu processo de produção não é um produto ou mercadoria (ex: transportes) - geradora de valor tanto quanto a produção material - gera também a ilusão de que nada mais se produz e que, portanto, quem trabalha nestes setores, por estar no setor de serviços, não seria proletário.

A segunda ideologia se dá no campo jurídico, ao fazer com que categorias do mundo do direito que não alteram a relação social fundamental que define o proletariado empírico (vendedor de força de trabalho) possam servir para apagar a condição proletária. Exemplos: a exigência de empresas de que seus contratados tenham CNPJ, transformando assim - ideologicamente - proletários em “empresários”, apenas para escapar de encargos trabalhistas. Ou a mudança do nome “salário” por um eufemismo somente para descaracterizar uma relação de emprego (soldo, comissão, subsídio, pensão, retribuição pecuniária, retirada). Há ainda o patético termo “colaborador” ao invés de trabalhador.

Contudo, o proletariado não se constitui apenas em seu aspecto empírico. Exatamente para não cairmos na armadilha do “culto ao proletário”, temos também o seu aspecto sociológico e igualmente aqui, um outro leque de ideologias se apresenta. O proletariado apenas se torna sociológico quando adquire a compreensão da sua condição na sociedade capitalista e se organiza para superá-la - o que implica que ele compreende que existe uma oposição inconciliável entre os seus interesses e os de burgueses e gestores.

Hoje em dia e cada vez mais diminuem as diferenças entre as “lutas operárias” e as de outros movimentos sociais devido ao fato de que toda sociedade (escolas, universidades, infraestrutura urbana) está mais intimamente conectada ao processo de produção (ex: extensão da exploração aos lazeres do proletariado). Esta maior integração aumenta o grau de diferenciações fazendo com que distintos níveis de desenvolvimento sejam o fundamento material para as divisões e a desigualdade da luta de classes. Compreende-se assim o duplo e contraditório efeito causado pela divisão (hierárquica) do trabalho no processo de produção social. Por um lado fomenta divisões sexistas e racistas no interior do proletariado; por outro, unifica proletários de todas as cores de pele, gênero, nacionalidade etc., no processo de produção. O processo de luta decide quem se fortalece ou se enfraquece: se a unidade ou as divisões.

Saber identificar onde estão as partes mais dinâmicas da classe proletária - dinâmicas do ponto de vista do funcionamento do capitalismo - como se relacionam com os meios de produção e contribuir para a auto-organização dessas pessoas, possui implicações. A primeira delas possibilita sabermos quem pode e quem não pode se aliar ao proletariado na sua luta contra o capital. Uma

segunda implica em orientar o trabalho revolucionário para os setores fundamentais, evitando assim desperdícios de tempo e energia (por trabalho revolucionário, leia-se: estimular que o conjunto dos explorados crie suas próprias formas de organização na/para a luta; elaborar cenários e estratégias possíveis e difundir experiências de auto-organização entre os proletários). A substituição revolucionária do capitalismo também exige uma compreensão acertada das classes e de suas relações históricas específicas.

É importante introjetar que quando o proletariado luta apenas na qualidade de assalariado, ele luta subordinado ao poder dos capitalistas. Para romper com esse poder e criar o seu próprio poder de classe necessita romper com as particularidades da exploração que sofre e que o fragmenta em diversificados níveis. Sem tal ruptura, se limita a realizar lutas que separam política de economia atribuindo primazia a uma delas (lutas sindicais ou lutas politicistas). Essa consciência de confrontar o capital como uma classe somente pode se desenvolver nos proletários a partir das lutas em que participa e da relação prática entre os produtores diretos e os meios de produção.

A comprovação do expressivo aumento do proletariado em escala mundial não significa que, na mesma proporção, o capital venha gerando uma nova parcela da classe que sirva de ponto aglutinador de diferentes regiões e ramos de indústrias.

Logo, o proletariado com consciência comunista não pode prescindir do esforço para encontrar pontos comuns de referência, pois sem eles as lutas proletárias não podem se generalizar.

Objetivamente o processo de produção capitalista classifica e coloca os proletários em categorias específicas. Com base nisso, a esquerda tradicional bolchevique, por exemplo, adota padrões mecânicos de classificação e enquadramento. Logo, o proletariado com consciência comunista tem o desafio de não ser estático ao analisar as condições específicas da classe e relacioná-las com a contradição global da classe, fazendo da identificação e classificação de diferentes grupos de proletários uma ferramenta de análise para formular estratégias e praticar ações coletivas e autônomas contra a exploração.

Por fim, cabe ao proletariado revolucionário não apenas fornecer uma interpretação geral das coisas que acontecem, mas mostrar a coerência entre as condições materiais e práticas e a perspectiva das lutas. Analisar o fundamento material das lutas determina onde se deve intervir e quais pontos podem ter importância estratégica para o futuro. Para isso, necessitam de discussão e intervenção organizadas. •

*“Hoje, devemos recolocar a crítica em seu devido lugar, analisando as mudanças na organização da exploração e da luta operária. Esta é a pré-condição para o desenvolvimento de novas estratégias políticas. [...] a ‘composição técnica de classe’ descreve como o capital reúne a força de trabalho; ou seja, as condições no processo imediato de produção [...] a ‘composição política de classe’ descreve como os operários voltam a ‘composição técnica’ contra o capital. Eles fazem de sua coesão, como força de trabalho coletiva, o ponto de partida para sua auto-organização e usam os meios de produção como meios de luta.”* **Kolinko**

## Uma leitura sobre a luta feminista

**NÃO É FÁCIL** estabelecer uma definição para o que seja feminismo. Pensado como movimento, pode ser entendido como um processo que se constrói no cotidiano e que vislumbra como ponto de chegada a igualdade entre os seres humanos. Como qualquer outro movimento que pretende a transformação, ele não é homogêneo e é constituído de avanços, retrocessos, erros, acertos e também contradições, podendo, por vezes, serem observados objetivos até mesmo antagônicos entre grupos que se auto intitulam feministas.

É preciso ter claro que as questões de gênero nem sempre estão interligadas às questões de classe, pois são coisas distintas. Um homem pode ser um trabalhador explorado que ainda assim terá privilégios por ser homem (embora não tenha os privilégios que são exclusivos das classes dominantes). Existem, contudo, opressões e explorações que só acontecem com as mulheres. Quando se diz que as mulheres devem ocupar seus lugares em todos os âmbitos da vida (no âmbito político, em qualquer área de trabalho, na produção científica, etc.), não se tem a ilusão de que isso irá transformar radicalmente a sociedade, mas fará com que esta seja uma expressão mais fidedigna do real uma vez que mulheres representam

52% da população mundial - uma maioria que ainda hoje recebe o tratamento e o rótulo de minoria. Assim sendo, algumas pautas do feminismo serão pluriclassistas, e nem por isso serão reacionárias (aborto, violência, divisão sexual do trabalho, etc.). Reconhecer que muitas reivindicações do feminismo perpassam as classes (ainda que os efeitos práticos de eventuais conquistas possam ser diferentes entre elas) é totalmente diferente de defender ou apoiar uma candidata ao parlamento apenas pelo fato dela ser mulher ou imaginar que uma gestora do capital terá uma prática diferente da de um gestor. Da mesma forma que um homem, uma latifundiária expulsará quem ocupar suas terras e uma policial feminina reprimirá os movimentos sociais.

Apesar das conquistas históricas dos movimentos feministas, ainda nos encontramos em um estágio muito inicial no que diz respeito à real emancipação das mulheres e estabelecimento de igualdade entre todas as pessoas, na medida em que nascemos e morremos em uma sociedade com relações de poder assimétricas. O machismo e o sexismo são amplamente difundidos e enraizados na sociedade e ainda estão longe de ser erradicados. Das relações afetivas às de trabalho,

*“A verdadeira emancipação da mulher deve deixar de lado a absurda noção de que existe um dualismo entre os sexos ou que o homem e a mulher representam dois mundos antagônicos.” Emma Goldman*

nos transportes coletivos, nas ruas, em relação à aparência física, mulheres se deparam cotidianamente com situações em que são subjetiva e objetivamente desencorajadas a seguir a sua própria vontade. A opressão de gênero vem muitas vezes justificada com argumentos “culturais”, quando na realidade a cultura não tem o poder de constituir as pessoas, pelo contrário, é um produto da relação dos seres humanos entre si, apreendido, constituído e modificado pela prática. Se uma humanidade inteira de mulheres tem sido afastada do protagonismo da vida cultural, sendo relegada à subalternidade, isso é prova mais que suficiente de que esta “cultura” precisa ser mudada.

Dentre as idas e vindas do movimento feminista e suas inúmeras tendências, há algumas que são particularmente nocivas. Aquelas que tentam imputar a todo homem a potencialidade de um estuprador e as que buscam identificar a mulher como portadora de algum tipo de sensibilidade especial. Em ambos os casos o que está deturpado é a própria política do feminismo - que busca a ampla igualdade entre todos os seres humanos - uma vez que uma imputa ao homem uma característica naturalmente predadora e a outra revela uma qualidade reservada apenas às mulheres. Tal visão maniqueísta tende a relacionar as mulheres apenas com características positivas e os homens às características negativas. O grande problema é que estas posições por vezes permeiam as lutas e os movimentos sociais fomentando sectarismo em relação aos homens e ilusões em relação às mulheres.

A partir da afirmação da superioridade feminina por um lado e garantida a exclusão dos homens por outro, o foco principal se torna a substituição do homem pela mulher em posições de poder no Estado, nas organizações e na sociedade em geral.

Cria-se uma ilusão de que sem a alteração profunda da sociedade é possível chegar a um mundo de justiça e igualdade apenas pelo fato do comando estar com mulheres. Nada mais enganoso. A possibilidade de um capitalismo ecológico, amável, inclusivo, onde todos e todas terão suas vidas “bem cuidadas” inexistente. Não adianta “feminizar” as instituições hierárquicas. A luta por solidariedade, liberdade e autonomia de todos os seres humanos precisa ser entre iguais - homens e mulheres.

Com estas compreensões é importante reforçar as parcelas do movimento feminista que também se ocupam da luta anticapitalista. No capitalismo a exploração dos trabalhadores extrapola os locais de trabalho e invade sua casa. A mulher cozinha, lava, passa, cuida dos filhos, dos idosos da família e executa uma série de tarefas domésticas que garantem a reprodução da força de trabalho para as classes dominantes - tudo isso sob a forma de trabalho não pago. Ou seja, os salários podem continuar num nível baixo pois parte significativa da reprodução da força de trabalho está garantida gratuitamente. Este é o chamado “trabalho invisível”, considerado muitas vezes como “improdutivo”. Em geral, a mulher é a primeira a acordar e a última a ir dormir, sobrecarregada de afazeres, o que não raro compromete sua saúde e a leva a se alienar progressivamente da sua condição de classe. Se o tempo livre já é algo escasso na vida do proletariado como um todo, torna-se inexistente para boa parte das mulheres dessa classe.

Dessa forma, se o movimento não deve esperar a resolução mágica de suas pautas que supostamente viria com a superação do capitalismo, tampouco pode se descolar da materialidade das relações de trabalho desta sociedade, pois a luta contra a exploração entre sexos, como se argumentou, é

simultânea à luta contra a exploração entre classes sociais. É incoerente comemorar como se fosse uma vitória a maior representatividade de mulheres em posições gestoriais que organizam e exploram outras mulheres da classe proletária. Assim como celebrar os simbolismos de artistas femininas que fazem referências às lutas anticapitalistas do passado enquanto gerem marcas de roupa transnacionais que subjagam trabalhadoras de países da periferia do sistema.

Só é possível construir uma sociedade igualitária baseando-se em perspectivas que lançam luz sobre a realidade e suas contradições concretas (o oposto do que fazem as ideologias identitárias, tema da edição nº11 do BB) e com enfrentamentos que já carregam em suas práticas as formas de igualdade da sociedade futura, isto é, integrados por indivíduos com total autonomia sobre suas necessidades e vontades, decidindo coletivamente os rumos de seus movimentos. Enquanto as lutas pelo fim das desigualdades ignorarem a separação hierárquica que estrutura as relações da sociedade atual, estarão fadadas a ter suas pautas recuperadas pelas classes dominantes, que as transformarão em novos mecanismos de controle, portanto, serão limitadas a contribuir para a sofisticação do mundo capitalista e suas formas de exploração.

Com base em tais concepções, torna-se possível formular alguns critérios que possibilitem identificar uma luta feminista pela igualdade entre

gêneros e que busca romper com relações de exploração capitalistas: a) considerar que a cultura não é estática e nem a biologia determinante para a caracterização do ser humano em sociedade. Nesse sentido, o movimento feminista anticapitalista não deve se basear em abstrações apriorísticas que têm o homem como essencialmente mau e a mulher como essencialmente boa; b) considerar que não existe mulher em geral, apenas mulheres concretas que vivem na sociedade concreta. Logo, a luta deve se comprometer em analisar o papel da mulher em sua especificidade na reprodução capitalista, compreendendo ao mesmo tempo e conseqüentemente a importância da perspectiva anticapitalista, e c) observar a forma como o movimento se organiza. Se separa quem manda de quem obedece, mesmo que constituído por membros da mesma categoria identitária, só terá como resultado a reprodução das desigualdades sob novas configurações. Assim sendo, a organização de movimentos pela igualdade entre pessoas deve combater contradições internas que se materializam em relações de poder.

Esta edição tratou especificamente da necessidade de fundir a luta feminista com a luta anticapitalista, pois entende-se que separá-las dificulta o fim das opressões. Porém, desta perspectiva, outros temas que permeiam esta luta serão abordados em edições futuras, como a questão do aborto, do assédio e da violência e trabalho doméstico. •

*“O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” Simone de Beauvoir*

## O que aprendemos com o maio de 1968 na França

**HÁ CERCA DE 50 ANOS** se consolidava o processo de reorganização do modo de produção capitalista após a II Guerra Mundial, demarcando a atualização do modelo fordista-taylorista de produção para sua versão mais sofisticada: o toyotismo, responsável por implementar padrões mais rigorosos de gestão da cadeia produtiva. Com a incorporação de tecnologias foi possível diminuir o desperdício de material, ampliar os mecanismos de vigilância no trabalho, entre outras medidas que implicaram em jornadas de trabalho mais desgastantes e possibilitaram um incremento no lucro de gestores e burgueses. Além disso, o modelo toyotista cumpriu um papel significativo na fragmentação da classe proletária, pois fomentava a competição entre trabalhadores, assim como obteve sucesso ao criar a ilusão de que estes de forma individual possuíam poder decisório no processo produtivo por meio de instituições de representação, como sindicatos.

Os altos níveis de crescimento econômico dos países de capitalismo avançado somados ao contexto da Guerra Fria, à invasão do Vietnã (1962-1975) e a outras guerras, contudo, passaram a integrar pautas de questionamentos levantados pela população e de movimentos políticos do proletariado que resultaram em protestos e greves ao redor do mundo.

O maio de 1968 francês foi o maior levante revolucionário ocorrido na Europa Ocidental, desde a Comuna de Paris, contando com a participação de centenas de milhares de estudantes e aproximadamente nove milhões de trabalhadores. Foram ocupadas fábricas, universidades, escolas, lojas, estações ferroviárias, teatros, entre outros espaços sociais, num movimento que envolveu todos os setores da sociedade francesa. Influenciados por estudantes, milhares de pessoas passaram a questionar o princípio hierárquico – desde o domínio do ensino e do saber, à separação entre trabalho intelectual e manual e outras formas da cultura e ciência capitalistas. Assim, afirmaram – e comprovaram na prática – que a autogestão social era possível.

O desenvolvimento da luta estudantil partiu de uma dupla recusa. Por um lado, recusa das iminentes reformas tecnocráticas das universidades francesas – que se tornaram centros de produção de proletários qualificados à disposição da nova fase de incremento da produtividade capitalista que estava emergindo – e, por outro, da perspectiva de ocuparem cargos gestoriais para organizar o proletariado. Com clara orientação autonomista e percebendo que a luta contra a universidade capitalista deveria estar a serviço da luta contra o

capitalismo, os estudantes logo buscaram aproximação com os trabalhadores para o estabelecimento de um movimento unificado. Nesse contexto, os e as lutadores/as universitários/as empregaram as táticas mais avançadas que o proletariado havia criado e ocuparam permanentemente a Universidade de Paris e outras instalações universitárias onde realizavam assembleias e organizavam os passos do movimento.

Essa efervescência desencadeou as primeiras ocupações de fábrica, cruciais para as movimentações políticas do período. A partir desta realidade, foram modificadas tanto as relações de força na sociedade como a compreensão das pessoas acerca das instituições capitalistas e seus dirigentes. A prática do movimento expôs a nulidade do governo, do parlamento, da direção e dos partidos políticos - mesmo daqueles que se diziam revolucionários e representantes dos trabalhadores. Na verdade, o Partido Comunista Francês em nenhum momento apoiou o movimento de luta e, ainda mais grave, a Confederação Geral do Trabalho lançou mão de todos os esforços na tentativa de impedir a aliança entre estudantes e proletários e tentar boicotar e fragmentar a greve que durou até meados de junho de 1968, já enfraquecida pela repressão estatal que criminalizou militantes e organizações de extrema-esquerda envolvidos no processo. A prática da ação direta e da autogestão revelou os dirigentes

das organizações burocráticas da classe proletária - sindicatos, centrais e partidos - como guardiões da ordem estabelecida. Ficou nítido que tais instituições possuem programas inflexíveis e um modelo organizativo que imita as formas de organização da sociedade existente. Reproduzem em seu interior a divisão entre quem dá e quem recebe ordens, entre quem “sabe” e quem “não sabe”.

O Maio de 1968 expressou a luta pela supressão das práticas institucionais do modo de produção capitalista, pela organização social de práticas institucionais de novo tipo, centradas na solidariedade dos explorados, o poder político de novo tipo nascido nessas práticas definindo-se como poder social. E apontou como realidade concreta a sociedade comunista. Esse é o seu real sentido histórico. Práticas cotidianas da auto-organização de proletários e estudantes franceses como negação absoluta do capitalismo e afirmação da materialidade concreta do comunismo. Aqueles acontecimentos fizeram com que as pessoas soubessem que a revolução era possível, mesmo sob condições violentamente repressivas.

Todavia, as lutas do período não se limitaram ao maio de 1968 francês. Foram parte de uma fase mundial de enfrentamento à organização capitalista da sociedade em várias partes do mundo. No México, dezenas de estudantes em manifestação

*“Até agora tentamos resolver nossos problemas através de petições, de lutas parciais e da eleição de melhores líderes. Isso não nos levou a lugar algum.”* **panfleto dos trabalhadores da Rhone-Poulenc.**

foram mortos no Massacre de Tlatelolco, às vésperas das Olimpíadas que o país sediou. Nos EUA, o Partido dos Panteras Negras lutava pelo fim do racismo institucionalizado no contexto de uma década de Movimento dos Direitos Civis. As lutas antiapartheid se aprofundaram na África do Sul com o Massacre de Sharpeville. No Brasil, as greves proletárias forçaram a ditadura a aumentar a repressão. Na China, os primeiros momentos da Revolução Cultural colocaram o proletariado na cena pública da política e protestos estudantis eclodiram no Japão contra a influência militar estadunidense.

Hoje, há lições a extrair dessas experiências? As formas organizacionais do proletariado revolucionário se mostraram, e continuam, insuficientes para superar o Estado. E como não se generalizaram, a derrota proletária inaugurou um período de intensificação da exploração e de novos métodos de controle capitalista adaptados à nova realidade produtiva. Apoiados em sistemas eletrônicos de vigilância e comunicação, foi possível aos capitalistas desenvolver tecnologias de gestão para conduzir processos de produção

independentemente da sua localização geográfica. As terceirizações se generalizaram, fragmentando a classe proletária para então quebrar os laços de solidariedade criados nas antigas fábricas concentradoras do fordismo-taylorismo. No campo da subjetividade, as descobertas autonomistas daquelas lutas foram recuperadas e degeneraram em “autonomia” de células produtivas (leia-se: exploração do intelecto proletário), autodisciplina (leia-se: auto-exploração) e empreendedorismo (leia-se: ideologia do mundo empresarial).

Este refluxo histórico das lutas e formas organizativas que a efetivam é responsável por seguidas derrotas com crescentes retiradas de conquistas, fornecendo o panorama atual de precarização e proletarização que continua a avançar. Ao mesmo tempo, mantém como tarefa atual do conjunto dos explorados fomentar lutas autônomas e independentes das instituições que protegem o capital (como partidos políticos e sindicatos) e, simultaneamente, criar instituições capazes de expressar os interesses reais do proletariado, cujo trabalho expropriado continua a sustentar o capitalismo. •

*“Sendo trabalhadores, deveríamos procurar controlar o funcionamento da nossa empresa. Nossos objetivos são similares aos dos estudantes. A gestão da indústria e a gestão da universidade deveria ser realizada por aqueles que lá trabalham...”* **panfleto dos trabalhadores da Renault.**

## O que aprender com o movimento dos caminhoneiros

A MOBILIZAÇÃO OCORRIDA durante a segunda quinzena do mês de maio pelos setores de transporte de carga, por sua intensidade, força e capacidade em atingir as bases do funcionamento social, exige extrair o máximo de ensinamentos e todas as consequências para que se possa intervir de modo coerente em relação aos interesses do proletariado.

Para encontrar uma linha de ação proletária, precisamos articular diferentes aspectos. A começar pela materialidade do setor de transportes, com base nas categorias da economia política. Este setor se insere no âmbito da distribuição que por sua vez é parte da própria produção, pois a segunda não se realiza sem a primeira. Logo, ser proprietário de um caminhão é ser proprietário de um meio de produção equivalente a uma certa quantidade de terra ou de uma fábrica. Isto significa que o caminhoneiro dono de caminhão se inclui entre as classes capitalistas, independentemente do número de caminhões que possua.

Um segundo aspecto a considerar está em não raciocinar com “cabeça jurídica”, pois se a propriedade ou o controle sobre um ou vários caminhões agrupa tais indivíduos nas classes capitalistas

- burguesa na primeira situação e gestora na segunda - existem muitos trabalhadores no setor de transporte que são contratados como pessoa física ou jurídica quando na verdade são trabalhadores assalariados disfarçados de “autônomos”, “empresários” ou “profissionais liberais” a depender da forma de contratação. Tal mascaramento objetiva contornar encargos trabalhistas e tentar desviar o conflito entre capital e trabalho para fora do interior das empresas que distribuem mercadorias e/ou são especializadas em transportar cargas. Essa prática não é exclusividade do setor, nem se restringe ao Brasil. Pelo contrário, trata-se de um expediente em expansão aqui e em várias outras atividades econômicas pelo mundo.

E como se dá essa operação de ocultamento (ideologia) na contratação de motoristas? Confundindo o verdadeiro trabalhador autônomo - aquele que não está submetido ao arbítrio alheio e, por isso, presta serviços para diferentes clientes, sem depender nem estar subordinado a nenhum deles, com margem para negociar o preço do frete que vai cobrar, e que não constitui a maioria do setor, nem tem uma posição de protagonismo no transporte de cargas no Brasil - com o trabalhador assalariado, que está

*“O que determina o conteúdo real de uma forma de pensamento ou de ação, não é a etiqueta sob a qual se apresenta, mas seu caráter de classe”. Anton Pannekoek*

subordinado às regras empresariais para realizar as atividades de distribuição (exclusividade, horários e preços de frete unilateralmente impostos pela contratante, fixação de prazos para entregas, monitoramento do trabalho por satélite/GPS, pagamento exclusivamente pelo número de fretes realizados, multas por atrasos e transferência dos custos dos insumos - combustível, pneus, manutenção). E para que essa ideologia funcione ainda melhor, os capitalistas do setor lançam mão de uma série de nomenclaturas (carreiro/agregado - Transportador Autônomo de Carga (TAC) - Eventual/(TAC) - Agregado, Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas - ETC). Em suma, o proletariado do setor (falso autônomo) pode ser facilmente identificado pela autonomia que não possui.

Agora que já separamos o proletariado real da ideologia do “autônomo” é preciso considerar o terceiro aspecto: que interesses de classe a pauta de reivindicações expressa. De uma perspectiva proletária, o centro da luta deveria ser pelo aumento dos pagamentos por frete, que como já vimos, expressa um assalariamento disfarçado e expõe o conflito direto contra as empresas. De uma perspectiva burguesa ou gestorial, a luta central é pela redução do preço do diesel e dos pedágios, que expressa a lógica empresarial de redução de custos de produção e aproxima motoristas de caminhão/caminhoneiros (vendedores de força de trabalho, logo proletários) de patrões (compradores de força de trabalho, logo capitalistas). No movimento de 2018 ficou evidente a hegemonia empresarial na pauta dos caminhoneiros.

Essa questão inclusive foi decisiva para revelar o

caráter de classe antiproletário de certa esquerda tradicional no posicionamento sobre o movimento. Em vez de centrar a solidariedade nos “caminhoneiros sem caminhão”, organizações como o PCB, por exemplo, levantaram a consigna da “eleição dos gestores da Petrobrás” como se o central na luta fosse democratizar aquela empresa, e não o combate contra o empresariado transportista.

E assim chegamos ao quarto aspecto a ser considerado para um posicionamento proletário de classe nessa categoria tão heterogênea: como essa materialidade incide na subjetividade dos caminhoneiros. Ao transferir para o trabalhador o risco do negócio, incluindo os custos dos insumos, as empresas têm conseguido desviar da relação de trabalho o foco da luta classista. Aceitando a condição de “autônomo” imposta pelas empresas, o motorista tem visto nos preços dos insumos uma fonte de determinação dos seus ganhos mais importante do que o preço pago pelos seus serviços. Como em outros setores da classe, o proletário que dirige caminhão não se enxerga como tal, e sim como “empreendedor”. Basta constatar que a mobilização para reduzir o preço do diesel não atinge os motoristas de ônibus, pois as empresas de ônibus, por enquanto, assumem a condição de assalariamento dos seus trabalhadores e, conseqüentemente, o aumento do preço é um problema fundamentalmente das empresas. Seria como se, em vez de lutarem por melhores salários, trabalhadores de siderúrgicas reivindicassem a redução do preço do carvão ou metalúrgicos de montadoras de carros exigissem pneus mais baratos. Como se trata de um problema de consciência de classe, nada impede que em lutas futuras a

centralidade da pauta seja por melhores salários.

Estes quatro aspectos ajudam a entender porque essa movimentação apresentou características de **lockout** (paralisação de patrões) e de **greve** (paralisação de trabalhadores) e o “festival” de erros cometidos pela esquerda (bolchevique e social-democrata) e pela direita (liberal e fascista) tradicionais ao unilateralizar apenas uma destas características, ora apoiando o pólo que lhe é hostil, ora deixando de se solidarizar com o pólo pertencente à sua classe.

Assim, temos os elementos fundamentais para orientar uma ação política do proletariado consciente dentro e fora do movimento dos

caminhoneiros e que podem servir para lutas futuras: a) reunir apenas motoristas que não sejam proprietários de caminhão; b) elaborar uma pauta cujos itens atendam exclusivamente a estes; c) mesmo na luta conjunta com autônomos, na hipótese de que existem pontos em comum, manter-se sempre organizados de forma específica e focados nos itens da pauta que lhes interessa.

Em síntese, de forma adaptada, também para este setor vale a consigna lançada por Marx: “Caminhoneiros sem caminhão, uni- vos.” •

*“ Toda luta exige conhecer o inimigo, seus recursos, suas forças e debilidades. É a condição primordial. A única que nos permite evitar o desânimo (quando medimos as forças do inimigo) e toda ilusão (quando conquistamos uma vitória parcial).” Anton Pannekoek*

# Especial: o proletariado existe - parte II

## O Trabalho no setor de telemarketing

**EM SUA MAIS FAMOSA** obra, “O Capital”, Karl Marx traça um retrato preciso do nascimento do capitalismo na Inglaterra do final do século XIX, da exploração do proletariado e dos problemas sociais gerados por ele. Por seus baixos padrões de lucratividade, o capitalismo daquele período seria inaceitável atualmente. Sem qualquer regulamentação trabalhista, férias, jornadas de trabalho que giravam em torno de 14 a 18 horas de segunda a domingo (sendo que crianças poderiam trabalhar 10-12 horas por dia), em um ambiente insalubre e sem qualquer controle de segurança. Era normal operários morrerem em acidentes de trabalho, de doenças geradas pelo ambiente laboral ou mesmo de exaustão.

A partir da observação do funcionamento do capitalismo Marx formulou a crítica à economia política, na qual dissecou a sociedade do capital: a busca pelo lucro, o maior possível, justificava qualquer ação por parte das corporações. Aqueles que não eram donos dos meios de produção estavam condenados a uma existência miserável,

próxima da escravidão. É desta contradição que nasce a luta de classes moderna: proprietários e controladores (burgueses e gestores) contra quem vive do próprio trabalho (proletariado). Segundo Marx, a busca incessante do lucro e a luta de classes provocarão a destruição do capitalismo, por meio da revolução do proletariado. E os capitalistas entenderam isso perfeitamente e agiram para impedir que isso acontecesse.

Uma das maiores habilidades do capitalismo é seu poder de se reinventar sem nada alterar em sua essência: a exploração. Capitalismo industrial (taylorista e toyotista), capitalismo financeiro, monopolista, uberização, empreendedorismo individual, são apenas roupagens diferentes para garantir a sua continuidade, expansão e fortalecimento.

As chamadas revoluções industriais e a reestruturação produtiva modificaram o rosto do capital e também do único capaz de ser o seu algoz: o proletariado. Neste início de século XXI somos testemunhas de mais uma transformação:

*“... a alta rotatividade de pessoal caracteriza empresas que... já conseguiram incorporar na parte automatizada do processo de trabalho o savoir faire (a experiência) das anteriores... às quais bastam os empregados que saibam lidar com aspectos superficiais...” João Bernardo*

o quase desaparecimento das fábricas e dos operários clássicos. Poucos são os locais onde ainda encontramos grandes aglomerações de trabalhadores e a substituição do trabalho humano pela robótica é uma realidade em boa parte do mundo.

É com base neste fato que muitos teóricos - na verdade ideólogos do capitalismo - alardeiam o fim do proletariado, quando na verdade a massa dos explorados continua crescendo; apenas foram sendo levados para outros setores da economia. O setor de serviços é o que mais tem apresentado crescimento nos últimos tempos e vem absorvendo grande contingente de trabalhadores(as). Dentro dele, o telemarketing vem recebendo uma parcela considerável do exército de reserva de força de trabalho. No Brasil, o grande aumento do segmento começou na década de 1990, juntamente com as privatizações de empresas estatais. Uma vez sob a propriedade dos capitalistas privados, que sempre querem “reduzir custos”, a(o) antiga(o) telefonista, cuja atividade era regulada pela legislação estatutária, transmutou-se em teleoperadora(o), atividade sem lei protetiva própria e cujo salário é bem mais baixo.

O perfil deste setor do proletariado, existente no mundo inteiro, é concentrado na juventude, majoritariamente feminina. Mais recentemente vem absorvendo também força de trabalho de pessoas da chamada “terceira idade” que são obrigadas a retornar ao mercado de trabalho por não conseguirem se sustentar com suas aposentadorias. Estes(as) trabalhadores(as) normalmente têm em comum o fato de estarem

adentrando no mercado de trabalho (primeiro emprego) ou terem permanecido desempregados por períodos superiores a 3 anos. Além disso, normalmente possuem contrato temporário e trabalham em regime de tempo parcial. Outra característica do setor é a alta rotatividade. Menos de 1% dos(as) trabalhadores(as) em telemarketing exerce a função por período superior a 5 anos e, em torno de 70% sai antes de completar o primeiro ano.

Apesar de ser um dos setores de alto crescimento (especialistas preveem que o mercado de call center deve ter um aumento de 7,5% em 2018, com o faturamento de R\$ 51,26 bilhões), o atendimento destas empresas no Brasil está entre os piores e mais precários do mundo. Quando ocorrem problemas que nos obrigam a ligar para o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) de alguma empresa, já se sabe que tem que estar munido de muita paciência, para não “explodir” ao telefone. O atendimento pode levar mais de uma hora, dependendo do caso. São pedidas certas informações repetidas vezes, a pessoa é transferida de um atendente para o outro como se fosse uma bolinha de ping-pong e, no final, às vezes, o problema não é resolvido. E quem acaba responsabilizado pelos problemas? Em quem é descontada toda a frustração pelo não/mal atendimento?

A profissão de atendente de call center – ou operador de telemarketing – está na lista das profissões mais estressantes do mundo. Dentre os fatores que justificam este título, podemos destacar a pressão psicológica à qual esta parcela do proletariado é submetida diariamente. Além

de passarem o dia ao telefone - o que por si só já seria cansativo - com uma pausa de 20 minutos para almoço e idas ao banheiro cronometradas, são obrigados a resolver problemas de empresas das quais não são empregados e não conhecem o funcionamento, mas naquela ligação representam todos seus erros e defeitos, tornando-se alvo da irritação e insatisfação dos clientes. Como são proibidos de desligar o telefone, têm de ouvir toda sorte de reclamações, enquanto repetem educadamente o que está no roteiro de respostas que são obrigados a seguir, não podendo responder por conta própria; são forçados a abrir mão do próprio cérebro durante a jornada de trabalho, ficando privados de qualquer tipo de autonomia.

Muitas vezes são contratados com a promessa de que receberão um “bônus” no caso de conseguirem cumprir as “metas”, normalmente inalcançáveis. O patamar irreal das metas, no entanto, não impede que os(as) supervisores(as) (espécie de feitor de escravos) pressionem os(as) atendentes para seu atingimento. E tem meta para tudo: de vendas, de cobrança, de número e até de tempo de atendimento. Para piorar, muitas empresas adotam o que é chamado de “política de retenção de clientes”, jogando para estes(as) trabalhadores(as) a responsabilidade de impedir o cancelamento de sua compra ou serviço.

O índice de adoecimento entre estes(as) proletários(as) é muito elevado. A exposição

prolongada e ininterrupta a telas de computador é causa de problemas na visão, podendo ocasionar até cegueira, em casos extremos. Além disso, há LER/DORT por digitação, sem contar problemas causados por falta de ergonomia, uma vez que não é incomum trabalharem em cadeiras quebradas e mobiliário improvisado. Também são recorrentes os problemas de danos ao tímpano, voz, garganta e, principalmente, as doenças de ordem emocional.

Até este ponto, o da denúncia de suas condições de trabalho, chega a esquerda do capital. Contudo, é preciso ir além se quisermos organizar este setor do proletariado para lutar e transformar o mundo. Pensar e aplicar formas de organização flexíveis que sejam compatíveis com a alta rotatividade, identificar e paralisar aquela(s) atividade(s) que está(o) no centro da lucratividade dos patrões, articular trabalhadores que não sejam de call centers para que possam se solidarizar em tempo real com qualquer luta deflagrada por este setor, prosseguir o trabalho de formação política com quem for demitido visando acúmulos subjetivos para quando ingressarem em outras categorias do proletariado ou mesmo reingresso, manter alguma forma de vínculo entre os desempregados. Estas são algumas iniciativas que hoje podem, e devem, ser tomadas para que este novo setor do proletariado consiga lutar por suas necessidades no imediato e adquira memória histórica para lutar desde já por uma sociedade livre da exploração de um ser humano por outro.

*“Toda expressão que não seja ação, no sentido de que não contribua para esclarecer os problemas revolucionários atuais, se situa no interior do capital. [...] O que contribui para a revolução não é nem a evocação do passado nem do mundo futuro, mas o esforço presente para enlaçar a realidade com ambos.” Jean Barrot*

## Alemanha 1918-21: o começo de tudo

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL marcou uma profunda ruptura na história europeia e mundial. Impérios e dinastias seculares foram apagadas do mapa, dando lugar a novos países, alguns deles repúblicas inspiradas num nacionalismo étnico e/ou linguístico. Na Rússia, o regime instaurado pela Revolução de Outubro de 1917, ameaçava subverter toda a ordem existente e servia de inspiração para militantes revolucionários do mundo inteiro. Abriu-se uma época de grandes transformações na qual a ideia de “mudar o mundo” deixou de ser uma utopia: a prática revolucionária estava na ordem do dia e a Alemanha foi um dos países que viveu intensamente aquele período.

No dia 4 de novembro de 1918, durante a I Guerra Mundial, soldados da marinha alemã se rebelaram contra uma ordem vinda de seus superiores para travar uma batalha perdida, tomaram os navios e aportaram na cidade de Kiel onde foram recebidos entusiasticamente pela população local. Esse foi o início da chamada “Revolução Alemã”. Em alguns dias este movimento se espalhou por todo país: quartéis, palácios e fábricas foram ocupados e os governos substituídos por conselhos organizados pelos trabalhadores. Entender o que se passou ali pelos três anos

seguintes (até 1921) possui uma linha direta de entendimento com acontecimentos do Brasil dos últimos 38 anos (desde 1980 - ano da fundação do PT).

Assim como na Alemanha de 1918, ainda hoje existem muitas pessoas que sabem que o modo como está estruturada a nossa sociedade não atende às necessidades das maiorias e pretendem transformá-la radicalmente. Mas, para alcançar este objetivo é fundamental que se conheça as experiências revolucionárias do passado, para aprender com os erros cometidos outrora e evitar repeti-los no presente ou no futuro.

Em 7 de novembro, na Baviera, o conselho local proclamou a República de Weimar e em 48 horas o imperador abdicou. Assumiu um governo de coalizão chefiado pelo social-democrata Friedrich Ebert, operário seleiro que foi o presidente da Alemanha até sua morte em 1925. Neste mesmo ano, em sua homenagem, o SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha, fundado em 1875) criou a Fundação Friedrich Ebert que, não por acaso, contribui com o PT desde 1980. Financeiramente inclusive. Assim, do mesmo modo que o SPD foi o primeiro PT da história, Ebert foi o primeiro Lula da história, ou,

*“Hoje em dia, as questões nacional e sindical são dois critérios cruciais para determinar se uma orientação se agarra no passado que passou (pois existem passados atuais) ou se prepara a revolução.” Jean Barrot e Denis Authier*

Lula é o Ebert brasileiro com 90 anos de atraso.

No final de 1918, as classes sociais se reposicionaram e a luta de classes começou a clarear. O campesinato permaneceu atrelado ao capital, logo, conservador e reacionário. A burguesia e a nobreza se recolheram da cena pública da política devido ao desmoronamento da capacidade do Estado em fazer valer seus interesses pela força (polícia e exército estavam se dissolvendo com deserções generalizadas) e fizeram um **acordo secreto** com o SPD para instituir os paramilitares dos *Freikorps* (do alemão “corpos livres” ou “corpos francos”), nome dado às tropas improvisadas onde se integraram os veteranos do esfacelado exército imperial alemão. Subjetivamente ultranacionalistas e anticomunistas radicais, os *Freikorps* foram, durante a República de Weimar, fundamentais para esmagar o movimento de proletários e soldados naquilo que ele tinha de revolucionário até que o SPD tivesse condições adequadas e força suficiente para realizar a sua política, que incluía reinstaurar as forças armadas e a polícia. O proletariado se encontrava dividido.

A maioria operária seguiu o SPD (a esta altura já depurado de comunistas; no PT, esta depuração da esquerda revolucionária teve início em 1987) cujo projeto de poder era transformar o impulso revolucionário do proletariado em alavanca para fazer uma transição política, há muito defendida, coerente com suas concepções de que se deveria chegar ao socialismo pelo parlamento via implementação de reformas graduais (qualquer semelhança com o chamado “socialismo petista” de 1990 não é mera coincidência). Na materialidade da política, tal projeto se realizaria em um reordenamento jurídico amplo que instaurasse o regime democrático por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte que estabelecesse um

poder fundado no direito e na lei. Fiel ao legalismo contrarrevolucionário histórico que marca essa corrente, durante o Congresso Constituinte de 1988, o PT foi o único partido a apresentar um projeto completo de constituição para o Brasil.

De modo geral, a minoria do proletariado era contrária à Constituinte e tinha como palavra de ordem “todo poder aos conselhos”. Se subdividia entre aqueles que tinham diferenças pontuais com a linha geral do SPD (caso do USPD - sigla em alemão do Partido Social-Democrata da Alemanha Independente - uma cisão de esquerda do velho partido de 1875), aqueles que falavam vagamente de uma República Socialista sem muitas definições (caso da Liga Espartaquista de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht) e aqueles que entendiam que os conselhos deveriam funcionar de modo similar aos soviets na Revolução Russa de 1917 (caso dos IKD - Comunistas Internacionais da Alemanha que, em dezembro de 1918 fundaram o PC alemão (KPD) juntamente com a corrente Espartaquista e menos de dois anos depois, quando se consolidou a total subordinação do KPD a Moscou, o abandonaram para serem uma das tendências fundadoras do KAPD - Partido Comunista Operário da Alemanha em abril de 1920).

Momentaneamente impossibilitado de atacar de frente o sistema de conselhos, o SPD o destruiu por dentro, ocupando a maioria de seus lugares de decisão e encaminhamentos, tornando-os instituições de colaboração com o Estado e o governo ao invés de fortalecê-los como instituições de duplo poder. Ao invés da revolução no sentido do comunismo, a grande tarefa histórica que o SPD determinadamente se colocou foi trocar a roupagem monárquica do capitalismo na Alemanha e vesti-lo com a roupagem democrática. No lugar

de uma ruptura radical de toda estrutura social, que caracterizaria uma revolução proletária, o que ocorreu foi uma transição política, resultado de enfrentamentos moderados, característicos das revoluções burguesas. O exemplo mais pedagógico dessa determinação reacionária foi o assassinato de Karl e Rosa pelos *Freikorps* por ordem direta de um ex-companheiro de partido deles, o social-democrata Gustav Noske, ministro da defesa do governo Ebert. Saldo da “Revolução Alemã” da social-democracia: propriedade privada intocada; instituições militares e policiais modernizadas; nobres convertidos e burgueses em posições-chave no poder, posição inalterada da classe proletária na sociedade.

Da mesma forma que nos 14 anos de governos do PT (2003-2016), existiram avanços nos 14 anos da República de Weimar (1919-1933) instituída pelo SPD: estabelecimento da jornada de trabalho de 8 h e semanal de 48 h, leis de proteção aos trabalhadores, reformas tributárias progressistas, estabelecimento de um sistema nacional de seguro-saúde e programas de seguridade, sufrágio universal. Isso sem falar que uma conjuntura revolucionária, mesmo breve e derrotada, produz alterações profundas na subjetividade das pessoas. Prova disso é que o mesmo período testemunhou o surgimento do movimento expressionista alemão, especialmente no cinema, e da escola

Bauhaus na arquitetura e no *design*. E do mesmo modo que 14 anos de hegemonia estatal do SPD resultaram na vitória eleitoral de Hitler, 14 anos de hegemonia estatal do PT resultaram na vitória eleitoral de Bolsonaro.

Para o proletariado com consciência comunista, os maiores tesouros desse período são: introjetar que **a social-democracia é uma corrente de direita** (esquerda do capital), e que a luta da parcela revolucionária do proletariado alemão nos deixou **a forma institucional concreta do comunismo: o sistema de conselhos**.

Se Ebert foi a tragédia que preparou o nazismo, Lula foi a farsa que preparou o retorno da extrema-direita. Hoje, celebrar enquanto classe o centenário da Revolução Alemã, significa não cair na armadilha de uma oposição social-democrata ao novo ascenso da extrema-direita. A história é contínua e - porque o capitalismo também o é - global. Portanto, a classe proletária de todo o mundo terá sua memória testada mais uma vez para reconhecer, dentre as alas da dita esquerda, os falsos amigos que por ora não estão no poder, mas que, uma vez lá, não hesitarão em fazer de novo as alianças com as forças mais reacionárias da sociedade para anular e desmanchar a autoconstituição do proletariado em classe revolucionária.

*“A marca da força subversiva da esquerda alemã é, sem dúvida, que ela nos impede de cair na complacência revolucionária, na idolatria do proletariado e na crença anti-materialista de que o comunismo é inevitável. Por ter sentido profundamente a derrota dos mais combativos proletários, ela nos ajuda a não sermos derrotados nas próximas vezes.” Jean Barrot e Denis Authier*



2019

## Quatro tipos de oposição ao governo Bolsonaro

A **EXPERIÊNCIA HISTÓRICA** nos ensina que governos de extrema direita suscitam fortes oposições às suas políticas, logo a questão de fundo se desloca para qualificar que tipo de oposição serve a quais interesses de classe. Neste sentido, é possível identificar quatro oposições de qualidades distintas.

O primeiro campo opositor é a **direita do capital** (setores do PSL de Bolsonaro, PRTB de Mourão, PSDB, DEM e o “Centrão”). Realiza uma oposição fisiológica. Historicamente a serviço das oligarquias, mercado financeiro e dos aspectos mais corporativistas do funcionalismo estatal, é fiel guardião desses interesses. Tudo fará para demonstrar que a atual equipe de governo não é competente o bastante para implementar a agenda do capital. Para isso, se utilizará da burocracia estatal sobre a qual tem domínio, e inflará o descontentamento de setores do empresariado. Também tentará minar, com o apoio da mídia corporativa (grupo *Globo* e *Folha de São Paulo*), a popularidade do novo governante, para

submetê-lo por completo àqueles interesses. São os verdadeiros donos do poder institucional, seja quem for o Presidente da República. Deixará de ser oposição se for contemplada com cargos.

A oposição da direita tradicional se concentra em ocupar maiores fatias na máquina estatal, seja propondo a troca de pessoas em cargos-chave do Estado - aqueles com real poder de decisão ou os que gerem altas somas de recursos orçamentários - seja estabelecendo canais de acesso privilegiado a quem ocupa tais cargos, ou seja, trabalha para ter a hegemonia do lobby. Não propõe trocar a política geral do governo, com o qual concorda e sustenta, mas apenas mudar ênfases, estilos e ritmos. Historicamente, são os inimigos declarados do proletariado.

O segundo tipo de oposição é o da **esquerda do capital** (PT, PCdoB, PDT, intelectuais progressistas e instituições sindicais e sociais que lhes sustentam). Eleitoreira por natureza e tentando

*“[...] para analisar a conjuntura, precisamos sempre levar em consideração os eixos centrais que comandam o funcionamento da nossa sociedade: as contradições do sistema capitalista. Acontecimentos, atores e correlação de forças são, ao mesmo tempo, produto e produtores de uma realidade que, no capitalismo, é orientada pela obtenção e acumulação de lucros nas mãos dos donos dos meios de produção que se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo trabalho coletivo da sociedade. É em torno desta contradição central que, a nível econômico, político e da formação da consciência social, se constroem blocos de interesses. **Emílio Gennari**”*

entender onde perdeu a capacidade de manipular o proletariado a seu favor, o que lhe custou a derrota nas eleições presidenciais. Essa oposição tem uma dupla tarefa. Precisar resgatar a credibilidade perdida junto à maioria dos capitalistas, apresentando-se como a mais competente para gerir as contradições do capitalismo, e também terá que voltar às ruas para recuperar a confiança do eleitorado, mas agora sem a “caneta do Diário Oficial”, fundamental nos 14 anos em que esteve no poder.

Para realizar a primeira tarefa, este conjunto de instituições social-democratas tentará provar aos capitalistas que são os únicos capazes de controlar o proletariado em luta, institucionalizando suas pautas e garantindo que a lógica do Estado, da extração de mais-valia e da necessidade dos sindicatos não seja abalada. Para tal, é preciso que o proletariado esteja, minimamente, descontente. Para a segunda tarefa, deverá explorar ao máximo o verbalismo medieval e o despreparo do Governo Bolsonaro, repercuti-las e realizar críticas superficiais e eleitoreiras, ao mesmo tempo tentar propagar um saudosismo em relação ao período 2003-2016, para mostrar que é preciso derrotar o atual governo nas próximas eleições para que, com eles, o Estado volte a “proteger” o proletariado com uma delirante agenda nacional-desenvolvimentista aos moldes de Vargas e Roosevelt.

Tarefas difíceis se considerarmos o momento de fragilidade da social-democracia aqui e pelo mundo. Lideranças presas por corrupção, diminuição da inserção na máquina do Estado (governos e parlamentos) e sindicatos enfraquecidos por reformas liberais. Diante dessa realidade, não

será surpresa se este campo realizar, cada vez com mais profundidade, um autêntico “vale-tudo” para voltar a ocupar o poder de Estado a qualquer custo sob pena de ter sua existência ameaçada. Assim, a tendência é que realize uma oposição bem mais conservadora e tímida do que a que fez contra os governos Collor e FHC, agora centrada no resgate de pautas identitárias que já se mostraram efetivas em mobilizar parte do eleitorado contra o candidato eleito.

Até o momento, Ciro Gomes é o melhor exemplo de tentativa de recolocar a social-democracia com prestígio na cena pública da política. Baseado no chamado “progressismo” - pensamento político-social de inspiração desenvolvimentista - ideologia que procura congrega parcela do empresariado (progressista), políticos (progressistas), sindicalismo e movimentos sociais moderados. Ou seja, uma tentativa requeitada de retomar o velho pacto social finalmente realizado no Brasil pelo PT e quebrado em 2016. Ciro quer mostrar aos capitalistas que pode unir o país em favor do “desenvolvimento”. Isto explica seu aceno ao governo Bolsonaro, autorizando seu assessor econômico, Mauro Benevides, a ajudar na elaboração da proposta de Reforma da Previdência do governo. E sinaliza publicamente seu compromisso com a continuidade de acumulação de capital pelos capitalistas. Vale destacar que a decadência do PT provocou um realinhamento de alianças internas neste campo, com setores como PCdoB e PSB se aliando ao PDT. O primeiro, via instituições estudantis degeneradas que controla com mão de ferro, tem montado palanque para Ciro. Governadores de PCdoB e PSB enfatizam ser possível administrar “responsavelmente” sem cortar serviços à população. A ala esquerda desse campo (PSOL) tem se mostrado “rebelde” com demonstrações de que fará oposição ao governo

sem alianças e centrado em pautas comportamentais. Como todo oportunismo, o conjunto deste campo, tem como característica mais estável a instabilidade dessas movimentações e posições.

A esquerda do capital conta ainda com intelectuais e comunicadores que se utilizam das redes sociais (Vladimir Safatle, Paulo Arantes, Paulo Ghiraldelli, Bruno Torturra, etc.) para criticar o governo pelo viés multiculturalista e anti-conservador, a partir do vasto material fornecido pelas pataquadas dos ministros Damares, Ricardo Rodrigues e Ernesto Araújo. A linha da crítica pode ser assim resumida: defesa de um passado idílico que teria existido nos tempos do petismo (democracia e pacto social em favor do “Brasil”); crítica moral aos erros da esquerda (contaminação com práticas da “velha política”). Percebe-se facilmente que tais pensadores críticos não elaboram suas posições a partir dos interesses do proletariado. Historicamente, a esquerda do capital é o “falso amigo” do proletariado.

O terceiro campo das oposições é o da **esquerda tradicional** (PCB, PSTU, Anarquismo Social - CAB, entre outros). Minoritário e em relativo isolamento, historicamente este campo tem falhado em alterar a correlação de forças na luta de classes. Muito porque insistem em táticas que os colocam a reboque da social-democracia (sindicalismo e parlamentarismo) com pouco ou nenhum espaço para posições anticapitalistas. Além de reforçarem na subjetividade coletiva serem essas as únicas formas de organização política. Enquanto

o PCB, após a sua autodenominada “reconstrução revolucionária”, caminha a passos largos para se tornar uma espécie de “sub-legenda” do PSOL e o PSTU prefere ganhar integrantes da esquerda capital a abrir um terceiro campo de luta, a CAB se limita a ser a “ala libertária” nos movimentos sociais da esquerda do capital (MST) e do sindicalismo (Intersindical). Cada qual a seu modo, todos renunciam ao irrenunciável: a independência política e de classe do proletariado.

O quarto campo é a **oposição revolucionária** (comunistas antiestatais, bolcheviques não eleitorais, anarquismo proletário, entre outros). Alvo permanente da repressão estatal/empresarial, este campo tem o desafio de superar sua fragmentação e não cair nas armadilhas do “antifascismo” e das “frentes pela democracia”. Mantendo-se intransigente na defesa da independência proletária e resistindo aos ataques do governo às condições de vida de nossa classe, poderá ampliar em muito o enraizamento de suas concepções nos locais de trabalho, estudo e moradia, aumentando a força do proletariado para se recolocar na cena pública da política, beneficiando-se do desgaste do governo por suas políticas desumanas. Surgindo lutas radicalizadas de grande envergadura (greves, ocupações, manifestações variadas) as habilidades organizacionais desta oposição serão de grande valia: horizontalização, espaços e instâncias próprias para quem luta. Fazendo surgir formas organizativas antagônicas às da sociedade capitalista.

*“Burguesia, parlamentarismo, partidos políticos, todos se condicionam mutuamente. Cada um é indispensável à existência dos demais. O conjunto demarca a fisionomia política do sistema burguês, da época capitalista-burguesa.”*

**Otto Rühle**

## Democracia totalitária e presos políticos

**NO DIA 11 DE ABRIL** a Scotland Yard (polícia do Reino Unido), devidamente autorizada, entrou na Embaixada do Equador em Londres e prendeu Julian Assange. A autorização partiu do embaixador equatoriano, que seguia ordens expressas do presidente Lenin Moreno - social-democrata histórico e líder de uma das alas em que se dividiu o “socialismo do século XXI” no Equador - que o havia comunicado que Assange teve sua cidadania equatoriana cassada, suspendendo o asilo político concedido por seu antecessor, Rafael Correa, desde junho de 2012. Além desse, há outros casos notórios de perseguição internacional por regimes democráticos, tal como o ex-técnico da CIA/NSA, Edward Snowden e a ex-militar, Chelsea Manning, então Bradley Manning.

Julian Assange fundou em 2006 a Wikileaks, uma organização de mídia multinacional com uma biblioteca associada. Especializada na análise e publicação de grandes conjuntos de dados de materiais oficiais censurados ou restritos envolvendo guerra, espionagem e corrupção. Já publicou mais de 10 milhões de documentos e análises. Nas palavras de Assange: “Wikileaks é uma biblioteca

gigante dos documentos mais perseguidos do mundo. Damos asilo a esses documentos, os analisamos, os promovemos e obtemos mais.” Para as democracias, este trabalho jornalístico básico, de relevância mundial e premiado em vários países, se equipara a espionagem e hackeamento. Após sua prisão, Assange foi rapidamente condenado pela democracia inglesa por violação de fiança por pedir asilo em 2012, e sentenciado a 50 semanas de prisão. Decisão que explicitamente ignorou o Grupo de Trabalho da ONU sobre detenção, que afirmou que Assange foi detido arbitrariamente. Na prisão da democracia inglesa, Assange tem sido torturado com injeção de medicamentos, apresentando claros sinais de piora em suas condições de saúde. E o cerco democrático a Assange se aprofunda com o desarquivamento pela democracia sueca de um nebuloso processo de estupro e o pedido da democracia estadunidense para extraditá-lo aos EUA, onde o aguarda um leque de acusações para impedir definitivamente a continuidade de seu valioso trabalho, criminalizando-o. Vale lembrar que o governo do social-democrata Obama processou mais denunciadores de crimes estatais do que o de todos os outros presidentes somados. O governo

*“Eu acreditava que, se o público em geral, especialmente o público estadunidense, tivesse acesso às informações [contidas nos Diários de Guerra do Iraque e do Afeganistão], isso poderia desencadear um debate interno sobre o papel dos militares e nossa política externa tanto em relação a Iraque e Afeganistão, quanto em geral.” Chelsea Manning*

Trump apenas aprofunda o ataque contra quem expõe crimes de guerra e abusos diplomáticos ao se esforçar para eliminar a proteção a fontes jornalísticas e à liberdade de imprensa global.

Edward Snowden, com a própria fuga já planejada, pois sabia o que representava o seu ato, apresentou ao mundo diversos programas dos EUA para um mega projeto de espionagem global, de civis, empresas e de políticos profissionais. Sua denúncia da vigilância em massa transnacional foi acompanhada da entrega de dezenas de milhares de documentos ultra-secretos aos jornalistas Laura Poitras, Barton Gellman e Glenn Greenwald (o mesmo que está revelando o caráter eleitoreiro da Operação Lava-Jato no Brasil). Snowden foi acusado pelo governo dos EUA de ter roubado propriedade governamental além de duas acusações por violação à Lei de Espionagem. Se extraditado e condenado, Snowden pode ter de cumprir 30 anos de prisão. Em sua busca por refúgio, Snowden viajou para Hong Kong e depois a Moscou, quando ficou impedido de sair do aeroporto por ter seu passaporte revogado pelos EUA. Em agosto de 2013 recebeu asilo formal do governo russo e lá passou a residir e trabalhar.

Chelsea Manning tornou-se uma das presas políticas mais conhecidas da atualidade. Aos 28 anos, quando servia no Iraque, Manning - Analista de Inteligência do Exército Estadunidense - divulgou centenas de milhares de documentos confidenciais ao *WikiLeaks* para revelar crimes de guerra e violações de direitos humanos, dando uma imagem mais clara das guerras do Iraque e do Afeganistão ao público e tirar da obscuridade o modo como os EUA conduzem a diplomacia no mundo. Acusada e condenada pelas Leis de

Espionagem, Fraude e Abuso de Informática e por violações militares, Manning está cumprindo 35 anos de prisão, a punição mais longa a um denunciante na história dos EUA. Suas revelações inspiraram a Primavera Árabe e forçaram os EUA a retirar a maioria de suas tropas do Iraque em 2011.

Esses três casos guardam em comum o fato de terem sido pessoas que decidiram enfrentar as consequências do ato de abrir e entregar para a sociedade mundial o conteúdo de diversas caixas-pretas. Ou seja, expuseram para o mundo esquemas e operações terroristas e criminosas de Estados e empresas, até então classificadas como secretas, com seus respectivos documentos comprobatórios. Todos estes atos de coragem e heroísmo tiveram a marca da completa impessoalidade. Isto é, até hoje não se detectou qualquer projeto pessoal ou corporativo (eleitoral, sindical, "ONGueiro", etc.) por trás das atitudes de Assange, Snowden e Manning.

Diferentemente de Cesare Battisti, nenhum deles foi ou é revolucionário proletário. São "cidadãos do mundo", que merecem a solidariedade proletária por praticarem a única coisa valiosa em uma democracia: o conjunto de liberdades civis e políticas. Tais liberdades existem para que o capitalismo possa conhecer segredos que ele mesmo cria, pois sempre existem facções capitalistas atuando à margem das leis burguesas. Ao mesmo tempo, essas informações são de interesse público e interessam a todos os movimentos em luta pelo globo, pois é possível extrair delas aprendizados importantes para as lutas dos oprimidos e explorados.

A democracia brasileira também possui muitos presos políticos, basta citar o caso dos “23” das jornadas de Junho de 2013 e a injustiça grotesca cometida contra Rafael Braga “o guerrilheiro Pinho Sol”. Contudo, temos um caso que pode confundir muitas pessoas: Lula. Antes de entrar nas particularidades desse presidiário, é preciso fixar bem o conceito de preso político: toda pessoa que é presa por 1) defender ideias que ameaçam o Estado ou sua autoridade ou um regime político existente; 2) tentar levá-las à prática (militância). Evidentemente, o ex-operário e ex-presidente não se enquadra nesse conceito firmado internacionalmente. Lula é um “político preso”, ou um “preso por razões políticas” mesmo que juridicamente os fundamentos da prisão sejam falsos ou forjados. Trata-se de um político profissional, condenado em um processo cheio de vícios e ilegalidades que merece ser anulado de imediato, assim como o de tantos outros detentos que compõe a trágica realidade carcerária do Brasil, realidade que só piorou durante seu governo. Sua prisão foi decretada por interesses político-partidários de oposição com o apoio de setores do Poder Judiciário. Houve também um grande protagonismo político da Polícia Federal, órgão que foi “destravado” graças aos grandes investimentos que os próprios governos do PT realizaram e que, à época da condução coercitiva e do grampo ilegal praticados contra o líder petista, era chefiada por um ministro também petista. O

ato de se entregar ao cárcere também foi motivado por seus próprios interesses políticos. Em recente entrevista, Lula afirmou que só concordou com sua detenção porque seus advogados lhe garantiram que participaria das eleições de 2018. Assim, tentou transformar uma aparente injustiça em um espetáculo de marketing político visando sua promoção pessoal, iniciando desde então sua campanha presidencial.

Durante toda sua trajetória, Lula e seu partido agiram para legitimar, fortalecer e ampliar as instituições repressivas do Estado Capitalista. Considerá-lo um preso político seria um desrespeito com todos aqueles que já foram perseguidos/as, detidos/as e assassinados/as por expor ou enfrentar de fato as engrenagens perversas do capital. Lula, pelo contrário, foi um dos protagonistas do cenário global que Snowden, Assange e Manning expuseram, e não uma vítima. Se o PT quer um candidato solto, que marque atos e manifestações para pautar problemas explicitamente eleitorais e não use manifestações sociais que já sofrem oposição midiática, civil e militar. Por isso e muito mais, conforme demonstra a linha editorial do *Boletim Batalhar*, não se lerá aqui nenhum apoio à palavra de ordem “Lula livre”. Devido à complexidade que essa trama atinge hoje o Brasil, na edição seguinte demonstraremos a atitude das principais expressões políticas acerca da relação entre democracia e presos políticos.

*“Megacorporações da Internet têm recursos diferentes de megacorporações como Boeing, Goldman-Sachs, Chevron ou Monsanto: seu poder provém de deter a propriedade da infraestrutura de nossas comunicações. No entanto, em sua essência, as megacorporações da internet não são fundamentalmente diferentes. (...) acumulam poder suficiente para participar do grande jogo da geopolítica global. Em outras palavras, elas se tornam viáveis para a operação do império.” Julian Assange*

## Democracia totalitária e presos políticos - parte II

**NO NÚMERO ANTERIOR** expusemos como as democracias tratam aqueles que fazem valer conquistas democráticas contra a própria democracia. Os casos de Assange, Snowden e Manning são exemplares para demonstrar a toda população mundial que os tempos em que a burguesia foi uma classe revolucionária integram um passado distante e que, embora propague ideologias de defesa dos direitos humanos, não hesita em dar um tratamento medieval a quem representar um obstáculo a seus interesses.

Se de um lado os setores mais reacionários (direita do capital) defendem abertamente as piores punições possíveis aos inimigos da burguesia e dos gestores, de outro é curioso perceber como os setores da social-democracia (esquerda do capital) sempre se perdem em sua atuação por um capitalismo menos desumano. Quando são oposição a um determinado regime, vociferam contra a barbárie, apontam as mazelas do sistema prisional e clamam por garantias fundamentais. Mas quando são eleitos e tornam-se gestores do imperialismo, fazem questão de provar ao conjunto dos capitalistas sua competência em garantir a ordem social, custe o que custar. Além disso, silenciam em relação a governantes de outros países dos quais sejam aliados, independente das atrocidades que tenham praticado. O que só revela o caráter pessoal/partidário/classista do poder político usando o proletariado como instrumento.

Na sociedade em que vivemos a defesa das liberdades e dos direitos civis e políticos jamais será absoluta, pois varia ao sabor das tendências políticas que gerem o capital em determinada época e local. Exemplos não faltam. O Iraque foi invadido pelos Estados Unidos em nome da democracia, para libertar um povo do jugo de um tirano. Ocorre que esse tirano não passava de um laçao dos EUA alçado ao poder décadas antes para massacrar comunistas e que, anos depois de uma longa lista de serviços prestados aos capitalistas, acabou por se tornar um empecilho à extração de petróleo nos termos sempre renovados que os mesmos EUA exigiam.

Nos três casos citados sobre vazamentos de informações e prisões políticas é interessante notar que os grandes veículos da mídia corporativa que publicaram os dados fornecidos em primeira mão não sofreram qualquer tipo de punição ou perseguição estatal, lucraram muito e não moveram uma palha em defesa desses presos.

Quando se fala em presos políticos é preciso ter em mente que toda prisão é seletiva, ou seja, os Estados nunca vão punir todas as condutas desviantes, mas apenas as que ferem os interesses das classes capitalistas considerados em seu conjunto. Apenas serão presos aqueles que as classes dominantes querem ou permitem que sejam presos. Tanto nos cárceres estatais quanto nos quartéis das forças de segurança há milhares de homicidas.

A questão fundamental é quem eles mataram e em defesa de qual interesse, pois dependendo da resposta o agente pode ser condenado ou condecorado. O caso Snowden é bem ilustrativo. Por ter vazado segredos dos EUA, conseguiu asilo na Rússia. Se tivesse exposto segredos do governo russo ao resto do mundo, certamente teria sido bem recebido pelo governo estadunidense.

Enquanto a direita do capital teme a revelação de seus crimes ao mundo, a esquerda do capital usa a defesa das liberdades para disseminar ilusões e conseguir vencer eleições espalhando propostas impossíveis de serem realizadas como “governos transparentes” e “controle cidadão dos agentes repressivos do Estado (polícias e Forças Armadas)”.

Para o proletariado com consciência comunista, a repressão sempre será mais dura, pois não possui nenhum interesse em comum com burgueses e gestores, nem se contenta com utopias de um capitalismo mais brando, portanto será sempre tratado como inimigo do Estado. Dos incontáveis exemplos que a história das lutas proletárias nos fornece, citaremos apenas dois por serem atuais e representativos dessa diferença de tratamento por motivos classistas.

O primeiro é o de Cesare Battisti. Ex-militante dos PAC (Proletários Armados pelo Comunismo) que, na Itália dos anos 1970, se somou a milhares de jovens proletários que enfrentaram o terrorismo do Estado Italiano reagindo de forma organizada às ações da direita do capital que pretendia simplesmente a eliminação de quem se colocasse contra seus interesses: políticos profissionais, Exército, Igreja (Vaticano), Máfia e Empresas.

Para esta parcela do proletariado na Itália, lutar contra o Terrorismo de Estado em plena democracia significava se confrontar com ações planejadas e deliberadas a partir do interior das próprias estruturas de poder, as quais consistiam em implantar destruição e terror entre as populações como instrumento para expandir a dominação imperialista sob a bandeira do combate ao terrorismo individual em suas formas civis. Trata-se de uma estratégia política que inclui: a) reprimir, contra as leis, todas as formas de protesto social e oposição política; b) clandestinidade, anonimato e onipresença do aparato repressor; c) campanhas de difamação com apoio midiático; d) detenções arbitrárias acompanhadas de processos e julgamentos forjados; e) prática constante de torturas, sequestros e desaparecimentos, além do uso de assassinatos em massa. Tudo isso para gerar: a) imobilismo e passividade, e b) destruir a solidariedade de classe por interromper a possibilidade de que experiências organizativas, de ganho de consciência de classe e de luta política ativa e coletiva sejam transmitidas para as novas gerações.

Assim, torna-se possível entender os motivos pelos quais o Estado italiano manteve durante 40 anos uma tenaz perseguição internacional a Battisti. Era preciso que sua punição se tornasse exemplar para desencorajar o proletariado do mundo inteiro a tentar enfrentar o poder do capital. Mesmo derrotados, não pode existir perdão para revolucionários que não se arrependem e se recusam a cair nos braços da esquerda do capital, sempre disposta a acolher quem quer se limitar a defender a democracia como regime político final da humanidade. Em sentido oposto, para

*“Os meios de comunicação, em si mesmos um braço do poder mega-corporativo, alimentam a indústria do medo, de modo que as pessoas estão preparadas como bombas para apoiar as guerras de rumores, insinuações, lendas e mentiras.” Mumia Abu-Jamal*

o proletariado comunista, o caso de Battisti é exemplar por demonstrar como o fascismo penetrou as democracias contemporâneas.

O segundo exemplo é o do jornalista Mumia Abu-Jamal, ex-militante do Partido Panteras Negras dos EUA (PPN), condenado à morte em 1982, pelo suposto assassinato de um policial na Filadélfia, em um processo cheio de irregularidades, sem investigações, com provas forjadas e júri manipulado. Anos depois o verdadeiro assassino se apresentou, mas o judiciário se recusou a ouvir sua confissão. Depois de passar quase 30 anos no corredor da morte, podendo ser executado a qualquer momento, em 2011 a condenação de Mumia foi convertida em prisão perpétua.

Ao contrário do que é noticiado, mesmo nas mídias alternativas, não se trata somente da condenação de um militante contra o racismo, mas de alguém comprometido com a revolução proletária. Tanto que, anos antes de ser julgado, Jamal já havia sido inserido em uma lista do FBI como pessoa que ameaçava a segurança dos Estados Unidos, e em caso de decretação de emergência nacional seria imediatamente preso.

O PPN (1966-1982) atuava em locais de moradia, trabalho e estudo, incentivando a auto-organização da população negra como parte da emancipação e da união do proletariado internacional. Começaram em Oakland, na Califórnia, mas em pouco tempo já possuíam sedes por todo o país. Para resistir contra o racismo institucional

do Estado, promoveram a organização de grupos de autodefesa em bairros operários, conseguiram firmar um pacto de não-agressão entre diferentes grupos étnicos das regiões de baixa renda, criaram um programa em que as crianças ganhavam refeições antes de irem à escola e eram apresentadas a uma visão anticapitalista sobre a história da exploração dos negros. Também promoveram programas de ajuda médica, distribuição de alimentos e roupas, ajuda a presos políticos e transporte para seus familiares. Tudo de forma autogerida.

Foram vítimas de várias ações ilegais e clandestinas das polícias (emboscadas, atentados terroristas e ataques às suas sedes). Em 1968, dois anos após sua fundação, o então chefe do FBI já os considerava a maior ameaça para a segurança interna dos EUA. Os membros mais proeminentes da organização foram assassinados ou julgados por júris inteiramente selecionados pela cor da pele e pela ideologia. Mesmo com tudo isso, a polícia somente conseguiu destruir o trabalho de autogestão nos locais de influência dos Panteras quando fizeram um acordo com as máfias do tráfico de drogas para que atuassem livremente e conseguissem aumentar o consumo de entorpecentes ilícitos naqueles locais.

O capital sabe muito bem defender seus interesses, acima de tudo e de todos. Cabe ao proletariado a tarefa de aprender a defender os seus, de forma autônoma, auto-organizada e intransigente.

*“Você vê a lei e a ordem? Não há nada além de desordem e, em vez de lei, há a ilusão de segurança. É uma ilusão porque se baseia em uma longa história de injustiças: racismo, criminalidade e o genocídio de milhões de pessoas. Muitas pessoas dizem que é loucura resistir ao sistema, mas, na verdade, loucura é não fazê-lo.” Mumia Abu-Jamal*

# O que explica a apatia do proletariado?

**VIVEMOS UM MOMENTO** obscuro da nossa história. Percebe-se que algo tenebroso ronda as nossas vidas, mas ainda é difícil fazer uma análise mais acurada a respeito de para onde isso tudo irá nos levar. Mas nos parece que não será para um bom destino. Estamos sob o comando de um governo que é dominado por evangélicos, militares e ultraconservadores. Como se isso não bastasse, o país ocupa as manchetes da mídia internacional como exemplo de incompetência, atrasos, escândalos e lutas internas pelo poder.

Estes primeiros meses do governo Bolsonaro têm sido marcados pela violência policial, altas taxas de desemprego, empobrecimento do proletariado, desregulação crescente das relações trabalhistas, desmonte do SUS, cortes profundos de verbas das instituições federais de educação, desrespeito às populações indígenas, a movimentos e ativistas sociais, retrocessos profundos na legislação ambiental, etc. Dentre esses e outros desmontes que impactam negativamente nossas vidas, a cereja do bolo é a aprovação da reforma da previdência na Câmara Federal.

O governo atua abertamente em prol das elites, removendo inclusive as migalhas ao proletariado

jogadas pelos governos anteriores. Além disso, o presidente parece não compreender a distinção entre Estado e governo, penalizando, perseguindo e exonerando aqueles que divergem de suas opiniões e/ou de seus ministros. Age como se tivesse ganho um brinquedo (o Brasil), podendo fazer dele o que bem entender. A administração da “coisa pública/estatal” está cada dia mais privada, em sentido amplo. Por um lado o Estado sai de cena em áreas nas quais era protagonista e por outro, o que determina os rumos do país é a vontade do capitão/rei e de seus herdeiros.

Diante deste quadro aterrorizante, pergunta-se: por que o proletariado assiste a tudo isso passivamente sem tomar em suas mãos as rédeas do seu destino? Sabemos que a força de trabalho do proletariado é o elemento chave para a reprodução da sociedade. No entanto, apesar de concentrar a maior parte da população mundial, essa classe social é historicamente dominada por outros grupos sociais minoritários, de modo que o proletariado é educado para não questionar o funcionamento da sociedade, não se posicionar politicamente, e muito menos reivindicar suas vontades coletivas - afinal, tais atitudes comprometem o poder das classes dominantes. Assim,

*“Historicamente, os direitos surgiram na modernidade como veículo de emancipação da privação de direitos políticos ou da servidão institucionalizada... eles surgiram como meio de proteção contra o uso arbitrário e abuso do poder soberano e social e como um modo de garantir e naturalizar os poderes sociais dominantes. O alto preço da proteção institucionalizada é sempre uma medida de dependência e concordância com as regras do protetor.” Wendy Brown*

hetero-organizado, ou seja, sem autonomia sobre as decisões que tangem a sua própria existência, o proletariado passa a acreditar que líderes, sindicatos e partidos são capazes de expressar as suas demandas e que a democracia assegura a representatividade das suas pautas.

Por um lado, a direita tem clareza dos elementos necessários para a prosperidade de seus interesses particulares e constrói diariamente estes alicerces (dentro e fora de governos), como faz o atual governo brasileiro ao criar condições propícias à intensificação da exploração do trabalho, à vigilância social do proletariado, e à ampliação da lucratividade do capital em suas diversas formas.

Por outro lado, a social-democracia reforça as instituições de controle do proletariado, ao canalizar as lutas sociais para os corredores parlamentares e bravatas sindicais - espaços que amortizam qualquer ímpeto de transformação social ao aumentar a ilusão de representatividade política e desencorajar a auto-organização e a reação do proletariado: o *lobby* passa a substituir a ação direta, prática enraizada ao ponto que as novas gerações que se tornaram jovens adultos ao fim deste período, cresceram com a ilusão do pacto social, no qual o enfrentamento direto foi substituído pelas negociações.

Durante os catorze anos de governo do PT, grande parte das lideranças integrantes das organizações que antes mobilizavam as lutas sociais passou a ocupar cargos no governo. Conseqüentemente, ao alcançarem posições de mando no aparelho estatal, ou seja, ao ingressarem na classe dominante, essas lideranças passaram a atuar no sentido de desencorajar a organização e reação do

proletariado. Uma vez que o governo era “dos trabalhadores”, isto é, já que o partido no poder também dominava as instituições que diziam pertencer às classes dominadas, tudo poderia ser resolvido com base nas negociações entre proletariado e capitalistas, sem maiores conturbações. Na verdade, o que se dava eram acordos internos entre as velhas e essas novas elites do país que ascenderam à condição de gestores às custas dos trabalhadores. Tendo a capacidade de “domar” a massa de força de trabalho para gerir os conflitos sociais, o governo petista, seus aliados e suas instituições obrigaram os capitalistas a se sentarem à mesa com eles. Dessa forma, demonstrar poder de controle sobre qualquer sinal de revolta da classe proletária era condição básica.

Assim, aos poucos, com deduração, ameaças e peleguismo, a social-democracia conseguiu fazer o proletariado abandonar as ruas como o lugar das lutas e deixar que suas demandas fossem resolvidas por meio de negociações parlamentares. Hoje o que se observa nas manifestações que têm sido convocadas é um cortejo fúnebre de quem caminha e grita palavras de ordem vazias, nas quais não acredita e tampouco identifica naquelas ações (as chamadas “greves gerais” de um dia) a força necessária para impedir os retrocessos aos quais estamos sendo submetidos. Diante do cenário brasileiro atual, o que não faltam são motivos para indignação, contudo, o que sobra é um estado inerte de apatia do proletariado, que raramente “atropela” os meios legalistas para ocupar as ruas ou locais de trabalho, estudo ou moradia, reivindicando suas próprias demandas e fazendo valer as suas vontades.

Outros fatores também contribuem para este quadro desolador de letargia. Ao mesmo tempo que as antigas lideranças atuaram para conduzir o proletariado para esfera parlamentar, também atuaram no sentido de canalizar a ação política para as questões identitárias que, além de fragmentar ainda mais o proletariado - mulheres, negros, população LGBT, indígenas - não costumam fazer um recorte de classe, ou seja, não têm perspectiva emancipatória. Ao defenderem as políticas de “empoderamento”, se alinham perfeitamente à ideia de justiça e punitivismo nos moldes burgueses. Nenhuma identidade é neutra, geral ou universal - a classe perpassa a todas elas.

Contudo, o proletariado não deve ser visto como uma vítima de tudo isso. O alinhamento com o pensamento religioso expresso seguidamente pelo governo, as ilusões sobre a ausência de corrupção e desenvolvimento durante a ditadura civil-militar, a decepção com a esquerda do capital como se fosse essa a única esquerda e o conservadorismo nos costumes entre outras mazelas, são fatores que colocam parcela significativa do proletariado alinhada com este governo mesmo diante de tantas perdas reais e profundas.

Atualmente, quem aparece resistindo às medidas propostas pelo governo, em grande parte representados pela social-democracia, aparentemente o fazem por mero cumprimento de agenda. Vão às ruas protestar, mas muitas vezes utilizam de palavras de ordem infantilizadas, como “1, 2, 3... 4, 5, mil... ou param esses cortes ou paramos o Brasil”, que não se traduzem em intervenções práticas. Em 2019 aconteceram três atos contra os cortes na educação e a reforma da previdência. O país não parou e muito menos “foi parado”, a reforma avançou, mais cortes foram anunciados, e não há indícios de que os retrocessos cessarão.

O que precisa ocorrer para que o proletariado volte a ser ativo na cena política do Brasil? Qual limite deve ser ultrapassado para que haja uma reação coletiva? Este cenário de precarização da vida só poderá ser revertido com auto-organização a partir de nossos locais de trabalho, estudo e moradia. Debaixo para cima e não das cúpulas para “as bases”. Se não começarmos a intervir de forma direta agora, poderemos ser obrigados a nos limitar a defender as liberdades políticas e civis. Estamos dispostos a ignorar a realidade até que se chegue a este ponto?

*“Ignorar não é o mesmo que ignorância. Exige esforço da nossa parte.” Margaret Atwood*

## Por uma outra Antiecologia

O CAPITALISMO já não consegue mais resolver as contradições ambientais em escala mundial. Os cientistas não conseguem consenso sobre a escala dos problemas e suas consequências. Pesquisas são apresentadas para embasar políticas completamente opostas que vão desde o catastrofismo religioso até a sustentação de um mundo sem grandes problemas ambientais.

Nesse cenário que divide os capitalistas, o governo Bolsonaro já garantiu aos extrativistas e ruralistas: esse governo é de vocês! Seguindo essa diretriz, o Ministério da Agricultura realizou a maior liberação de uso de agrotóxicos da história do país e o Ministério do Meio Ambiente perdeu bilhões de reais em multas e ainda extinguiu o Fundo Amazônia, que financiava a fiscalização e o combate a incêndios na região. Já o Ministério da Justiça de Sérgio Moro, retirou a Força Nacional da região de Novo Progresso-PA, deixando o IBAMA sem condições efetivas de combater os desmatadores incendiários que promoveram o “dia do fogo” e geraram, em apoio ao governo, o maior incêndio criminoso já registrado na região amazônica, destruindo uma área equivalente a 4,2 milhões de campos de futebol.

Assim, o Governo Bolsonaro em poucos meses já demonstrou sua sanha contra a visão científica de mundo. Ao mesmo tempo que entregou a mais alta honraria da Ordem de Rio Branco para um astrólogo e *youtuber*, radicado nos EUA, Olavo de Carvalho, Bolsonaro já desqualificou publicamente os serviços científicos de instituições como IBGE, INPE, FioCruz, entre outras. Juntamente com essas, os alvos prediletos nos últimos meses, mas já antigo na trajetória de deputado federal do atual presidente, têm sido o IBAMA e o ICMBio. O presidente e seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ambos já indiciados por crimes ambientais, respectivamente por pesca ilegal e adulteração de mapa ambiental técnico, defendem a exploração capitalista da Amazônia e das terras indígenas demarcadas. Essa defesa é falsa porque o capitalismo já está em toda parte do Brasil, bem como nas terras amazônicas, onde o desejo do atual governo é que ela se dê via acordos bilaterais com o governo e empresas dos Estados Unidos, como a Blackstone.

O reconhecimento social e público dessa visão de Bolsonaro/Salles/Guedes é tamanho que em sua homenagem e apoio, garimpeiros, grileiros,

*“A defesa da vida no planeta não se consegue nem pelo abandono das técnicas modernas (aliás esse mítico retorno a um passado de simplicidade seria bem menos bucólico do que imaginam os seus adeptos), nem pela limitação da produção, ideia abstrusa quando há centenas de milhões privados de tudo. Equilíbrio natural, solidariedade, bem-estar, harmonia, estarão ameaçados enquanto a espiral de acumulação do capital envolver a humanidade nos seus tentáculos. A degradação acelerada do meio ambiente é um entre vários sinais de alarme a anunciar a inviabilidade da atual organização social [...]”. Tom Thomas*

sindicalistas e fazendeiros promoveram uma sequência de queimadas organizadas cercando a Floresta Amazônica, demonstrando o ímpeto de avançar a exploração mata adentro. Ou seja, o atual governo é de fato antiecológico e já tem um amplo movimento social que o apoia, já que não é de hoje comum ouvir no folclore popular que o IBAMA atrapalha o desenvolvimento, atrasa regiões, tira empregos, etc.

Essa ideologia - que nasce nas empresas e fazendas e acaba reproduzida pela boca de quem não tem nem empresa nem fazenda - ganhou força e adeptos graças às políticas ambientais das últimas décadas, que buscaram uma face humana e ecológica para a exploração capitalista da natureza (capitalismo verde). Esses verdadeiros amigos do capital e falsos amigos da natureza, defendem, entre outras medidas, a manutenção de grandes áreas intocadas não como reserva biológica vital mas como reserva de valor para ser utilizada quando conveniente. E mais, a forma de utilização futura não difere em nada da lógica atual que extrai da natureza muito mais do que o necessário. Essa política preservacionista, para o capital do futuro, já é uma das diversas oposições das classes dominantes que o governo Bolsonaro enfrenta, inclusive por setores do próprio agronegócio brasileiro exportador.

Como enfrentamento a esses ataques ao meio ambiente, revigora-se o velho movimento ecológico que, incapaz e sem vontade de superar a lógica do lucro, acaba defendendo uma ecologia que é apenas a socialização da miséria, ou seja, para os ricos abundância, para os demais moderação do já pouco. Em resposta ao fato de a minoria burguesa se apropriar das tecnologias para seus próprios fins, os discursos ecológicos alheios a qualquer noção de luta de classes se limitam a

demonizar as tecnologias e o desenvolvimento em si. Dele, saem exemplos como a ativista ambiental sueca Greta Thunberg, que baseia seu ativismo em um retorno às tecnologias arcaicas; haja vista sua última viagem de 15 dias até Nova Iorque a bordo de um veleiro, quando incentivou o uso de transportes não emissores de carbono. Ora, se os trabalhadores vão ao trabalho caminhando ou pedalando não é por “consciência ambiental” ou “uberização verde”, mas por precariedade e isso não deve ser romantizado. Afinal, enquanto cobram “sustentabilidade” dos trabalhadores, os exploradores, do homem e da natureza, dormem tranquilos sonhando com a exploração de reservas ambientais.

Logo, devemos ser contra a ecologia política. Na esfera civilizacional, uma vez que ela é contrária à industrialização e à sociedade urbana que hoje se constituem como pilares fundamentais para o desenvolvimento de tecnologias que além de permitirem a abundância, tempo livre e conforto, elas mesmas solucionam problemas ambientais. Nesse aspecto são nítidos os avanços desde máquinas agrícolas de alta precisão (aplicam somente onde e o quanto necessário), outras que capturam os resíduos sólidos no oceano até a tecnologia baseada na produção de energias alternativas (metano, solar, eólica, biomassa etc.) - e que muitas vezes não são implantadas ou melhor desenvolvidas justamente porque existem interesses capitalistas na produção energética defasada, caso do bolsonarismo/trumpismo. Enquanto esses setores do capital travam guerras comerciais entre si, os grandes centros de pesquisas científicas seguem a serviço do capital global, inacessíveis ao resto da humanidade, gerando patentes e segredos industriais.

É preciso também negar o movimento ecológico

na esfera econômica, uma vez que leva direta ou indiretamente ao agravamento da exploração. No capitalismo, a elevada produtividade cria as condições da mais-valia relativa e a baixa produtividade impõe a mais-valia absoluta. Esse é o impasse da agroecologia e agricultura familiar, por exemplo, que contam com longas jornadas de trabalho, sem horários fixos e com um cálculo de custos de produção que exclui uma parte considerável do esforço da família como um todo, incluindo crianças, jovens e idosos. Nesse cenário é perceptível que os ambientalistas se preocupam muito com os efeitos da tecnologia capitalista no exterior das fábricas e das fazendas, mas em nada com os seus efeitos da exploração humana no interior delas. Assim, negligenciam a realidade do proletariado rural, precarizado e muitas vezes submetido a regime análogo à escravidão. Quando da liberação indiscriminada dos agrotóxicos por parte do Governo Federal, muito se falou sobre a piora na qualidade dos alimentos e o risco de poluição de mananciais, mas pouco se ouviu sobre os trabalhadores obrigados a manejar esses pesticidas: 78% deles sem qualquer instrução técnica e 52% sem nenhum tipo de proteção individual.

O capital tenta nos fazer crer que existem apenas dois olhares possíveis sobre os recursos naturais: de um lado o desenvolvimentismo a qualquer

custo e de outro uma preocupação ética e legalista com a preservação do meio ambiente. Ambos são discursos ideológicos, ou seja, da ordem dominante, que se traduzem em distintos nichos de mercado e respectivas bancadas parlamentares. Logo, qualquer visão sobre o meio ambiente que não seja a do proletariado auto-organizado está fadada a reproduzir a lógica predatória e irresponsável do capital. Apenas quando a gestão da produção da vida material estiver nas mãos de quem realmente a produz, em escala global, pela primeira vez na história será possível tomar decisões enquanto espécie humana. Se desde as primeiras tentativas históricas de emancipação o proletariado tivesse sido vitorioso, extraindo da natureza para o necessário, o tempo livre e o conforto, e não para o lucro, o polêmico cenário de apocalipse ambiental que a própria cultura dominante alardeia seria inimaginável.

*“A disseminação da ideologia ecológica, propagandeada de maneira maciça por todos os meios de informação, corresponde a uma fortíssima e permanente pressão para a redução do consumo particular. Onde antes os trabalhadores consideravam a melhoria do seu nível material de vida como uma prova do sucesso das suas reivindicações políticas e sociais, agora os ecológicos pretendem culpabilizá-los por essas conquistas e convencê-los de que por comerem mais, vestirem melhor, gastarem mais sabão e viverem mais desafogadamente põem em risco o planeta. A abundância passou a ser considerada como negativa e propõe-se o ascetismo de massas como a meta a atingir.”* **João Bernardo**

# Educação é mercadoria

**UMA DAS DIVERSAS** demagogias proferidas por diversos setores da social-democracia, seja a partir de seus partidos políticos ou determinados movimentos sociais, é a simbólica negação “Água não é mercadoria”; “Moradia não é mercadoria”; “Saúde não é mercadoria”; assim como é sagrada a educação: “Educação não é mercadoria!”, gritam sindicatos, CAs e DCE’s. Sendo assim, a mercadoria que sempre resta ao capitalismo para comprar e vender é a força de trabalho do próprio homem, o que ajuda a tornar evidente que essa dita esquerda é a favor de “direitos sociais”, mas não é contra a exploração do homem pelo homem.

Nesse sentido, antes de criticar o óbvio do governo Bolsonaro em relação à educação, é necessário relembrar algumas medidas da era PT, sobretudo a Reforma Universitária do governo Lula, implementada por medidas provisórias e projetos de lei em 2004/2006, e o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades), em 2007. Da mesma forma que o atual Future-se, o REUNI se deu por adesão, com verbas condicionadas por produtividade e desempenho (ENADE). As universidades receberiam determinadas verbas apenas se apresentassem um projeto para adentrar no programa. Assim, não é novidade colocar

em xeque a suposta autonomia das universidades, condicionando suas existências por meio do controle das verbas, a decisões de cunho político e até mesmo científico (o que deve, como e para que ser pesquisado). A liberação dessas verbas, todavia, era ainda condicionada ao cumprimento de metas produtivistas, intensificando a relação entre mercado e educação. As metas de Lula eram diversas, incluindo aumentar a relação de 10 alunos por professor para 18 (assim, espera-se quase dobrar o número de alunos sem contratar novos professores.)

De forma geral, a abrangência dessa expansão da educação é limitada e restrita, já que na verdade trata-se do aperfeiçoamento da força de trabalho brasileira diante da dinâmica internacional do capitalismo, sendo em relação a setores da produção com quadros técnicos e superiores, apenas. Ou seja, de Lula a Dilma, os programas são todos voltados para otimizar e atualizar a exploração e produção brasileira (Ciências sem fronteiras; PRONATEC-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) mas também para fomentar especialmente o ensino privado no país (PROUNI – bolsa paga em faculdade privada) e diversas outras isenções e financiamentos para a educação particular. Não por acaso, o tema da

*“O aparelho escolar tem seu papel na reprodução das relações sociais de produção quando contribui para formar a força de trabalho; b) contribui para inculcar a ideologia hegemônica; tudo isso pelo mecanismo das práticas escolares; c) contribui para reprodução material da divisão de classes; e d) contribui para manter as condições ideológicas das relações de dominação.”* **Maurício Tragtenberg**

redação do Enem de 2010 foi “ O trabalho na construção da dignidade humana”.

Diante desse cenário, fica evidente que todas as reclamações do atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, já estavam basicamente contempladas há pelo menos dez anos. Assim, o que o bolsonarismo quer é reorganizar e reagrupar esses esquemas mercadológicos - já projetados e executados pelo PT - para novos arranjos de mercado. O atual governo não está criando ou inventando mercantilizações, ele está lutando para controlar as que foram criadas pela era PT. Nesse período, no Brasil inteiro surgiram diversas iniciativas do movimento estudantil, paralelas e em conflito com o governismo da UNE/UBES, contra a Reforma Universitária e ao REUNI do governo Lula. Foram comitês, assembleias e até mesmo ocupações de reitoria que rejeitaram essas medidas. Nesse sentido, a atual acusação bolsonarista que diz sermos todos cúmplices do PT é falsa. Na verdade, nunca houve qualquer resistência de direita a esses ataques do PT, sendo que era justamente o movimento estudantil independente e combativo que resistiu aos ataques petistas. Além disso, foram pesquisadores das próprias universidades que produziram artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado denunciando a Reforma Universitária e o REUNI.

Assim, o que nem o bolsonarismo e nem petismo hoje dizem é que o discurso sobre educação do atual governo é exatamente o mesmo que o dos anteriores, esses resumidos em três eixos (de acordo com documentos oficiais da época PT): 1 - O Estado não tem recursos suficientes para melhorias das universidades públicas e federais; 2 - a universidade em sintonia com a revolução científico-tecnológica precisa interagir com o mercado a fim de ampliar suas fontes de verba; 3 - a

universidade atende a privilegiados, por isso seus altos gastos são injustos socialmente. Esses três itens, recorrentes nas falas em defesa do Future-se, são diagnósticos elaborados pelo governo PT. Ou seja, mentem bolsonaristas e mentem petistas, já que ambos são fiéis às diretrizes do Banco Mundial para educação, conforme demonstram diversas pesquisas e reportagens que analisam os programas do PT e as orientações do BM.

Em seguida, diante desse diagnóstico, as medidas apontadas pelos governos PT eram: 1 - diversificar fontes de financiamento e adotar o ensino a distância; 2 - promover Pesquisa e Desenvolvimento em sintonia econômica e jurídica com o mercado (“Lei de Inovação Tecnológica”), com reordenamento jurídico das federais para poderem obter esses recursos do mercado; 3 - estabelecer as “Parcerias Público-Privadas/PPPs”, na medida que o governo Lula entendia que era necessário contratar serviços privados pois essas empresas teriam gastos com mais eficiência do que as públicas.

Diante disso, é importante lembrar que os maiores elogios à era PT, salvo ao importante mas limitado Bolsa Família, são todos direcionados ao mundo educacional: expansão das universidades e institutos federais, sistema de cotas para ingresso no superior, bolsas e financiamentos para vagas no superior, etc. Ou seja, na verdade todas são medidas concentradas somente em formação técnica e profissional para indivíduos já previamente selecionados que se tornaram o principal saldo político e eleitoral do PT.

É nesse sentido que é historicamente coerente a explícita admiração do atual ministro pela EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), elaborada pelo então ministro da

Educação de Dilma Rousseff, Fernando Haddad. Já também na época, em 2007, não apenas o movimento estudantil mas também os trabalhadores do SUS denunciavam essa proposta de inserção de “Organizações sociais” (empresas privadas) para atuarem dentro dos hospitais universitários como uma medida de privatização da saúde pública. Hoje a EBSEH é a referência para o Future-se.

Através do Future-se é prevista a transferência da administração da Universidade para Organizações Sociais, a entrega do financiamento da Educação para o mercado de capitais, liquidação de bens imobiliários da União, criação de instrumentos de denúncia e censura (que dão base para o Escola sem Partido na Educação Superior). As OSs passariam a participar do controle da gestão das linhas de pesquisa dos professores, dos departamentos, cursos e laboratórios. Assim, quando uma universidade adere ao Future-se, na verdade, ela retorna ao passado. Trata-se do descompromisso do Estado com a universidade. Mas não apenas isso, através do projeto surge uma plataforma para que o capital financeiro e investidores venham a ser os mantenedores das universidades. É prepará-la para que esteja legalmente disponível para “captar” recursos que já estejam condicionados pelos *lobbies* das finanças, servindo ao capital empresarial e financeiro. Tanto Weintraub quanto Guedes são associados ao mercado financeiro. Guedes é um investidor.

É válido lembrar que as empresas privadas já estão altamente vinculadas às IFES, também patrocinam pesquisas, também levam patentes, concedem/usam estruturas e estagiários/as. Assim, não se trata apenas da cobrança de mensalidades, do desvencilhamento entre Estado e ensino superior, mas de dar pleno poder às empresas privadas e ao capital financeiro de direcionar a Pesquisa e o Ensino, através de metas, do financiamento (capacidade do professor em captar recursos) e das ouvidorias e avaliações de satisfação dos alunos (censura e controle, penalizando professores, TAES e estudantes que sejam inimigos políticos em potencial). Tal proposta surge oportunamente em um contexto de esgotamento dos recursos públicos, com maior ênfase a partir da EC 95, como suposta solução para o financiamento das IFES. Ou seja, jogam os estudantes e profissionais ao mar e tentam vender a boia em oferta.

Diante disso, das atuais lutas na educação que tem palco nas IFES, e das que virão também nos estados e municípios, é fundamental a solidariedade entre todas categorias e regiões, mas também o rompimento com as burocracias estudantis e sindicais, que fragmentam aqueles que lutam e os desencorajam. Devemos então criar nossas próprias instituições de luta, unindo estudantes, professores, técnicos, terceirizados, moradores, etc. Assim, aprendemos sobre a sociedade do futuro na forma que organizamos as nossas próprias lutas.

*“Quem conhece melhor as máquinas são aqueles que as fazem funcionar diariamente. Pedimos-lhes que não usem apenas os braços e as mãos, mas também os cérebros.” Kazuo Ishikure - presidente da transnacional Bridgestone.*



2020

## Especial: o proletariado existe - parte III

### O Trabalho via Aplicativos

**O MUNDO DO TRABALHO** vem sofrendo mudanças significativas no que diz respeito ao modo como os capitalistas estão intensificando a exploração do proletariado, aliando a sofisticação tecnológica do séc. XXI à brutalidade das condições laborais do séc. XIX. O exemplo mais emblemático é o do proletariado que busca sustento prestando serviços por demanda de aplicativos digitais.

Os serviços mais conhecidos e os que mais empregam hoje no Brasil são o de entregas e o de transporte de passageiros. Têm em comum trabalhadores precarizados que, desempregados ou visando um complemento na renda mensal, sujeitam-se à uma relação laboral sem proteção contratual nem previdenciária, com remuneração baixa e variável, expostos a vários tipos de violência e a acidentes, sem qualquer possibilidade de indenização. Trata-se, na prática, de uma economia baseada em “bicos” em que muitos “autônomos” se enxergam erroneamente como empreendedores ou “patrões de si mesmos”, quando na verdade estão a um passo do desemprego estrutural.

Os serviços de entregas, por exemplo, quando prestados por ciclistas, oferecem uma remuneração mensal que pode variar entre R\$ 375,00 e R\$ 992,00. Para conseguir esse valor máximo, que ainda é menor do que um salário mínimo, esses jovens (mais da metade têm entre 18 e 22 anos de idade) precisam trabalhar todos os dias da semana, em média 12 horas por dia, sem descanso, sujeitos aos perigos do trânsito e cientes de que se ficarem doentes ou se acidentarem estarão por conta própria. Boa parte dessa categoria ambiciona um dia comprar uma motocicleta para aumentar seus ganhos diários, principalmente porque as empresas de aplicativos vêm diminuindo o valor mínimo pago por corrida. Na ponta da precarização ainda há aqueles que sequer possuem bicicleta e se veem obrigados a alugar uma, por meio de outro aplicativo, a um valor médio de R\$ 20,00 por dia. Segundo dados governamentais, cerca de 4 milhões de brasileiros prestam serviço de entrega por meio de plataformas digitais.

No que diz respeito ao serviço de transporte de passageiros, são mais de 1 milhão motoristas

*“Não parece que os empregados no setor da informação venham a absorver os operários da indústria com a mesma facilidade com que os empregos industriais absorveram os trabalhadores agrícolas no século passado. São necessários programas de formação maciços.” Revista The Economist (28 de julho de 1984)*

cadastrados, trabalhando por mais de 12 horas ou quantas forem necessárias para atingir uma meta líquida diária de aproximadamente R\$ 250,00. Em uma realidade na qual os aplicativos estabelecem valores flutuantes para cada serviço e descontam uma taxa média de 25% do que é pago ao condutor, este ainda tem que arcar com o aluguel ou manutenção do veículo, combustível (cada vez mais caro), impostos e eventuais multas de trânsito. À medida que os ganhos líquidos diminuem, a carga horária de trabalho aumenta. Para muitos é como se morassem nos carros e apenas visitassem suas próprias casas.

No outro lado da relação de exploração estão as empresas donas dos aplicativos. Ao mesmo tempo em que vendem a ideologia do empreendedorismo individual a seus “colaboradores”, afirmam categoricamente que não são patrões de ninguém, que apenas fazem a conexão entre os consumidores e os prestadores de serviço, que esses são “livres” para fazerem o próprio horário e que dependem apenas da própria competência para serem bem avaliados pelos clientes. Pela falsa lógica dessas empresas seria possível concluir que esses trabalhadores seriam possuidores dos meios de produção (veículos) do serviço que vendem (transporte) e que os patrões exploradores seriam os consumidores que os contratam. Na realidade trata-se de uma forma perversa de extração de mais-valia por parte dos empresários da tecnologia, que se isentam de dar capacitação aos funcionários, controlam as remunerações com base em algoritmos incompreensíveis e imprevisíveis e sequer precisam fornecer os instrumentos para a realização do trabalho: tudo isso sem qualquer vínculo contratual de emprego. O aplicativo não se limita a conectar

particulares que querem comprar e vender um serviço, ele recruta, remunera, controla, avalia e pune o trabalhador que se propõe a servi-lo, além de lucrar com a venda dos dados comportamentais que coleta dos usuários.

Diante desse cenário no qual tais empresas e seus acionistas lucram bilhões e os trabalhadores dormem cada vez menos, os governos enxergam tal dinâmica com bons olhos já que essa expansão do trabalho precarizado serve para mascarar alguns resultados da economia. Se fossem uma só empresa, os aplicativos de transporte de passageiros e de entrega seriam hoje o maior empregador informal do Brasil, sendo que em 2019, apenas um deles foi responsável por 0,18% do Produto Interno Bruto.

Porém, esse modelo econômico baseado em plataformas digitais não é apenas um nicho de mercado, é algo que se expande cada vez mais, apresentando soluções mágicas para a burguesia que ela não poderia concretizar nos tempos das fábricas de modelo fordista e posteriormente toyotista. Afinal trata-se de um paradigma de produtividade no qual os custos da produção são transferidos quase que integralmente aos proletários e a gestão da exploração é feita de forma virtual e invisível. Além disso, esses trabalhadores são pulverizados e atomizados ao máximo em seus locais de trabalho, sem garantias trabalhistas, sempre à disposição de um possível chamado para uma nova tarefa e muitas vezes sequer se reconhecendo como explorados.

Parece lógico concluir que tal modelo tende a se alastrar rapidamente por vários ramos da economia como saúde, educação e tantos outros que a tecnologia e o proletariado

permitirem. E para aqueles que acham que tal dinâmica é uma alternativa ao desemprego, é preciso ressaltar que as empresas mencionadas já estão testando veículos não tripulados e entregas por meio de drones. O futuro dirá o que a Inteligência Artificial nos reserva se permanecer em poder da burguesia.

Em oposição a tal precarização, têm ocorrido manifestações de motoristas por aplicativo em diversos países em prol de melhores condições de trabalho e aumento da remuneração. Pode significar o começo de uma resistência classista, ainda mais utilizando a tecnologia que os explora para aproximá-los. Ainda assim, parecem patinar em propostas como reconhecimento facial dos passageiros e instalação de câmeras nos veículos, que a princípio lhes traria mais segurança, mas, na prática, aumentaria ainda mais o poder de controle das empresas sobre seu trabalho.

Também há quem defenda a ideia de cooperativa de plataforma, em que os trabalhadores teriam seu próprio aplicativo. No entanto, isso os manteria presos à lógica de mercado, reproduzindo as relações capitalistas e tentando, em vão, competir com gigantes do setor que têm acesso a satélites e tecnologias complexas de armazenamento de dados.

É preciso compreender que a informalidade, a precarização e o desemprego não traduzem uma diminuição da importância do proletariado. São apenas elementos que indicam uma reestruturação das relações de produção que exploram a força de trabalho. Assim, a única luta possível deve se dar pela união sólida e autônoma desses trabalhadores contra as empresas que os reduzem a tais condições.

A questão que se coloca ao proletariado é: quem controla o trabalho? Pouco importa se a gestão se dá por um capataz de fábrica ou por um algoritmo, ambos estão a serviço do capital. Qualquer proposta que mantenha a ideia de o fruto do trabalho humano se tornar mercadoria não nos serve. Não se trata de ser contra as inovações tecnológicas, mas de acabar com o controle privado sobre elas e questionar para quem e a quem se prestam. Mas só o proletariado enquanto classe consciente pode arrancar tais tecnologias das mãos da burguesia e colocá-las a serviço da humanidade, que decidirá quais lhe são realmente úteis.

*“A integração dos ócios no capitalismo, porém, ocorreu em planos ainda mais profundos, e com repercussões sociais decisivas, na medida em que o tempo de lazer se converteu num tempo de formação da força de trabalho. (...) A tecnologia electrónica fornece o exemplo mais flagrante, pois sem a difusão súbita e maciça de variadíssimos jogos electrónicos teria sido impossível formar num tão curto período toda uma enorme quantidade de jovens aptos a laborar com a nova tecnologia.” João Bernardo*

## A Saúde Controlada pelo Capital

**HISTORICAMENTE** populações já foram dizimadas por epidemias: Peste Negra (séc. XIV), Cólera (séc. XIX), Tuberculose (séc. XIX), Varíola (séc. XX) e Gripe Espanhola (séc. XX). Na era da tecnologia globalizada do capital, as mudanças nos padrões de mortalidade deram a impressão de que as doenças infecto-parasitárias eram uma preocupação dos países “atrasados”, que “ainda” não alcançaram o desenvolvimento dos países com capitalismo de ponta. Porém, o novo coronavírus (ou, mais corretamente, SARS-Cov-2) veio para provar que o capital é incapaz de gerir crises de uma forma que não seja às custas das vidas do proletariado. Um erro crasso, por exemplo, foi não ter aprofundado estudos quando a SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), considerada a primeira nova doença do séc. XXI, surgiu há alguns anos. Nesse sentido, o avanço tecnológico que permite reconhecer a sequência genética de um novo vírus no período recorde de 7 dias não significa que essa sociedade tenha capacidade para impedir uma crise de saúde pública planetária. Isso se deve ao modo como se produz e reproduz a vida: o modo de produção capitalista.

Fica claro que boa parte do proletariado não tem acesso aos itens mais básicos como água, sabão e álcool. Aos trabalhadores da saúde faltam máscaras adequadas, óculos de proteção e aventais descartáveis. Nos hospitais faltam leitos, respiradores e trabalhadores, fazendo com que - por decreto - estudantes da área da saúde ainda não formados tenham que auxiliar nesse processo. Por fim, para impedir a transmissão intercontinental faltam itens como os kits de testagem. É evidente que o foco não é conter a pandemia e a morte do proletariado - afinal são em sua maioria aposentados e adoecidos, logo improdutivos para o capital - mas impedir que a economia de mercado sofra abalos drásticos.

Mesmo lerda no combate ao vírus, a burguesia brasileira foi rápida em implementar medidas para salvaguardar a si mesma: decretou estado de calamidade pública até o fim de 2020, promoveu cortes de salários com redução pela metade, afastamentos do trabalho às custas do INSS (apesar do suposto déficit), parcelamento de dívidas públicas, contratações sem licitação, redução de juros para os empréstimos de empresas de turismo e adiamento do prazo para as companhias aéreas

*“Já mencionei atrás a atividade invulgar que a polícia sanitária dispendeu por altura da epidemia de cólera em Manchester. Com efeito, quando esta epidemia começou a se aproximar, apoderou-se da burguesia desta cidade um medo generalizado. De repente lembraram-se das habitações insalubres dos pobres, e tremeram com a certeza de que cada um destes bairros miseráveis ia constituir um foco de epidemia, a partir do qual esta estenderia as suas raízes em todos os sentidos para as residências da classe exploradora.” Engels*

devolverem o dinheiro das passagens canceladas. Imediatas e travestidas da tentativa de assegurar a manutenção dos empregos, essas medidas se destinam aos trabalhadores com carteira assinada, mas quando olhamos para os trabalhadores informais precarizados - sendo que a taxa de informalidade ultrapassa 41% - o impacto é ainda maior. Mais recentemente, o governo aprovou um auxílio mensal de 600 reais para MEI (Microempreendedor Individual), informais e desempregados; cabe ressaltar que Paulo Guedes ofereceu, em sua primeira versão, 200 reais. Tudo isso após anunciar um decreto que deixaria os trabalhadores sem salário por 4 meses para que o empresariado pudesse se “recuperar” e depois, após repercussão negativa, voltar atrás alegando erro de digitação. Após a falha na contenção da COVID-19, resultante de uma estratégia de não testar todos viajantes e deixar o contágio ocorrer livremente, a cargo do controle individual, o Ministro da Saúde aponta uma medida coletiva de Saúde Pública que já era esperada e da forma que o Estado está acostumado a gerir a sociedade: isolamento social e quarentena.

Do ponto de vista dos trabalhadores essa é uma luta para reduzir prejuízos. Primeiramente, reduzir o prejuízo humano, contabilizado em mortes e sequelados. Depois, o prejuízo decorrente de todas as restrições e efeitos sociais colaterais, que necessariamente ocorrerão em cadeia. Entre assalariados e trabalhadores informais precarizados são muitos os que não tem condições de cumprir o isolamento social - ou encarceramento, pois está prevista prisão por até um ano para quem infringir as normas de isolamento, quarentena e os exames médicos compulsórios; a polícia tem poder de encaminhar as pessoas para as suas residências; agentes de vigilância epidemiológica podem demandar apoio policial para

cumprir as suas ordens. É por questões concretas e não por mera ideologia ou questões “culturais” que parte dos brasileiros não cumpre essas normas autoritárias da saúde pública: domicílios insalubres com poucas condições de higiene e conforto. No Rio de Janeiro, vice-líder no número de casos confirmados, os jornais reportam diariamente bairros inteiros sem abastecimento de água. Em Porto Alegre, apesar de escondida dos noticiários nacionais, as comunidades vão às ruas para protestar contra a mesma falta d’água que agrava ainda mais o quadro pandêmico, enquanto que os patos do “Parcão” (parque elitizado da capital gaúcha) recebem o seu caminhão pipa para não deixar secar o laguinho. O exemplo da diarista que faleceu sem ser informada pela sua patroa do risco de contágio é emblemático. Esse é o resultado do controle da vida coletiva nas mãos da burguesia. Todos os transtornos sociais dos últimos dias são muito mais uma consequência dessa forma de gerir a sociedade do que da pandemia em si.

O investimento no combate ao COVID-19 também pode ser considerado como mais uma péssima gestão de grandes desastres por parte do governo Bolsonaro (lado a lado com o incêndio na Amazônia e o óleo no mar do Nordeste); é o equivalente a pouco mais de 2% do PIB, ante 17% em alguns países. Até mesmo EUA e México, que praticavam políticas semelhantes, agora adotam a quarentena e investem cerca de 7% do seu PIB em medidas de cuidados sociais. Ao mesmo tempo, é provável que ao fim da crise pandêmica, caso o Brasil tenha menos mortes em relação a outros países (devido às medidas de isolamento adotadas), Bolsonaro alegue que, no fim das contas, era apenas um “resfriadinho” mesmo.

Hoje, para o enfrentamento de um vírus de tal magnitude é fundamental a participação dos trabalhadores da saúde. Mas isso não significa que seria dado a eles um poder maior de controle em virtude do seu conhecimento. Não faltam nas redes sociais profissionais da saúde negacionistas do problema. O fracasso na contenção das transmissões demonstra que não basta o conhecimento científico. É preciso que o controle da produção esteja a serviço das necessidades da vida material. Se no momento é preciso mais kits de teste, que os operários da indústria automobilística, do vestuário, dos eletrônicos, abandonem as suas fábricas de origem e se voltem a isso. Se no momento, álcool-gel, máscaras e aventais descartáveis são mais importantes que smartphones é para isso que deve se voltar a produção. E isso só é possível em tempo hábil se o controle da produção estiver nas mãos do proletariado, e não na mão da burguesia ou de burocratas.

A Comuna de Paris, por exemplo, em 1871 promoveu grandes mudanças essenciais na vida parisiense em menos de dois meses, desde a forma de organização das forças militares a isonomias salariais, separação entre Igreja e Estado e até a revogabilidade de todos os representantes. Tudo isso sem qualquer recurso virtual ou de comunicação digital instantânea. Nesse sentido, o proletariado historicamente tem demonstrado outras formas de administrar a sociedade, de forma

autônoma, autogerida, desde a Comuna, como precursores dos movimentos de massa anti-burocráticos; como em 1905, quando as próprias massas em luta criaram os soviets na Rússia. Nesses momentos o proletariado demonstrou toda a sua capacidade criativa para gerir a sociedade através de uma mudança fundamental nas relações de produção.

Não é regra histórica que guerras ou doenças desencadeiam transformações políticas radicais. Assim, não há porque esperar alguma mudança no mundo por causa de uma pandemia. Por isso, neste momento precisamos ter autodisciplina para poder suportar o isolamento social (ou adotar medidas de redução de danos, para aqueles que não podem estar em quarentena). Uma vez vencido o período crítico, necessitamos de auto-organização para impedir que o ônus gerado nesse intervalo recaia sobre os ombros do proletariado. A mesma auto-organização que já vemos se manifestar entre alguns trabalhadores ao redor do mundo, quanto a demandas que não foram tomadas pelas autoridades de saúde pública, como a folga remunerada de trabalhadores que chegam em locais sem condições de saúde e segurança, fechamento de todos os prédios por 48 horas para desinfecção, nenhum corte de salários e a formação de comitês de higiene nos locais de trabalho em conjunto com trabalhadores da saúde e demais funcionários.

*“A mera concentração da população nas grandes cidades já exerce uma influência deletéria. A atmosfera não pode ser tão pura e rica em oxigênio e favorece todo o tipo de pestes; 2,5 milhões de pessoas respirando e 250 mil casas amontoadas numa área de três milhas quadradas consomem uma enorme quantidade de oxigênio que dificilmente se renova, uma vez que a arquitetura citadina não favorece a circulação de ar. Os pulmões dos habitantes não recebem a porção adequada de oxigênio e a contaminação é incontornável. É verdadeiramente revoltante o modo como a burguesia moderna trata a imensa massa dos pobres.” Engels*

## O Brasil é da Direita: Militares

**Em meio** à crescente perda de popularidade e de apoio político dos que o elegeram, além de diversas acusações e investigações judiciais, Bolsonaro propaga cada vez mais um discurso de violência institucional em que afirma ter o apoio das Forças Armadas caso instituições do Poder Legislativo, Judiciário ou outras lideranças políticas ameacem seu governo. E além de os Ministérios estarem abarrotados de oficiais militares, em número superior aos da ditadura de 1964-1985, as constantes ameaças de uma ruptura institucional, talvez por um estado de sítio, também são preferidas com a convicção pessoal de que receberia apoio de outros órgãos da repressão estatal, bem como de uma suposta resistência armada de civis bolsonaristas. Mas cuidado! A simples oposição a tudo isso também é uma armadilha.

### Ordem Fragmentada

Se das cúpulas da Aeronáutica e Marinha não emanam um suporte ostensivo ao governo do atual presidente, é o Exército que se mostra um grande artífice dessa gestão aparentemente temerária. Se já em 2014 os generais abriam seus quartéis para que Bolsonaro discursasse às tropas, em 2019 tiveram abertas as portas do Planalto como concretização de um projeto de governo que planeja uma guinada política à direita no país, não só na economia, como na educação e na cultura. E diante da resistência dos setores mais progressistas, usam Bolsonaro para constantemente criar um suposto caos nas instituições da democracia burguesa. Assim, quando essas não manifestam

concordância com esse projeto de governo são acusadas de não funcionar corretamente, ou então de serem antidemocráticas quando tentam frear os atos do Executivo Federal. Nas duas hipóteses a mensagem que querem transmitir é a de que o Estado precisa passar por mudanças profundas e que só as Forças Armadas são capazes de tutelar essa transformação, pois seria esse o seu papel histórico desde que fundaram a República.

Outro setor da repressão estatal que já demonstrou e vem demonstrando simpatia ideológica e até mesmo alinhamento político ao presidente, em alguns casos de forma organizada, são os militares estaduais, forças auxiliares e de reserva do Exército, que em todo o país somam cerca de meio milhão de agentes. O episódio do motim realizado em fevereiro no Ceará é emblemático, pois além da adesão explícita daqueles militares ao presidente, receberam apoio moral do mesmo e do então Ministro da Justiça Sérgio Moro. Também houve um financiamento de 120 milhões de reais nos últimos seis anos, de origem desconhecida, às associações de militares que organizaram as paralisações e os toques de recolher truculentos por todo aquele estado, ações típicas das milícias do Rio de Janeiro.

Parece haver uma atmosfera de quebra de hierarquia nas Polícias Militares nos estados comandados por governadores que possam representar uma ameaça eleitoral ao projeto bolsonarista. Além do Ceará, de governador petista e reduto de Ciro Gomes, é possível citar a Bahia, também

sob o governo do PT, que ainda em fevereiro foi palco da caçada a um miliciano ligado ao presidente sem o conhecimento do governador, como se estivessem cumprindo ordens superiores a ele. No Rio de Janeiro esse fenômeno já está consolidado há anos, e é notável o poder das milícias não só sobre a tropa mas sobre a política em geral no Estado; assim, pouco depois de Witzel começar a sonhar com a presidência em 2022 e tornar-se desafeto público de Bolsonaro, a ALERJ abriu processo de impeachment do governador por unanimidade. Dória, em São Paulo, já começa a sentir sérias hostilidades por parte de várias patentes da corporação, além de uma crescente politização pró-governo federal entre os praças, seja nas ruas ou nas redes sociais.

Mas todo esse apoio não é apenas fruto de uma identificação ideológica. Aos oficiais das PMs, Bolsonaro distribui cargos na administração federal, e às baixas patentes declara apoio político às causas das categorias, como por exemplo no diálogo direto que possui com as associações de policiais em prol de uma lei orgânica que reivindicam há anos. Além disso, promove uma constante expectativa de aumento nos ganhos individuais de cada membro, tal como na Emenda Constitucional 101 de 2019, que permite a acumulação de cargos públicos por militares estaduais possibilitando-os ocuparem postos na educação e na saúde públicas sem prejuízo da atividade militar.

Tal influência política também está sendo construída na Polícia Federal, órgão chave para manter ou derrubar presidentes em exercício. Tanto com indicações para órgãos e ministérios quanto com a articulação de medidas legislativas em prol das carreiras de agentes e delegados, criando centenas de funções gratificadas, mesmo não havendo um apoio político coeso ao presidente, há uma porcentagem relevante de simpatizantes nesse órgão.

Por fim, Bolsonaro ainda fala em armar os “cidadãos de bem” para evitar um suposto golpe que o tiraria do poder. Só no ano de 2019, mais 44 mil armas de fogo foram registradas legalmente no Brasil por pessoas físicas, sendo que nenhuma custa menos de 3 salários mínimos e cada proprietário tem direito a adquirir até 6 mil munições por ano.

## A Ideologia do Medo

Não é possível dizer se policiais militares alcançariam um protagonismo político como os da Bolívia que foram às ruas para derrubar Evo Morales há poucos meses, ou se civis armados teriam disposição para defender a permanência de Bolsonaro no poder como na Venezuela de Chávez e Maduro, mas é algo inédito desde o fim da última ditadura no Brasil o fato de que boa parte dos integrantes da repressão estatal têm um presidente eleito para chamar de seu.

*“Em Novembro de 1921, discursando em Roma no congresso que transformou o seu movimento em Partido Nacional Fascista, Mussolini colocou as alternativas com clareza: ‘Estaremos com o Estado e a favor do Estado sempre que ele se mostrar um guarda intransigente, um defensor e um propagandista das tradições nacionais; substituir-nos-emos ao Estado sempre que ele se revelar incapaz de enfrentar e combater as causas e os elementos de desagregação interna dos princípios da solidariedade nacional; mobilizar-nos-emos contra o Estado se ele vier a cair nas mãos de quem ameaça a vida do país e atenta contra ela’” - João Bernardo*

Porém, o maior trunfo do projeto político que se encontra no poder é estar conseguindo enquadrar à direita do espectro político democrático tanto a esquerda do capital quanto setores populares. É o que vem ocorrendo nas mais recentes manifestações de rua contra Bolsonaro que clamaram por democracia, ou seja, pediram para que as instituições da democracia burguesa não sejam abaladas pelo atual governo. Sob a insígnia antifascista, residem oportunistas que chegaram ao poder de Estado e sonham para lá retornar ou permanecer, e que com um discurso de aliança de classes engajam muitos proletários na luta por algo, em tese, “menos pior”, por um Estado ainda mais forte que combata arbitrariedades. Não se recordam do que as reformas democráticas fizeram com suas vidas nas últimas décadas?

Essa esquerda, que parece ter encontrado um mote político para as próximas eleições, novamente tenta convencer o proletariado de mentiras como a de que é de reforma em reforma que se constrói o socialismo, e que por isso é preciso preservar as instituições a qualquer custo para que as supostas conquistas democráticas continuem em disputa. Nesse sentido, dirão que o conjunto das Forças Armadas deve ser legalista e respeitar o jogo democrático, irão propor lutas por uma polícia mais cidadã e até pela desmilitarização dela, mas a verdade é que sempre sonharam e tentaram uma penetração política entre as tropas,

principalmente perante as associações militares, tratando-os como mais uma categoria de trabalhadores insatisfeitos. Porém é preciso lembrar que toda conquista sindical que os agentes das forças estatais obtiverem, inevitavelmente servirá para incrementar a repressão ao proletariado. Onde impera nacionalismo e hierarquia não há espaço para a emancipação dos explorados.

Como já abordamos no **#BB 35**, para o proletariado com consciência de classe o pior produto do fascismo é o antifascismo, que rejeita a crítica radical ao Estado e oculta o fato de que qualquer regime burguês aparentemente democrático e popular se transformará imediatamente num regime cruel caso o capitalismo esteja sob ameaça. Bolsonaro fará o que os capitalistas acharem que ele deve fazer, a diferença para os presidentes anteriores é que ele declara isso abertamente. Se depois de tantos anos, mesmo em meio à pandemia, o proletariado ensaia um retorno às ruas, que seja para fazer mais por si próprio enquanto classe, que se disponha a tarefas mais dignas do que demonstrar medo publicamente e apenas tentar evitar um mal maior.

*“A democracia metamorfoseia-se em fascismo e vice-versa, de acordo com as circunstâncias, numa sucessão de composições políticas que asseguram a preservação do Estado como garantia do capitalismo. Mas o retorno à democracia está longe de produzir, em si mesmo, uma retomada da luta de classes. Na verdade, os partidos dos trabalhadores quando chegam ao poder são os primeiros a falar em Capital nacional. Antes, o sacrifício material e o abandono da luta de classes foram justificados pela necessidade de “derrotar o fascismo”. Depois, foram mantidos, mas em nome do ideal de resistência forjado na luta contra o fascismo. As ideologias fascista e antifascista são, ambas, adaptáveis aos interesses do Capital, de acordo com as circunstâncias.” - Jean Barrot / Gilles Dauvé*

## O Brasil é da Direita (II): Igrejas

**NOS ÚLTIMOS ANOS** as igrejas aumentaram sua participação na vida pública para ocupar lugares na mídia, cultura e política. Com isso assistimos à perda gradual da laicidade do Estado, uma vez que, fortemente influenciados por preceitos fundamentalistas, católicos e protestantes têm sido eleitoralmente mobilizados por setores obscurantistas, sobretudo em temas relacionados diretamente à questão da fé e das convicções religiosas, como o direito ao aborto, a aceitação das relações homoafetivas e o ensino confessional nas escolas estatais. Ao mesmo tempo, de maneira generalizada as religiões agem como instrumento de controle da subjetividade dos indivíduos atuando em perfeita consonância com o capitalismo: enquanto este controla a vida material, a religião incorpora na consciência dos trabalhadores a aceitação da sua condição de vida, seja como uma forma de pagar por supostos pecados passados ou pela crença de um paraíso após a morte. Ou seja, as desigualdades são parte de um plano divino maior que “escreve certo por linhas tortas”.

No governo Bolsonaro, como temos mostrado na série do Boletim Batalhar “O Brasil é da Direita”, encontramos a presença das igrejas como um dos seus eixos de apoio: por um lado, membros das forças armadas, por outro, o apoio de inúmeras organizações religiosas que legitimam ideologicamente seu discurso “tradicionalista” de apoio à violência reacionária. Nesse cenário de apoios e negociações, Bolsonaro mistura charlatanismo religioso conservador e retórica anticorrupção

que servem apenas como um veículo para popularizar ao extremo uma agenda economicamente liberal que fragiliza ainda mais a condição de vida do proletariado. Assim, da mesma forma como Bolsonaro negocia com o centrão, está negociando com líderes religiosos se propondo a atender às suas demandas. Se o governo bate recordes de insatisfação, continua com uma parcela importante de apoiadores da ala religiosa.

### Os Evangélicos

Uma função importante das igrejas pentecostais e neopentecostais (uma variante mais carismática e apegada à teologia da prosperidade) é a interceptação e cooptação de uma rede de solidariedade construída por parte da classe proletária com baixo acesso à assistência estatal e desprezada tanto pela esquerda tradicional quanto pela burocracia sindical. Isso se dá porque o segmento evangélico tem uma grande capilaridade entre a população, uma vez que é composto por centenas de igrejas sem comando verticalizado (como é o caso da Igreja Católica). Nesse sentido, mesmo em locais com pouca infraestrutura e de difícil acesso, pequenas igrejas se instalam e assumem funções importantes na vida social local, ocupando lacunas deixadas pelo Estado e pela Igreja Católica. A estrutura inicialmente simples, as cadeiras de plástico e as portas sempre abertas dialogam de forma direta com a população. Além disso, os pastores têm um perfil social próximo ao do seu “rebanho” e falam de uma maneira

objetiva sobre assuntos que os interessam, tais como família, casamento, violência, uso de drogas, desemprego, doenças, etc. Assim, prometem ajudar seus fiéis a superar dificuldades diversas. Nessa perspectiva, os pastores atuam de forma mais progressista que os setores da esquerda tradicional, uma vez que entendem suas “ovelhas” como sujeitos de complexa vida social, enquanto aqueles as qualificam pejorativamente como “alienadas”. Ou seja, essas igrejas dão respostas subjetivas à materialidade da vida do proletário religioso, ao mesmo tempo em que objetivamente promovem redes de apoio material entre seus fiéis com oportunidades de emprego e clientela. Fornecem assim, de forma policlassista e ideológica, um esboço de ajuda mútua e comunitária típica das organizações autônomas do proletariado.

Com Bolsonaro essas igrejas têm pela primeira vez um Presidente e parte considerável dos Ministérios para chamar de “seus”, unindo duas coisas que são caras aos líderes evangélicos: poder e privilégios concedidos pelo Estado. No último ano, a Secretaria Presidencial de Comunicação (Secom) gastou mais de R\$ 30 milhões em campanhas transmitidas no rádio e na televisão por líderes religiosos que apoiam o governo. Outra forma de repasse de verbas estatais vem ocorrendo durante a pandemia do Coronavírus, como resposta à escassez de unidades de atenção primária a *Portaria 1.444/2020* do Ministério da Saúde prevê o financiamento de adaptações de centros comunitários já existentes para esse atendimento, incluídas instalações dominadas por evangélicos e milicianos.

## **Comunidades Terapêuticas**

Na teoria, uma Comunidade Terapêutica precisaria oferecer, entre outras coisas, acolhimento

apenas voluntário, garantia de direitos básicos, como liberdade religiosa e acesso ao mundo externo, acompanhamento individual, atendimento multidisciplinar, ligação com a rede pública de saúde e fiscalização frequente. No entanto, a verdade é que elas se baseiam numa equação muito simples: uma falsa epidemia de vício em drogas acrescida de inúmeras internações compulsórias (amparadas pela lei atual) que resultarão numa fonte de lucro estupendo para a administração de tais comunidades, massivamente vinculadas às igrejas neopentecostais. Esse esquema obscurantista de demonização das drogas, defesa da criminalização e internação compulsória se revela um grande negócio para essas religiões.

Nestas comunidades as arbitrariedades são muitas. É comum não haver nenhum psicólogo ou médico responsável, sendo o “processo de recuperação” concebido por funcionários que, mesmo bem intencionados, podem prejudicar o quadro do paciente. Há ainda diversos abusos camuflados de tratamento, entre as já apuradas pelo MPF e Conselhos de Psicologia destacam-se a prática de trabalho forçado e de situações análogas à escravidão chamadas de laborterapia. A força de trabalho dos internos costuma ser usada para serviços de limpeza, preparação de alimentos, manutenção, vigilância e, em alguns casos, até mesmo no controle e aplicação de medicamentos a outros internos. Há ainda casos de cárcere privado, punições e indícios de tortura - desde a obrigatoriedade de execução de tarefas repetitivas à perda de refeições e violência física, violação à liberdade religiosa e à diversidade sexual, internação irregular de adolescentes e uso de castigos. Ao perceberem usuários de drogas como pessoas doentes, imorais e delinquentes, as CTs consideram imperativo não só colocá-los em abstinência, mas reeducá-los para uma nova inserção na vida

social com base nos valores do trabalho, da disciplina, da família e da religião. No entanto, o objetivo é mesmo a verba que o governo destina para estas instituições - algo em torno de 300 milhões de reais. A participação das comunidades terapêuticas (CTs) na Política Nacional sobre Drogas vem se tornando o principal mecanismo de combate à dependência química da gestão Bolsonaro. Mas, como já apontamos no **#BB41**, essa política foi iniciada por Dilma Rousseff (PT).

## Os Católicos

Por vezes esquecida dos debates acerca do cenário político, a Igreja Católica representa um importante elemento para a manutenção do capitalismo. Nesse sentido, é válido lembrar a benção a todos os fascismos do século XX e à ditadura civil-militar de 1964-1985. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, decisiva como suporte ideológico ao movimento militar, evidenciava tais laços, uma vez que a Igreja atuou fortemente na organização das manifestações. Os católicos são em sua essência anti-comunistas, Papa Pio XI (reiterado por tantos outros) enfatizou: “Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista”. Assim, ao contrário do que a “esquerda” religiosa costuma afirmar, a igreja católica não é mais progressista por contar com um segmento inexpressivo dentro da instituição de adeptos à Teologia da Libertação, que nasce precisamente

para combater de perto o avanço do comunismo no século XX, e de um atual papa populista com ampla rejeição interna.

Nesse contexto, mesmo de forma mais discreta e sutil (símbolos, festas e feriados) historicamente a Igreja Católica esteve presente na tomada de decisões da esfera política. Com Bolsonaro, líderes católicos observaram um protagonismo da Igreja Evangélica e não tardaram a negociar lobby com empresários e propagandear em seus canais de radiodifusão e televisão publicidade do Estado em troca de verbas.

É ingenuidade supor que religião e política são assuntos que não se misturam. As igrejas e as doutrinas religiosas que embasam suas crenças não são apolíticas, mas sim perpassadas pelos conflitos de classe presentes num determinado contexto histórico e social. A realidade confirma que as doutrinas religiosas, formadas a partir de uma verdade revelada em textos “sagrados”, tem sua leitura e interpretação feita a partir do olhar de quem as lê, em regra integrantes ou amigos da classe dominante. Nesse sentido, a História nos prova que as religiões sempre foram instrumentos políticos a serviço dos interesses das elites para explorar e pacificar as diversas insatisfações do proletariado, sempre representando um obstáculo para a consciência de classe e para a auto-organização.

*“Qualquer dimensão da atividade surge em resposta a determinadas necessidades. Quanto mais profundas e amplas essas necessidades, mais arraigado será o tipo de atividade que lhes dará resposta. Deste modo, a continuidade ou o desaparecimento de determinado tipo de atividade terá como pré-condição a continuidade ou o desaparecimento da necessidade que lhe deu origem.” Ivo Tonet*

## O Brasil é da Direita (III): Ruralistas

**COMESTA TERCEIRA** edição da série “o Brasil é da Direita” encerra-se a tríade sobre as forças políticas que vêm ganhando mais protagonismo no governo Bolsonaro do que em qualquer outro mandato presidencial eleito desde 1989. Não por acaso, as Forças Armadas, as Igrejas e os Ruralistas representam e sempre defenderam o que há de mais retrógrado no capitalismo brasileiro. O agronegócio é um setor que responde por cerca de 40% da balança comercial do país e não aprecia limites jurídicos, trabalhistas ou ambientais, tampouco qualquer tentativa de regulamentação de sua enorme cadeia produtiva, que envolve milhares de proletários no desenvolvimento e produção de insumos agrícolas, máquinas para produção, colheita, processamento e transporte dessas mercadorias.

Como qualquer outro ramo do capitalismo, o agronegócio, muitas vezes representado por empresas transnacionais, possui uma íntima relação com as instâncias do Estado que determinam os rumos das grandes e médias (indústrias) e pequenas propriedades rurais. Sendo o governo Bolsonaro um defensor da desregulamentação de toda atividade econômica e defensor de toda violência armada que garanta a paz da burguesia, os ruralistas encontraram um governo para chamar de seu. Só no Congresso Nacional, ao menos 30% dos

senadores e 40% dos deputados federais integram a Frente Parlamentar Agropecuária. Dela saíram os nomes indicados para os principais cargos da imensa estrutura burocrática do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Secretarias correlatas, além de mega-empresários do setor, sendo a cereja do bolo a nomeação do presidente da União Democrática Ruralista (UDR) para a Secretaria de Assuntos Fundiários, pasta responsável pela reforma agrária e pela identificação e demarcação de terras indígenas e quilombolas.

### Os interesses do agronegócio no governo Bolsonaro

No censo agrícola de 2006 as terras destinadas à produção agrícola somavam 39% do território nacional, sendo que o tamanho médio das propriedades era de 64 hectares. Uma década depois, 41% do território é ocupado por terras cultiváveis, um crescimento de 2%. No entanto, o tamanho médio das propriedades passou para 69 hectares. Assim, 77% de todas as terras cultiváveis são controladas pelo agronegócio, que representa 35% dos estabelecimentos agrícolas do país. Há claramente um processo de monopolização da propriedade fundiária, exatamente no período de um governo ora acusado, ora defendido, por fazer

*“A que conduz a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que ela não é a transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, portanto, mera mudança de forma, significa apenas a expropriação dos produtores diretos, isto é, dissolução da propriedade privada baseada no próprio trabalho.”*

**Karl Marx**

reforma agrária. Quer dizer, mente o lado que acusa, mente o lado que defende.

Com Bolsonaro no poder, os capitalistas rurais recebem um apoio inédito do Estado, seja na ausência de fiscalização, seja no fomento a práticas ambientais e trabalhistas que remontam ao século XIX, uma oportunidade única de “passar a boiada”. Como exemplos do auxílio governamental podemos citar a MP 910, “MP da grilagem”, que prevê a regularização de terras públicas sem vistoria, com “autodeclaração” do interessado, em uma área com até 2.500 hectares. A bancada ruralista apoia a iniciativa do governo, assim como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), enquanto ambientalistas, o Ministério Público Federal e setores do Congresso a criticam. Agora, a palavra mágica “desenvolvimento sustentável” já está na boca até mesmo de Mourão e Bolsonaro, especialmente devido às pressões internacionais. Essa MP prevê a regularização de terras por empresas e caso um posseiro conquise o direito de regularizar sua terra, para que a regularização seja efetivada é preciso ter recursos para gastos com cartórios, impostos, dentre outros. Em regra essas pessoas não possuem estes recursos, necessitando recorrer aos empréstimos bancários para viabilizar a legalização da posse e a produção. O mais provável é que essas terras rapidamente caiam novamente nas mãos dos grandes proprietários, que têm capital acumulado para fazer essas aquisições e o posseiro se torne um proletário rural. Este processo pode ser caracterizado como um caso tardio de acumulação primitiva e também como abertura para mais um ciclo de concentração da terra, obedecendo aos mesmos princípios do capitalismo avançado e monopolista.

Além disso, acentuou-se a desregulamentação do uso de agrotóxicos no Brasil e houve um afrouxamento na fiscalização e nas multas em relação ao uso e comercialização. Em julho de 2019 foi aprovado um novo padrão de classificação dos riscos dos agrotóxicos nas embalagens: pesticidas

com alto grau de toxicidade terão menos alertas nos rótulos, serão retiradas as faixas vermelhas e as ilustrações de caveiras. 16% dos produtores que usam agrotóxicos não sabem ler nem escrever, e 70% dos que manipulam agrotóxicos têm no máximo o ensino fundamental. Some-se a isso as medidas de revisão das Normas Regulamentadoras 01 e 12 e a revogação da NR 02 por Bolsonaro. A NR 01 retira a obrigatoriedade de treinamento em mudança de emprego, já por meio da NR 12 foi retirada a obrigatoriedade de aplicar 30% do valor da compra de um equipamento em adequações. E a revogação NR 02 desobriga a visita de um auditor fiscal do trabalho para abertura de novas empresas.

Bolsonaro também deseja a revogação da Emenda Constitucional 81/2014, que prevê o confisco de propriedade de condenados por trabalho escravo. Os capitalistas do setor financeiro já se manifestaram contrários à proibição de liberação de créditos para quem foi condenado por trabalho escravo e desmatamento, apesar de suas amplas campanhas de sustentabilidade. Além disso, em favor dos capitalistas do agronegócio, o governo tem sistematicamente certificado fazendas em cima de Terras Indígenas (TIs) na Amazônia Legal. Desde 2019 foram 42 fazendas certificadas de maneira irregular, contrariando as proteções a essas terras previstas desde 2012 pela Funai. Atualmente há mais de 2 mil propriedades privadas que incidem em áreas indígenas em sete estados da Amazônia — 500 delas sob territórios onde vivem indígenas isolados.

Por um lado o governo ajuda a armar um verdadeiro barril de pólvora e por outro vem desmontando os órgãos de fiscalização do trabalho e ambiental. Sem mediação dos órgãos fiscalizadores, os conflitos tornam-se mais violentos, tendo de um lado grandes ruralistas e, do outro, pequenos proprietários, proletários rurais, indígenas e quilombolas. Esta realidade nos ajuda a entender o motivo pelo qual a pauta do armamento tem tanto acolhimento pela população das áreas rurais. 1938 pessoas foram

assassinadas entre 1985 e 2018 devido aos conflitos no campo, dos quais 92% dos casos continuam impunes. Cenário que tende a aumentar com as portarias e decretos assinados por Bolsonaro que flexibilizam ou facilitam os acessos às armas e circulação de munições. Mas a relação antagônica se dá também devido aos altos custos para obter uma arma legalizada, o que se torna algo inviável para um proletário rural, não raramente submetido a condições análogas à escravidão. Assim como nos centros urbanos, a lógica do milicianato burguês é tolerada e incentivada no meio rural.

### **A agricultura familiar não é a solução para a luta dos proletários do campo**

O PT tem sua origem vinculada aos movimentos sociais e também uma promessa de reforma agrária o levou ao poder. Por mais que tenha abdicado de suas bandeiras históricas, preserva a identidade com o sindicalismo da CUT e com a luta do MST. Apesar dessa relação ser caracterizada pela cooptação de seus dirigentes para projetos de conciliação de classes - pacto entre capital e trabalho que desmobiliza as lutas proletárias autênticas - há setores do capitalismo que nunca viram essa associação com bons olhos. Assim, ações moderadoras de parlamentares da social democracia exigindo maior fiscalização das atividades produtivas no campo, imperativo de um capitalismo internacionalmente consequente, tanto em relação às condições de trabalho como às questões ambientais (recursos naturais estratégicos para manutenção da atual ordem), desagradam este mesmo grupo de capitalistas.

Setores dos movimentos sociais “camponeses” (Via Campesina) ligados à esquerda do capital defendem a agricultura familiar como uma alternativa ao agronegócio e ao latifúndio monocultor. Essa reforma agrária é a mera democratização do capitalismo no campo, transformando um grande proprietário em centenas de pequenos, permanecendo a mesma relação social. O pequeno produtor também anseia por se tornar um grande proprietário de terras, sendo ele mesmo um pequeno explorador de força de trabalho, quando a sua família já não dá conta de garantir a produção. Esse modelo de pequena propriedade está descartado pelo capitalismo em nível global, já que tem dificuldade de produção em grande escala e as mercadorias agrícolas se tornaram commodities, ou seja, tem seu valor cotado em dólar e seu preço é regulado pela demanda e oferta global. Dessa forma, a propriedade no campo deixa de ser caracterizada pelo seu proprietário, o fazendeiro, e se torna um modelo empresarial na forma de uma corporação aos moldes tradicionais, e com expressiva parte dessas empresas tendo seu capital aberto e operando em bolsa de valores. A natureza do processo de acumulação capitalista é determinante a ponto de o MST lançar recentemente um fundo de investimento chamado Finapop, operando no mercado financeiro. Nas palavras de João Pedro Stédile, o fundo vai ajudar a aumentar a produtividade das cooperativas do MST.

Diante do exposto, fica evidente que a oposição à indústria rural não pode ser feita por capitalistas ecológicos, sejam grandes ou pequenos, mas sim pela organização ativa dos proletários rurais, rumo à socialização global da terra.

*“Ela compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista apenas aqueles que fizeram época como métodos de acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com duas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre” Karl Marx*

## Mídias, (des)informação e controle

O PROJETO DE LEI que pretende punir notícias falsas (PL 2630/2020 - Senado Federal) conceitua a desinformação como “conteúdo, em parte ou no todo, inequivocamente falso ou enganoso, passível de verificação, colocado fora de contexto, manipulado ou forjado, com potencial de causar danos individuais ou coletivos, ressalvado o ânimo humorístico ou de paródia”. Se tal definição for rigorosamente aplicada aos diferentes meios de comunicação, poucos serão salvos. Os grupos bolsonaristas e outros da extrema-direita são famosos por disseminarem as chamadas “fake news” para atingirem seus objetivos. Mas o comportamento da mídia burguesa não é historicamente o mesmo? A diferença é que hoje encontram concorrência com grande poder de disseminação virtual. Diariamente nos telejornais, e na imprensa de modo geral, somos inundados por informações “estatísticas” ou “resultados de pesquisas” distorcidas para justificar medidas do governo contra o proletariado. Inúmeras notícias ditas oficiais, camufladas sob uma aparência de fato incontestável, deturpam os acontecimentos de modo a transformarem as vítimas em culpadas. Tanto as redes de propagação de notícias falsas como a mídia tradicional se equilibram, em maior ou menor grau, no binômio divulgar/criar fatos pois seu objetivo primeiro não é o de retratar alguma realidade e sim o de consolidá-la perpetuamente.

### A mídia progressista

Diante destas constatações, nosso porto seguro então seria constituído pelos meios de comunicação alinhados com o pensamento progressista, que se apresentam como alternativa às formas da mídia tradicional, supostamente desvinculados de quaisquer interesses e cujo trabalho se desenvolve de forma “colaborativa”?

Durante as jornadas de junho de 2013, um grupo de mídias digitais declarou uma suposta novidade nas lutas sociais: a cobertura dos atos de forma instantânea e transmitida ao vivo pela internet. Trata-se do Mídia Ninja, braço de comunicação da empresa Fora do Eixo. Depois, revelou-se o acordo do Mídia Ninja com a empresa Oximity, já vendida para a Scribd/SlideShare. São plataformas que promovem uma interação direta com as notícias. A Oximity foi fundada por bilionários das mídias digitais que lucram da mesma forma que o Facebook, coletando e vendendo dados dos usuários. São “plataformas colaborativas” de notícias: seus repórteres de rua trabalham gratuitamente, sem receber equipamentos ou demais assistências, e esse é considerado um coletivo radical de “mídia independente”. Há também a “blogosfera progressista” - Brasil 247, GGN, Fórum, Viomundo, DCM, Intercept, etc. - toda comprometida (patrocinada) em louvar o

*“O elemento primordial do controle social é a estratégia da distração, que consiste em desviar a atenção do público dos problemas importantes e das mudanças que são decididas pelas elites políticas e econômicas, mediante a técnica do dilúvio ou inundação de contínuas distrações e de informações insignificantes.” Noam Chomsky*

PT e demais satélites da esquerda do capital e, claro, criticar muito o PSDB e demais partidos das direitas. Seus editores são jornalistas profissionais que sobrevivem, muito bem, exercendo sua própria atividade especializada no mundo do trabalho, tal como ele é. Não há nada transformador nisso. Assim como existem comércios têxteis dispostos a estampar guerrilheiros e frases de protestos em suas camisetas e lucrar com isso, existem jornalistas dispostos a serem bem pagos para divulgar determinado fato ou ponto de vista. É muito comum na trajetória desses profissionais a “mudança” de posição política conforme o mercado em que se inserem. O caso do editor do Brasil 247 é emblemático, ora defensor das privatizações e crítico até mesmo do PT e aos movimentos sociais, em 2011 funda o maior portal virtual da esquerda brasileira, tendo como outro editor um *ghost writer* de Joice Hasselmann. Os casos são vários e é esse o nível político de jornalistas a quem muitos entregam suas consciências em busca de uma “alternativa” à mídia tradicional, como se eles fossem outra coisa. Trata-se apenas de uma adaptação às exigências de determinado nicho da indústria da informação, afinal, quem paga a banda escolhe a música.

### **A extrema-direita digitalizada**

Em paralelo, o bolsonarismo adentrou com maior radicalidade no mundo das redes digitais. Há quem diga que se trata de uma “revolução digital”, pois teria sido a única eleição de extrema-direita graças especialmente ao amplo uso dos recursos das redes sociais. Todos sabemos os métodos dessa atividade durante as eleições e ainda depois dela, vendendo a imagem de uma campanha eleitoral independente quando na verdade contou com verbas milionárias do empresariado para sustentar essa rede de mentiras e difamações

fabricadas e compartilhadas em massa. A única novidade nesse cenário é apenas o ambiente virtual, com seu maior alcance e instantaneidade da divulgação, já que nada combina mais com eleições e política oficial do que tais práticas.

Outro fenômeno que vem se tornando bastante comum nos tempos que correm é a “censura prévia”, que se manifesta com decisões liminares das diversas instâncias do judiciário, dentro das normas democráticas. Estas decisões não atingiram apenas os famosos milicianos digitais do bolsonarismo, mas inclusive a própria TV Globo, a RBS, o Antagonista/Crusóe e também o site do jornalista Luis Nassif. No entanto, vetar uma publicação de matéria ou “derrubar” um site de notícias nada mais é do que controlar o que as pessoas devem ou não saber. Para a classe dominante isso é essencial - ocultar que todas as suas ações têm um único objetivo: agir em benefício próprio, transferindo recursos do trabalho para o capital. Nessa disputa por uma narrativa ideológica, na qual a burguesia tenta fazer crer que os seus interesses de classe são os interesses de toda a humanidade, o combate a mídias realmente proletárias não se limitará à mera censura, mas à eliminação.

### **Imprensa proletária e lutas sociais**

De um lado, a sensação de compartilhar e participar virtualmente de manifestações, e do outro a ascensão meteórica ao poder, podem parecer sedutoras para quem acredita nas lutas sociais. Ao mesmo tempo, a velha imprensa tradicional (O Globo, Folha, Estadão e demais regionais) busca agora se vender como a portadora da verdade, quando é a pioneira caluniadora dos movimentos e suas lutas. Devemos então refletir se o proletariado necessita de tais instrumentos ou se pode e deve, como já sempre fez nos seus momentos de

conquistas históricas, criar redes de comunicação que não sejam nem espetáculos midiáticos nem mensagens distribuídas de forma aleatória e massiva. Trata-se de pensar formas de comunicação e interação entre as lutas forjadas pelos proletários, de acordo com as necessidades de cada conflito, expressando a realidade sob a ótica do seu próprio interesse de classe.

Da mesma forma que o movimento de luta proletária autêntica não se define por consumir esta ou aquela prateleira do supermercado, ou escolher este ou aquele candidato nas eleições, o proletariado em luta não pode se limitar a escolher qual é o veículo de imprensa menos pior. Esse rebaixamento da consciência tem permitido, por exemplo, que o ataque à Rede Globo, antes realizado pela esquerda, hoje seja protagonizado pelo bolsonarismo - assim como às demais instituições - enquanto que setores da esquerda já fizeram as pazes com uma histórica, grande e sempre atual inimiga das lutas sociais.

Assim, se cada conflito deve gerar seus instrumentos de luta no seu próprio processo - uma luta por moradia cria seu comitê e seus delegados; uma luta por aumento de salários cria seu grupo de trabalhadores em movimento; uma ocupação estudantil cria suas assembleias permanentes e seus grupos de trabalho para manter a ocupação, e assim por diante - não pode ser diferente quando estamos tratando da nossa comunicação. O movimento internacional e grandes momentos

de transformação sempre criaram seus próprios instrumentos: rádios livres, cartazes, panfletos, periódicos, jornais, correspondências, dentre outros. Nenhum desses veículos dependia de jornalistas de carreira ou especialistas da comunicação, eram elaborados e divulgados pelos próprios militantes. O mesmo deve servir de exemplo para a formação política de forma geral: enquanto a esquerda do capital acredita que o supra sumo do pensamento crítico e revolucionário se encontra nos cursos do ensino superior estatal, é preciso também criar nossos próprios centros de estudos.

A exposição voluntária e gratuita de pessoas bem intencionadas, nas redes sociais, tem servido para demissões no emprego, mapeamento pela repressão (polícia e empresas) e também para “debates” sem qualquer consequência política transformadora. Logo, em vez de jogar o próprio copo d’água no mar da internet, compartilhando notícias e memes a favor de uma visão de mundo humanizada, acreditando deixar o mundo menos salgado, é necessário investir novamente no método de baixo para cima: observar, estudar, debater, sistematizar e criar materiais de divulgação a partir da realidade das nossas lutas, contando com nossos recursos objetivos (materiais e humanos) e nossa subjetividade revolucionária. A informação a ser produzida pelas organizações do proletariado não será uma mercadoria a ser consumida, mas sim um instrumento destinado a ele mesmo enquanto classe, na articulação das lutas em nível mundial visando o fim do capitalismo.

*O nosso objectivo é o de dar a conhecer e unificar as diferentes lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Desenvolveremos para isso dois grandes tipos de trabalho: por um lado o reforço deste jornal; por outro, fomentar o trabalho de organização de reuniões de massas entre trabalhadores inseridos em lutas diferentes. O trabalho conjunto do jornal e de reuniões de massa contribuirá para acelerar a fusão das lutas dos trabalhadores e a união de todos os explorados. **Jornal Combate (1974-1978)***

## Frentes e eleições: inimigos e falsos aliados unidos

**DESDE O RESULTADO** das eleições de 2018 e do começo do ano de 2019, o clima era de apreensão diante do novo governo federal eleito. Estávamos diante de uma chapa pura de militares do exército, alavancada na campanha pela figura do anunciado ministro da economia Paulo Guedes, que trabalhou na década de 80 na ditadura de Pinochet por encomenda do próprio governo chileno. Esse quadro, associado a declarações preconceituosas históricas e atuais do presidente Bolsonaro, foi o suficiente para criar-se um consenso retórico nas esquerdas de que estaríamos diante de um governo fascista.

### O governo “fascista”

O governo fez o esperado no plano econômico, seguindo a requeitada cartilha liberal e atacando em diversas frentes os recursos públicos de serviços básicos, de fiscalização e também do salário dos trabalhadores, tal como sucedeu na

Reforma da Previdência (# **BB42**). Naquela altura, as bases mais “radicais” do governo, ligadas ao olavismo e ao fundamentalismo cristão, já reclamavam do governo pois sentiam que a famigerada “pauta dos costumes” estava abandonada. Quer dizer, o governo fazia, de acordo com os seus compromissos de classe, aquilo que deveria ser feito.

Após seguidos meses de tramitação ao longo de 2019, alguns ajustes e atritos superficiais com o Congresso e com parcela da cúpula do funcionalismo civil e militar, a Reforma da Previdência de Paulo Guedes foi aprovada sem maiores dificuldades. À diferença dos recentes confrontos no Chile e dos meses de greve na França, o governo federal brasileiro obteve sucesso na sua primeira batalha sem precisar lutar, sem sequer colocar em prática sua faceta repressiva, pois não houve resistência efetiva do outro lado.

*“Num contexto como o atual, em que nenhuma opção parlamentar pode cumprir um papel progressivo do ponto de vista dos interesses do proletariado, no qual o próprio reformismo é um movimento sem nenhum futuro, qualquer apoio ao parlamentarismo, ainda que se justifique por motivos temporais, serve para aumentar a confusão política do proletariado.” Grupo de Comunistas de Conselhos da Galiza*

## As “resistências”

No plano geral do governo federal, todos os atritos e pequenos recuos se deram exclusivamente na arena institucional parlamentar ou jurídica, a maioria deles entre as direitas. Lembremos da agenda sindical de lutas contra a reforma da previdência. Foram alguns poucos dias de atos esparsos ao longo do ano, em vésperas de final de semana ou de feriadão. Ou seja, o sindicalismo “pretendia” derrubar um ataque violento fazendo aquilo que o calendário cristão brasileiro já faz: feriados prolongados. Enquanto de um lado os cartazes e as redes sociais garantiam nomes descolados ao evento, 30M, 14J, etc. e as centrais sindicais continuavam cumprindo seu papel histórico de enganar os trabalhadores, agendando uma paralisação de 1 dia a cada dois meses, do outro, muitos governadores de “esquerda” prontamente bradavam a necessidade dos seus estados não ficarem de fora da mesma reforma da previdência.

Em 2020, ainda antes da pandemia, testemunhamos por vários domingos seguidos manifestações de apoio ao governo Bolsonaro. Já em quarentena, quando esse movimento persistiu nas ruas, radicalizando suas pautas nos cartazes, “Intervenção militar já!”, “Fim do STF!”, “Fechamento do Congresso!”, o máximo que a esquerda brasileira ofereceu foi um eloquente apoio ao sistema, uma defesa genérica e abstrata do conjunto de instituições democráticas tal como ele é. Para completar a falsa resistência de 2019, em 2020 os aparelhos institucionais da conservação do capital decidiram se abraçar de vez. Na data histórica do 1º de maio, Dia do Internacionalismo

Proletário, a CUT convidou FHC e Rodrigo Maia para ajudar a defender a democracia. Além desse mais do que simbólico 1º de maio, meses depois surgiram “movimentos espontâneos” na internet, como o #EstamosJuntos (Caetano Veloso, Lobão, FHC, Felipe Neto, Mandetta, Laura Carvalho, Huck, etc.) e o “#Somos70porcento”, protagonizado pelo economista Eduardo Moreira, que vende cursos de investimentos financeiros para um público-alvo progressista.

O que é fundamental para a consciência proletária diante dessas frentes é perceber como elas surgem exatamente dias após os primeiros protestos das torcidas organizadas em São Paulo. Ou seja, quando qualquer setor do proletariado assume a dianteira, a social-democracia não pode aceitar nenhuma iniciativa autônoma dos setores explorados e precisa se colocar novamente como a única representante possível. No mesmo sentido, os grandes protestos seguintes dos trabalhadores de aplicativos Brasil afora tiveram a sua pauta proletária sequestrada em favor da democracia. Foram transformados em “entregadores antifascistas” e o movimento foi direcionado a protestar contra o governo “fascista”, e em defesa da democracia - o mesmo sistema que os colocou em regime de brutal exploração da mais valia absoluta. Ora, as lutas do proletariado de aplicativos já têm expressão internacional há anos e nenhum regime de trabalho se confunde com governos. A evidência de que estas frentes surgiram apenas para frear qualquer impulso autêntico de classe é que elas desapareceram logo depois. Seus sites estão sem atualização há meses.

## **A farsa da farsa: eleições municipais**

Opetismo costuma avaliar outros políticos como “golpistas” devido aos seus votos no processo de impeachment de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, continua exigindo ser o protagonista da “esquerda” brasileira, enfrentando os “golpistas fascistas”. Porém, nas eleições municipais o PT se apresenta com as seguintes coligações: DEM (Maia) em 302 cidades, PP (Rodrigo Barros) em 333, PSDB (Doria) em 314, MDB (Temer) em 606, PSC (Witzel) em 193, PRTB (Mourão) em 48, PSL (ex-Bolsonaro) em 145. Evidentemente essas coligações contam com a jura de fidelidade de outros partidos da “esquerda” nacional. Este exemplo não serve apenas para desmistificar o PT enquanto o representante dos trabalhadores, mas para apontar que bradar “fora fascistas” e “viva a democracia” apenas retrocede ainda mais o precário nível político de todos os partidos e sindicatos, já perfeitamente inseridos dentro da institucionalidade capitalista.

A justificativa para alianças dessa natureza é sempre a importância de impedir que a extrema direita ocupe todos os espaços do poder. É o velho e recorrente argumento de que é preciso mudar as instituições “por dentro”. Enquanto os reacionários manipulam o temor ao “comunismo”, para chegar e agora se manter no poder, a social-democracia, que quando tinha o proletariado em suas mãos falava em esperança, agora manipula o temor ao fascismo e busca convencer o proletariado mais uma vez de que ela é a autêntica representante dos oprimidos. Essa armadilha é histórica e levou diversos movimentos ao enfraquecimento e a consequentes derrotas. A esquerda brasileira

vem há seguidas décadas abrindo mão de posições históricas da classe e a cada dia se deslocando mais para a direita. Dessa forma, em função de um projeto específico de poder, o da classe dos gestores, essa esquerda tenta arrastar o proletariado para longe dos seus próprios interesses, diluindo os contornos de classe em pautas pluriclassistas, conferindo a estas últimas um caráter unificador incompatível com a realidade da divisão social do capitalismo.

## **Lições antigas e novas para o proletariado**

As instituições sociais da conservação (educação, partidos, sindicatos, justiça, etc.) são tudo o que a esquerda do capital pode controlar. Uma vez que os seus membros são quadros técnicos qualificados, e não burgueses proprietários diretos, necessitam das instituições sociais preestabelecidas para poderem se inserir e se perpetuar enquanto estrato dominante da sociedade. Hoje relativamente deslocados dos seus espaços de exercício de poder, passaram com novo vigor a ensinar todos a defender a democracia - para que sempre possam retomar o controle, com tranquilidade democrática, do mesmo regime que nos colocou e nos mantém exatamente neste cenário.

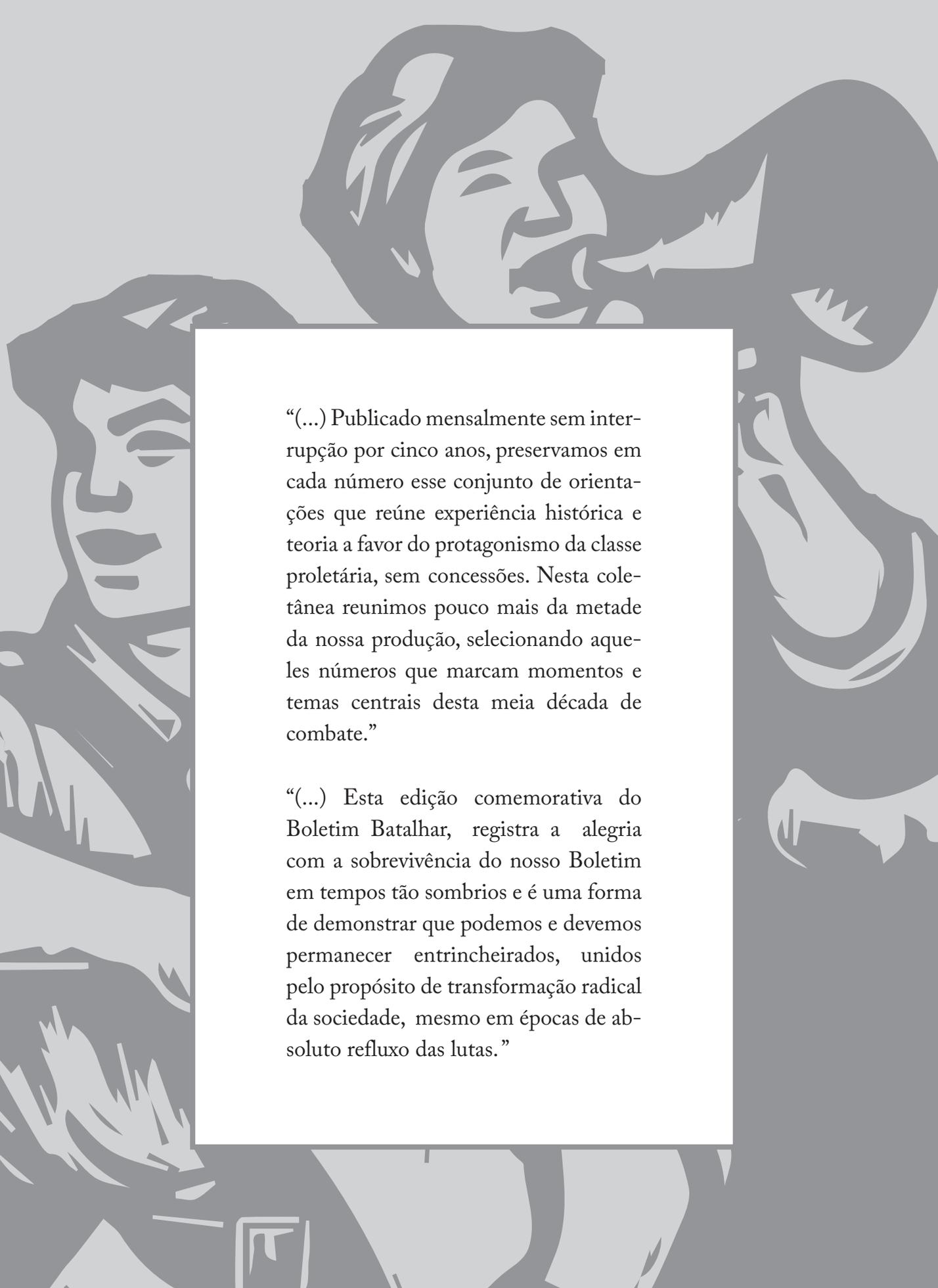
A ascensão da extrema-direita internacional e do bolsonarismo no Brasil podem gerar diversas lições para as lutas sociais e o movimento proletário. A primeira delas, como ficou evidente no Brasil em 2019 e 2020, é que o proletariado não pode contar para nada com a social-democracia e suas instituições da conservação. A próxima lição a caminho, envolta por uma névoa de retorno da

democracia, é que Trump e Biden, Bolsonaro e Lula, têm muito mais em comum entre si do que com o proletariado: entre eles há apenas algumas contradições aparentes, mas entre eles e nós há uma única e antagônica.

*“Toda vez que os proletários dependeram da democracia como uma arma contra o Capital, ela se transformou no seu oposto” Jean Barrot / Gilles Dauvé, em O antifascismo é o pior produto do fascismo*

**Contato:**  
batalhar@inventati.org



A stylized, high-contrast illustration in shades of gray. It depicts three individuals in a meeting or discussion. On the left, a man with short hair is shown in profile, looking towards the center. In the upper center, a woman with short, wavy hair is shown from the chest up, looking slightly to the right. On the right, another man with long hair is shown from the chest up, looking towards the center. The background is a solid light gray, and the figures are rendered with bold, dark outlines and flat areas of gray, giving it a graphic, poster-like appearance.

“(...) Publicado mensalmente sem interrupção por cinco anos, preservamos em cada número esse conjunto de orientações que reúne experiência histórica e teoria a favor do protagonismo da classe proletária, sem concessões. Nesta coletânea reunimos pouco mais da metade da nossa produção, selecionando aqueles números que marcam momentos e temas centrais desta meia década de combate.”

“(...) Esta edição comemorativa do Boletim Batalhar, registra a alegria com a sobrevivência do nosso Boletim em tempos tão sombrios e é uma forma de demonstrar que podemos e devemos permanecer entrincheirados, unidos pelo propósito de transformação radical da sociedade, mesmo em épocas de absoluto refluxo das lutas.”